

VULNERABILIDADE SOCIAL

LAZER

JUVENTUDE

POLÍTICAS PÚBLICAS

**PENSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER
PARA JUVENTUDES EM CONTEXTOS
DE VULNERABILIDADE SOCIAL:**

Contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais

Vânia Noronha (Organizadora)

**PENSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER
PARA JUVENTUDES EM CONTEXTOS
DE VULNERABILIDADE SOCIAL:**

Contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais



Ministério
do Esporte



VULNERABILIDADE SOCIAL

LAZER

JUVENTUDE

POLÍTICAS PÚBLICAS

Vânia Noronha (Organizadora)

**PENSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER
PARA JUVENTUDES EM CONTEXTOS
DE VULNERABILIDADE SOCIAL:**

Contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais



Belo Horizonte
2009

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler da PUC Minas: Dom Walmor

Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-Reitora: Patrícia Bernardes

Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitor de Extensão: Wanderley Chieppe Felipe

Instituto de Ciências Biológicas

Diretor: Ubiratan Barros de Melo

Educação Física

Coordenadora do curso e do Centro de Estudos em

Educação Física, Esporte e Lazer (CEFFEL)

Profa. Eustáquia Salvadora de Sousa

Instituto da Criança e do Adolescente (ICA)

Diretora: Profa. Rita de Cássia Fazzi

Organização

Vânia Noronha

Pesquisa

Almir de Oliveira Júnior

Anderson Batista Coelho

Duval Fernandes Magalhães

Gilmar Rocha

Maria Aparecida Venâncio (Assistente)

Maria Jose Gontijo Salum

Patrícia Zingoni (Coordenadora)

Pedro Paulo Petterson

Vânia Noronha (Coordenadora)

Redação

Anderson Batista Coelho

Duval Fernandes Magalhães

Maria José Gontijo Salum

Patrícia Zingoni

Vânia Noronha

Credito das fotografias e mapas

Anderson Batista Coelho

Revisão

Maria de Lurdes Costa de Queiroz

Projeto gráfico diagramação e capa

Eduardo Costa de Queiroz

Saitec Editoração

Estagiários

Alessandro dos Santos Costa

Anderson Batista Coelho (Pós-Graduação

em Geografia)

Andreia Antônia de Jesus

Ângela Luzia dos Santos Otoni

Fábio Barbosa Moraes

Fernando Henrique Vago Pimentel

Kyra Martins Vargas

Nathália Silva Barbosa

Rodrigo Mendes Maciel

Thiago Leite da Silva

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P418 Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais / Vânia Noronha (org.). - Belo Horizonte: Editora, 2009.
176 p. : il.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-63105-00-4

1. Esportes – Ribeirão das Neves (MG). 2. Lazer – Ribeirão das Neves.
3. Esportes – Política Pública. I. Alves, Vânia de Fátima Noronha, 1961-.
II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-reitoria de Extensão.

CDU: 796(815.1)

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultado de um convênio estabelecido entre a Sociedade Mineira de Cultura, com interveniência da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), de Belo Horizonte. O Projeto foi executado pelo curso de Educação Física, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, por meio do Instituto da Criança e do Adolescente e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. No período de janeiro de 2008 a janeiro de 2009, foi realizada uma pesquisa na cidade de Ribeirão das Neves com o objetivo de elaborar e aplicar um diagnóstico sociopopulacional e cultural (esporte e lazer) para a cidade, visando construir subsídios para o desenvolvimento de políticas de inclusão pelo esporte e lazer de jovens sujeitos à situação de risco para a violência.

Trata-se de um projeto de investigação cuidadoso, que utilizou diferentes instrumentos de coleta de dados – pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, grupos focais e entrevistas – criando, dessa forma, uma metodologia que, certamente, será útil para a avaliação de grande parte das cidades brasileiras, no que se refere a diagnósticos sociopopulacionais e culturais.

O município de Ribeirão das Neves foi escolhido por fazer parte do segmento populacional definido pelo Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI), do Ministério da Justiça, como de alto índice de violência entre os jovens. Esse Programa visa atuar de forma a articular a política de Segurança Pública com ações sociais no combate às causas da violência, e não apenas às suas consequências. Ele é desenvolvido mediante parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério dos Esportes.

A questão da violência nos grandes centros urbanos e em suas regiões metropolitanas tem se constituído um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos poderes públicos e pela própria sociedade. Uma percepção cada vez mais comum da população é a de que grande parte dos agentes da violência é constituída por adolescentes e jovens. Entretanto, os dados nacionais e desta pesquisa mostram com clareza que eles estão se tornando as principais vítimas da violência.

A publicação traz reflexões e análises que, sem dúvida, trarão contribuições para o desenvolvimento dos estudos nessa área, ao discutir os conceitos de Juventude, Subjetividade e Violência, bem como o lugar da família nas políticas de lazer e, ainda, o conceito de vulnerabilidade. Além disso, é abordada a questão da definição de indicadores e índices, que possibilitaram a elaboração do mapa de vulnerabilidade

social do município e, especialmente, o juvenil. Por fim, foi tratado o tema das parcerias nas políticas de lazer, procurando pensá-las como elemento necessário do processo de intervenção e desenvolvimento das organizações públicas de lazer que pretendem enfrentar o desafio da violência.

Os dados colhidos na pesquisa permitiram um retrato da realidade do município, com referência às suas juventudes, identificadas como grupo sujeito a situações de violências e vulnerabilidades, por meio de uma análise quantitativa e qualitativa, em articulação com a fundamentação teórica. O trabalho finaliza com a apresentação de propostas para construção da política de lazer e esporte para a juventude do município.

A Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, contando com a participação dedicada, cuidadosa e de grande qualidade do Instituto da Criança e do Adolescente, em associação com a graduação, por intermédio do curso de Educação Física, e com a pós-graduação, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, agradece de modo especial ao Ministério dos Esportes e ao Ministério da Justiça a possibilidade de contribuir para que nossos adolescentes e jovens tenham a oportunidade real de inclusão como cidadãos em uma sociedade sensível à necessidade de garantia das liberdades individuais e dos direitos sociais.

Prof. Wanderley Chieppe Felipe

Pró-Reitor de Extensão

PREFÁCIO

Nos campos do esporte e do lazer é muito recente o desenvolvimento de pesquisas no que tange às políticas sociais intersetoriais e que têm como objeto de estudo contextos de violência. Conscientes da importância desses estudos para enfrentar os complexos desafios postos pelos nossos programas sociais, nós, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, acreditamos que precisamos agir com agilidade. A opção política que fizemos de romper com situações paralisantes e chegar à realidade o mais rápido possível passou a nos exigir um olhar atento não somente para os problemas a enfrentar, como também para as possibilidades de sua superação por meio de ações educativas lúdicas.

Com esse propósito, neste livro, voltamos nosso olhar para a cidade mineira de Ribeirão das Neves, município emblemático por possuir características muito específicas, como um grande número de penitenciárias, e, como uma de suas consequências, um crescimento galopante e desordenado que gerou diversos problemas sociais que têm chamado a atenção e a responsabilidade do Estado para sua superação.

Mergulhando nessa realidade, a pesquisa realizada revelou a situação-problema reconstruindo as demandas da população pela melhoria da qualidade de vida, nelas incluindo o esporte, o lazer, a valorização da identidade e autoestima da população.

Este livro traz, por intermédio do trabalho investigativo, bons elementos que podem contribuir tanto para as discussões das comunidades quanto para os debates dos gestores que estão sendo desafiados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) – Programa do Ministério da Justiça –, que acredita que a superação da violência passa, necessariamente, pela ação educativa intersetorial dos projetos sociais.

A abordagem do tema em diálogos com a população que vive em contexto de vulnerabilidade social é sempre um desafio para todo formulador de políticas públicas que reconhece os sujeitos como protagonistas de suas ações, e, não, como simples receptores passivos de iniciativas de órgãos públicos governamentais.

Diante dos dados deste estudo, podemos dizer que não há nada mais desafiador, nos tempos atuais, do que focar as experiências de esporte e lazer em uma perspectiva que considera a possibilidade da participação dos jovens, sobretudo daqueles que são confrontados com profundas desigualdades sociais e violências.

O reconhecimento do status de cidadania envolvendo, dentre outros atores sociais, adolescentes brasileiros, reflete não somente a conquista de movimentos sociais pela democratização da sociedade e pela reafirmação do Estado de direitos, como também uma nova visão dos jovens como categoria sociopolítica.

Essa mudança na forma de encarar a população juvenil e os mais graves problemas sociais exige, de nossa parte, um esforço de construção de novas categorias que deem conta das experiências dessa natureza em todas as suas dimensões.

Encarando esse desafio com seriedade e competência, a PUC Minas respondeu a essa demanda do Estado demonstrando, mais uma vez, a importância de parcerias concretas que vençam o imobilismo e valorizem o conhecimento como instrumento indispensável à qualificação das políticas públicas sensíveis à realidade de nossa gente.

Fica aqui o nosso convite para você, leitor e leitora, aprofundar as discussões iniciadas nesta obra e nos ajudar a construir novos caminhos para os problemas aqui tratados.

Rejane Penna Rodrigues

Secretaria Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte

SUMÁRIO

Parte I – Referencial teórico e relações com lazer.....	11
1. Juventude, subjetividade e violência – <i>Maria José Gontijo Salum</i>	13
2. O lugar da família nas políticas de lazer – <i>Patrícia Zingoni</i>	19
3. Revisitando o conceito de vulnerabilidade social – <i>Duval Magalhães Fernandes e Anderson Batista Coelho</i>	30
4. O princípio das parcerias na gestão pública do lazer – <i>Patrícia Zingoni</i>	35
Parte II – Histórico social e demográfico do município de Ribeirão das Neves – <i>Duval Magalhães Fernandes e Anderson Batista Coelho</i>.....	43
1. Metodologia utilizada para a elaboração do mapa de vulnerabilidade de Ribeirão das Neves.....	50
2. Resultados.....	53
3. Os equipamentos de lazer em Ribeirão das Neves.....	55
Parte III – Análise dos dados.....	69
1. Discutindo os dados quantitativos e qualitativos – <i>Vânia Noronha</i>	71
2. A pesquisa quantitativa – <i>Vânia Noronha</i>	75
3. A pesquisa qualitativa – <i>Maria José Gontijo Salum e Vânia Noronha</i>	81
4. Propostas e sugestões para o lazer dos jovens pelos gestores e lideranças comunitárias – <i>Vânia Noronha</i>	97
Parte IV – Considerações finais: contribuições para uma proposta pedagógica de lazer com juventudes em contextos de vulnerabilidade social.....	101
1. Princípios gerais.....	107
2. Princípios de intervenção socioeducativa.....	109
3. Princípios da gestão participativa.....	115
Referências.....	117
Apêndice.....	123
Apêndice I – Pirâmide etária de Ribeirão das Neves.....	123
Apêndice II – Questionário <i>survey</i>	124
Apêndice III – Tabelas de resultados do <i>survey</i>	137
Apêndice IV – Roteiro das entrevistas com gestores e lideranças comunitárias...	174
Sobre os autores.....	176

Parte I

REFERENCIAL TEÓRICO E RELAÇÕES COM O LAZER

INTRODUÇÃO

Segundo o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), para que haja efetiva segurança, pública e política num processo democrático, é preciso que se promova uma coesão social com o sentido de pertencimento à sociedade e de integração dos cidadãos no projeto nacional. Isso deve se dar por meio de marcos jurídicos e operacionais que surjam e pertençam, também, àqueles que por alguma circunstância de vida se encontram em situação de vulnerabilidade social e cultural.

Para isso, entendemos que é preciso que os aparatos administrativo e gerencial do Estado se voltem para um modelo participativo no qual os jovens também se sintam vinculados moral e politicamente ao Estado, que, além de garantir-lhes liberdades individuais, deve ser permeável às suas demandas essenciais e, assim, propor-lhes uma melhoria contínua na vida cotidiana, no lazer, no trabalho, na família e na comunidade onde estão inseridos.

Assim, nesta parte do livro, faremos uma análise teórica de alguns conceitos que fundamentam o PRONASCI/PELC e que subsidiaram nossa pesquisa de forma articulada com o lazer.

1 JUVENTUDE, SUBJETIVIDADE E VIOLÊNCIA*

Maria José Gontijo Salum

O conceito de juventude, assim como o de infância e adolescência, foi construído histórica e culturalmente. A separação da vida em etapas – criança, adolescente, adulto e idoso –, como nos mostra Ariés (1978), foi iniciada a partir do século XVII. Antes disso, não havia tais distinções; as diferenças, quando consideradas, eram tomadas em seu sentido quantitativo, e, não, como características distintas. A criança era vista como um adulto em miniatura, participando da vida social e do trabalho como estes. A distinção entre infância e adolescência é ainda mais recente; ela data do século XVIII.

Embora puberdade, adolescência e juventude ainda, hoje, sejam conceitos que se confundem, é importante fazermos uma distinção entre esses três termos. São conceitos que estão relacionados, mas têm, também, algumas particularidades.

* Este artigo foi desenvolvido em conjunto com os membros do Conselho Técnico do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA/PROEX): Almir de Oliveira Junior, Daniela Hatem, Gilmar Rocha, Pedro Paulo Pettersen, Rita Fazzi e Sônia Maria Campos.

A puberdade é localizada com base em manifestações da sexualidade, o que ocorre por volta dos 11, 12 anos de idade. Nessa época, os caracteres sexuais secundários são ativados e a criança é convocada a sair de sua posição infantil, tanto pelas transformações em seu corpo quanto pelas novas demandas sociais que lhe são exigidas pela família, pela escola e pelo grupo de amigos, que adquire grande importância em sua vida. A grande mudança é, sobretudo, a possibilidade do encontro sexual, e meninos e meninas terão que lidar com estas transformações.

A adolescência pode ser compreendida como a vivência subjetiva dessas transformações da puberdade. Até por volta de 18 anos, espera-se que cada um, utilizando suas próprias referências e as que sua cultura oferece, consiga lidar com essas mudanças físicas, subjetivas, emocionais e relacionais e cumpra a tarefa de se transformar em um adulto. Trata-se, obviamente, de um ideal. Na vida real, nada assegura que aos dezoito anos o adolescente possa ser considerado um adulto. Levando em conta este aspecto, ampliou-se o tempo de preparação para a vida adulta, surgindo assim o conceito de juventude.

Alguns autores, dentre eles, Novaes (2006), entendem a condição juvenil como a etapa da vida situada entre a proteção exigida para a infância e a emancipação esperada da vida adulta. Para fazer este processo de emancipação o jovem depende, não somente de suas próprias condições, mas, sobretudo, das que sua família, seu grupo e a sociedade, de uma forma mais ampla, lhe proporcionam. Considerando as diferentes condições, esses mesmos autores têm utilizado, para se referirem aos jovens, da noção de juventudes. As juventudes, na pluralidade do termo, quer dizer que nem todo jovem vive sua juventude da mesma forma. É preciso levar em conta a complexidade envolvida, os distintos contextos que terão de ser considerados para que cada jovem leve avante seu processo de emancipação. Isso equivale a considerar que nem todos os jovens terão acesso às mesmas oportunidades que conduziram à emancipação esperada para que uma pessoa seja considerada adulta.

Duas características presentes no mundo contemporâneo e, especificamente, no contexto da sociedade brasileira, têm dificultado a emancipação dos jovens, principalmente quando consideramos aqueles advindos das classes populares: a crise no trabalho e a presença da morte na forma da violência urbana. Segundo pesquisas coordenadas por Novaes (2006), esses jovens relatam dificuldades em projetar o futuro em decorrência dos medos com os quais se defrontam no presente – o desemprego e a violência.

Para buscar condições de emancipação, é fundamental que se estabeleça um projeto de vida. Sem projetos que apostam na vida, alguns jovens têm se entregado à morte, em suas mais diversas concepções. A insegurança em relação à vida contemporânea, principalmente quanto à violência nas grandes cidades, tem levado

alguns deles a desenvolverem estratégias para vencer a morte,¹ tanto no sentido simbólico quanto no físico. Eles correm riscos, realizam transgressões, colocam-se em aventuras, vivenciam o hoje, tentando driblar o perigo que os espreitam. Essas atuações não são, propriamente, algo novo – encontramos relatos de atitudes transgressivas e aventuras há muito tempo na literatura sobre adolescência e juventude. Para afirmar sua singularidade, um jovem deverá, necessariamente, romper, de alguma forma, com a geração anterior. Para isso, muitas vezes, ele se colocará a enfrentar desafios, como uma forma de demonstrar um poder diante da dificuldade a enfrentar.

Mas o que marca a geração dos jovens atualmente é a resposta à insegurança na forma de um temor da morte prematura; o medo tornou-se um marco dessa geração, segundo Novaes (2006). Essa autora destaca dois medos essenciais da atual geração dos jovens brasileiros: o medo de sobrar e o de morrer. O medo de sobrar sintetiza a dificuldade atual em encontrar as formas de subsistência no trabalho formal. Diante desse medo, estratégias de sobrevivência vão sendo utilizadas, até mesmo ilegais e criminosas. O medo de morrer mobiliza, também, algumas estratégias, dentre elas as atitudes defensivas. Nessas, para se defender de um inimigo potencial, pode-se atacar com agressividade, preventivamente.

O mundo contemporâneo coloca esta geração em uma situação paradoxal: a expectativa de vida tem se ampliado para os mais velhos, enquanto os jovens têm demonstrado um sentimento de vulnerabilidade, cujos principais medos, segundo Novaes (2006) são: bala perdida, polícia, domínio do tráfico, ser preso, ser violentada, ser espancada e enterrada viva, sofrer violência e sofrer injustiça. Os dados estatísticos da criminalidade violenta confirmam a pertinência desses medos, pois a juventude tem encontrado a morte cada vez mais cedo.

O medo da violência é socialmente compartilhado e estrutura as relações interpessoais no mundo de hoje. A presença de reações de violência entre as pessoas e, principalmente, entre os jovens tem sido verificada em várias pesquisas. A juventude, sempre considerada uma etapa perigosa desde o início de sua teorização no início do século passado, atualmente tem sido relacionada à criminalidade. E, mais contemporaneamente, os jovens pobres e das periferias das grandes cidades passaram a ser considerados os principais responsáveis pela violência e criminalidade urbana. Contudo, os índices das pesquisas sobre violência demonstram que eles são as principais vítimas. No Brasil, a violência ocorre, prioritariamente, entre aqueles que se encontram na faixa etária de 14 a 24 anos.

Segundo pesquisas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Minas Gerais,

¹ Sudbrack e Conceição (2005) apresentam o Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil (UNESCO, 2004, p.187) onde se registra o aumento na mortalidade juvenil em nosso País: em 2002, 39,9% das mortes de jovens se devem a homicídios, sendo que 75% dos juvenis foram executados por arma de fogo.

houve aumento da criminalidade violenta, seguindo os padrões brasileiros. Em 1995 havia uma proporção de 130 casos de ocorrência de crimes violentos para 100 mil habitantes. Em 2003, essa taxa aumentou, passando de 592 casos para 100 mil habitantes (CRISP, 2006).

O município de Ribeirão das Neves e a criminalidade violenta entre os jovens

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e, especificamente, o município de Ribeirão das Neves, objeto deste Projeto, apresentaram os mesmos padrões de aumento dos crimes violentos no Estado e no País. Em Ribeirão das Neves, a criminalidade violenta – assalto à mão armada, homicídio e tentativa de homicídio – teve um aumento vertiginoso. No caso desse município, segundo dados da Polícia Militar, 61% dos crimes de homicídios ou tentativas de homicídio tiveram como alvo os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos.

Não existem dados precisos sobre a participação dos jovens como agentes desses crimes, embora a associação entre a atuação violenta e a juventude seja feita e disseminada, atualmente, fomentando um processo de criminalização da juventude em situação de pobreza.

Os dados do município de Ribeirão das Neves confirmam uma situação que condena grande parte da juventude à morte. Os projetos de vida ficam, dessa forma, comprometidos, e os jovens, acuados, sucumbem diante das desordens sociais. Sem escolarização, sem trabalho, sem perspectivas, envolvidos com vários tipos de droga, muitos encontram no crime e na violência uma saída.

Em geral, as propostas para combater a criminalidade violenta apontam para três perspectivas: elas devem ser locais, focalizadas e apoiadas pelo município. A proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) adota, também, essa direção.

Como ressaltado nesta publicação, de acordo com o PRONASCI, a segurança pública é decorrente de uma coesão social seguida do sentimento de pertencimento e de integração de seus membros. Em Ribeirão das Neves, dado o contexto de violência e as dificuldades das condições de vida, a integração social e o sentimento de pertencimento dos jovens estão, de certa forma, comprometidos. Este quadro parece promover não a participação e vínculo, mas a agressão e violência, nas suas mais diversas formas.

Portanto, é necessário apresentar propostas que possibilitem romper com a lógica retributiva – aquela que pune a violência com mais violência e exclusão social, culpabilizando os jovens e segregando-os. Nesse sentido, buscamos apresentar propostas de práticas socioeducativas que promovam a subjetividade, única arma que o ser humano dispõe para recusar sua submissão como mais um número a constar nas

estatísticas dos crimes – seja como agente, ou vítima. Enfim, propor uma prática que promova o laço social no lugar da destruição e da morte.

Nessa política, o lazer assume um caráter fundamental de estratégia de participação, e isto está em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse estatuto, o lazer é explicitado como um direito da criança e do adolescente, que deverá ser estimulado e facilitado pela família, pelo poder público e pela sociedade em geral. É reconhecido às crianças e adolescentes o direito disporem de períodos que proporcionem satisfação pessoal e melhoria da qualidade de vida, principalmente por serem considerados pessoas em desenvolvimento. Portanto, para que se propiciem as condições para o desenvolvimento esperado de crianças, adolescentes e jovens, dentre os cinco direitos fundamentais, o ECA prevê o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Esses aspectos cumprem a importante função de promover o pleno desenvolvimento e preparação para o exercício da cidadania, por isso devem ser assegurados. Assim, os municípios, os Estados e a União deverão destinar recursos e espaços para as programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Com possibilidades reduzidas de acesso à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer, a adesão dos jovens aos objetos de consumo torna-se a marca de um modo de subjetividade de nossa época. O procura pelo acesso a determinados objetos – tênis, roupas, telefone celular, bonés, drogas – é, para a maioria deles, a justificativa para a entrada na prática de atos infracionais. Esses objetos são buscados dado o prestígio que os jovens acreditam que eles conferem àqueles que os portam, sobretudo porque nossa época preconiza que para estar inserido socialmente é preciso consumir.

Adolescência e juventude são épocas de incertezas, indefinições, de busca de autoafirmação e de pertencimento, enfim, de angústias. Na falta de respostas, a sociedade de consumo torna-nos, todos, consumidores. São fabricados e ofertados objetos, e esses jovens demonstram estar completamente inseridos na lógica da sociedade contemporânea, isto é, no mercado de consumo. Quer dizer, eles demonstram que estão de acordo com a subjetividade de nossa época, e a prática dos atos infracionais está relacionada a algumas marcas dessa subjetividade. Eles furtam, na maioria das vezes, para pertencerem ao grupo, para portarem determinados objetos.

Como ressaltamos no início deste tópico, a marca geracional da juventude contemporânea é o medo – de sobrar e de morrer. Portanto, esses medos são os modos de subjetivação desses jovens: da vida, de suas experiências, de si mesmos e do outro.

De acordo com Drawin (2009), subjetividade e subjetivação são conceitos que se encontram relacionados. O termo “subjetivação” está relacionado a um contexto específico que envolve determinadas condições sociais, econômicas e políticas

de uma época. A fala desses jovens expressa as condições que possibilitaram os modos de subjetivação. Por isso, quando solicitamos, no grupo focal, como será apresentado na segunda parte desta publicação, que cada um expressasse sua condição de sujeito, eles demonstraram como, progressivamente, a subjetividade se encontrava assujeitada às precárias condições de subjetivação: desilusão e inexistência de projetos pessoais. Essa desilusão e baixa autoestima expressam a dificuldade de esses jovens aparecerem como sujeitos. Eles não conseguem se expressar como sujeitos e repetem os mesmos “chavões”. Revelam, ao contrário, um assujeitamento diante falta de perspectivas e não conseguem encontrar saídas diante das dificuldades encontradas.

Ser um sujeito é a dimensão do humano que escapa e resiste à determinação objetivante (DRAWIN, 2009, p. 51). Um sujeito é aquele que consegue, com base nas determinações, separar-se delas. Dessa forma, perguntamos: a que estes jovens estão determinados? Seguindo os dados das pesquisas de violência, eles estão predeterminados à segregação e à exclusão – eles vão sobrar e morrer. Além disso, demonstram, por meio de suas falas, que não estão encontrando maneiras de resistir a esse destino que os assombra.

Assim, propor uma política que considere o adolescente como um sujeito de direitos faz toda a diferença para esses jovens. Uma política concebida dessa forma deverá demonstrar a presença do Estado não somente por meio da polícia, estigmatizando ainda mais esses jovens, mas, considerando a importância, para a promoção da cidadania da saúde, da educação, do esporte e do lazer. Dessa maneira, apostando nos direitos, poderemos avançar na prevenção da violência que assola a juventude.

Os cinco direitos fundamentais previstos pelo ECA são uma aposta para romper com o ciclo de segregação e morte. A efetivação desses direitos é o que poderá promover o desenvolvimento das crianças e adolescentes por meio de modos de subjetivação que tolerem a diversidade, as diferenças, a convivência, o laço social. Por isso, uma política de lazer que promova a cidadania assume importância crucial nessas condições. Quer dizer, uma política que possibilite o convívio, não o medo, a exclusão, o ódio e a intolerância; uma política que promova modos de subjetivação que acolham a subjetividade de cada um, não a sujeição e a mortificação.

Nessa perspectiva, é possível levar em conta a subjetividade na política, propiciando modos de socialização que apostem nos laços e nos encontros – é a isso que visa uma política de lazer que considere a subjetividade.

2 O LUGAR DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS DE LAZER*

Patrícia Zingoni

A família, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou seu enfraquecimento, constitui um lugar privilegiado de socialização, de prática de tolerância, de divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e do exercício da cidadania sob os parâmetros da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. Ela é indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É na família que se buscam os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e ao bem-estar dos seus componentes. Sobretudo, a família é decisiva na educação dos seus membros, pois nela são absorvidos os valores éticos, humanitários e culturais, sendo aprofundados os laços de afetividade e solidariedade.

A família, como forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e pelo impacto da ação do Estado por meio de suas políticas econômicas e sociais. Por essa razão, ela demanda políticas e programas próprios, que considerem suas especificidades e seus espaços peculiares – o comunitário e o doméstico.

Os poucos trabalhos que buscam discutir o lugar da família nas políticas sociais brasileiras têm sido unânimes em sua constatação de que, pelo menos até a década de 1980, as diretrizes e os programas da intervenção social do Estado brasileiro não haviam priorizado a família ou valorizado suas potencialidades como provedora de bem-estar material, afetivo e emocional. A maior parte das ações não se dirigia às famílias, mas aos indivíduos.

Diferentes fatores, porém, que foram decisivos para a incorporação de uma nova definição legal de família, contribuíram para que a família passasse a ocupar lugar de maior destaque na agenda das políticas sociais brasileiras na década de 1990. Nesse sentido, foi fundamental a garantia da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na relação conjugal pela Constituição de 1988, que reiterou o direito ao divórcio e declarou o planejamento familiar como opção a ser adotada livremente pelo casal. A partir daí, foi prevista, também, a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica que lançaria as bases para que os direitos das crianças e dos adolescentes pudessem ser garantidos entre eles, bem como o direito à convivência familiar e à participação na vida comunitária (FARIA, 2002).

A atenção a família, por meio de políticas públicas adequadas, constitui, sem dúvida, um dos fatores condicionantes das transformações às quais a sociedade

* Este texto foi extraído do artigo originalmente publicado no livro *Lazer e sociedade: múltiplas relações*, organizado por Marcellino [Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção Estudos do lazer)].

brasileira aspira e um dos eixos fundamentais da política de lazer entendida como um direito social. Retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas é, também, assumir o desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes no direito dos indivíduos ao lazer.

Para abordar o tema família e lazer, escolhi um caminho reflexivo que, primeiramente, retoma um breve histórico do lazer e das famílias no Brasil, seguido das características que formatam a política social de lazer no País. Em seguida aponto algumas questões que afetam diretamente o lazer, sobretudo daquelas famílias caracterizadas pela situação de pobreza. Por fim, apresento algumas considerações básicas que uma política social de lazer voltada para a família na atualidade deve considerar.

O lazer e as famílias no Brasil: um breve histórico

Comentando sobre nossa sociedade colonial, Renato de Almeida (*apud* PINTO, 2000) diz que, se houve no século XVI luxo extremo nas casas dos nobres – “casa grande” –, em pouco a necessidade de ruralizar a vida e a mestiçagem acabou com aqueles pruridos de ostentação e galas. Indo para as fazendas, os senhores lançaram os alicerces da sociedade brasileira numa vida monótona e sem prazeres.

Durante todo esse tempo do Brasil Colonial, somente a Igreja era centro social e de diversões, pois nela havia festas profanas com danças e representações. Fora daí, somente algum festejo oficial ou as raras reuniões de família (chamadas assembleias), além de visitas aos domingos e algumas caçadas. Quanto aos escravos, suas poucas oportunidades de diversão eram, vez por outra, prestigiadas pelos amos. Do início do século XIX nos viria uma carta do último vice-rei, o Conde dos Arcos, recomendando aos senhores que, em lugar de combater, estimulassem música e dança aos sábados na senzala.

A igreja do Brasil Colonial teve um papel importante na vida cultural daquela época e, também, na definição de tempo de lazer, como compreendido naquele momento histórico. Considerada como uma espécie de empresária das alegrias do povo, como diz Luís Edmundo (*apud* Pinto, 2000), sempre promoveu, animou e protegeu folguedos de rua. Em consequência, as festas religiosas passaram a se constituir marcas do tempo de lazer das famílias: Natal, quaresma, páscoa, pentecostes, festas juninas e de santos padroeiros até hoje marcam o calendário oficial de tempo de lazer no País.

Paralelamente à sociedade rural desenvolveram-se duas experiências de vida urbana: uma no nordeste, em Pernambuco, na primeira metade do século XVII e outra no centro-sul de Minas Gerais, no século seguinte. Nessas duas experiências, observamos a diversificação das ocupações típicas da vida urbana e o desabrochar de costumes burgueses. As famílias abastadas promoviam reuniões e saraus, que incluíam recitais de cravo e rabeça, declamação de poesias, jogos de carta, danças, brincadeiras de prenda, gamão e xadrez. (MEDEIROS, 1990)

A Proclamação da República, em 1889, introduziu no País modernizações que envolveram o fim do trabalho escravo e o início da urbanização e industrialização, deslocando para os eixos centro-sul os polos de desenvolvimento econômico, político e cultural aos moldes das sociedades modernas capitalistas. O projeto republicano dos militares, inspirado no positivismo de Augusto Comte, penetrou no Brasil do final do século XIX, deixando raízes no imaginário social e também novos sentidos de família – família moderna, ou nova família, ou família nuclear moderna, inspirada nos modismos da *belle-époque* francesa e no conservacionismo moralista inglês daquela época. (NEDER, 2000)

Ao contrário da família tradicional, na família moderna a mulher passa a ter papel de destaque na moral familiar e social. Educada para ser dona de casa, mãe e educadora dos filhos, cumpre também o papel de suporte do homem para que ele possa enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. Por isso, precisa ser prendada e ir à escola. No projeto republicano positivista, voltado para a modernização da família branca, a educação ocupa lugar de destaque no projeto social de “ordem e progresso” (NEDER, 2000).

Nesse contexto, educadores e recreacionistas do início do século XX entendem que é no tempo vivido no lar que os indivíduos aprendem a brincar. Enfatizando a importância das atividades recreativas orientadas e “bem escolhidas” como meio de solucionar problemas da vida moderna, Gouvêa (*apud* Leila, 2000), com base em suas experiências com a Recreação desde 1934, ressalta o papel da família na educação para o aproveitamento adequado das horas de lazer por meios de várias atividades recreativas e “passatempos”.

No jornal católico *O Horizonte* (1928), são tecidas críticas ao uso de jogos na escola pelo receio deles abalarem a severa vigilância dos pais e o recato necessário às crianças, alertando para os perigos que surgem quando as crianças são postas em contato com outras crianças de péssimos costumes e sem menor vigilância, o que leva à devassidão e à indisciplina social.

Mas foi no período do Estado Novo que foram esboçadas as primeiras incursões do Estado em políticas públicas na área da família, tendo como aliadas a Igreja e a Escola. Foram políticas com forte inspiração no autoritarismo e na eugenia, enfatizando os sentidos de “família regular” e “família saudável”. A Igreja, separada do Estado no início da República, utilizou estratégias que definiram uma política educacional católica de amplo alcance com a implantação de escolas confessionais em todo o País, bem como criando a assistência social ligada à Igreja, ocupando lacunas deixadas pela nova ordem republicana (NEDER, 2000).

Como parte integrante do tempo diário da vida cotidiana das pessoas, o lazer constitui um momento agradável e descontraído dessa rotina. Procurando entender as formas como a periferia dos centros urbanos preenche o tempo de lazer, Magnani

(1998), em estudos realizados no final da década de 1970 e início década de 1980, trata de como essas famílias davam sentido a esses tempos. Em seu trabalho de campo, destacou que o tempo de lazer tem sentidos diferentes, considerando sexo, idades, estado civil. Com base nessas categorias, mapeou o tempo livre das comunidades estudadas, revelando como o tempo livre dos homens casados, quando vividos em casa, era uma oportunidade de estar com a família, dedicar-se a algum “bico”, assistir à TV, ouvir rádio ou dormir. Fora de casa, os encontros com vizinhos e colegas nos bares eram os programas preferidos. Com os rapazes não aparece a oposição em casa e fora de casa; as preferências deles envolviam o esporte e encontros sociais (sinuca, bares, bailes...). As mulheres casadas, mais em casa, dedicavam seu tempo a trabalhar e dormir, assistir à TV e ouvir rádio. Saíam apenas em ocasiões especiais: aniversários, casamentos, circos. Também em casa, as moças preenchiam seu tempo livre assistindo à TV e rádio, e fora de casa, indo a lanchonetes, bailes e festas em casa de colegas.

Como organizar um quadro de modalidades preferidas de entretenimentos não foi suficiente para entender o sentido do tempo de lazer para essas famílias, Magnani (1998) fez entrevistas, mas não as considerou também suficientes, dado o caráter monossilábico das falas sobre o lazer e a distância do discurso obtido com a prática observada. Exemplo disso foi o alto índice do item cinema em todas as falas, sendo que a única sala de projeção da vila estava desativada.

Foi ao se introduzir nos grupos de sinuca do bairro que esse pesquisador pôde observar mais de perto o sentido do tempo de lazer para essas famílias. A entrada no “pedaço”, evidentemente, quebrou o clima de desconfiança com o grupo. A observação direta do tempo e espaço vividos muito ligado à casa, à vizinhança e à vila reafirmam o sentido de tempo de lazer como tempo de vivências culturais variadas, sendo que o bar é privativo dos homens e os demais participam de tudo. A lanchonete é o correspondente feminino dos bares. A relação entre casa e fora de casa é muito significativa – define o ritmo do tempo de lazer. Os fins de semana, também. Às sextas-feiras também são especiais: dança-se samba. Os momentos de lazer considerados familiares, não havendo diferenças entre festas de crianças e de adultos, ocorrem por ocasião das festas tradicionais como Dias das Mães, aniversários, casamentos e festas religiosas, como Natal, Páscoa, etc.

Por influência da Igreja Católica, os valores associados à família – e também o aparelho jurídico – sempre estiveram atrelados à relação sexualidade, reprodução e casamento e, especialmente, no modelo de família conjugal, a casamento indissolúvel e monogâmico, embora nas práticas culturais apenas alguns segmentos da população se ajustassem a esse modelo. No entanto, nas últimas décadas do século XX, mudanças no plano das práticas culturais influenciaram transformações nas representações de família que, segundo Fukui (*apud* PINTO, 2000), ocorreram em três momentos especiais: quando o número de filhos começou a ser previsto e planejado; quando se

passou a não mais existir filhos ilegítimos; e quando foram reconhecidos os direitos de uniões consensuais. Com a institucionalização do divórcio no Brasil, em 1977, e ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1980, mudanças significativas operaram-se na história da família brasileira, principalmente no nível dos valores, influenciando nossa prática social como um todo.

Nesse contexto, duas mudanças profundas em relação ao sentido tradicional de família são significativas nas relações entre homens e mulheres, entre pais, mães e filhos: a primeira, em relação à autoridade patriarcal; a segunda, quanto à divisão de papéis familiares. Papéis sexuais e obrigações não estão mais claramente estabelecidos, não são mais compostos por padrões e hábitos preexistentes e o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilo de vida, como diz Giddens (1993).

Em outras palavras, as escolhas que os indivíduos fazem dizem respeito à identidade deles. Nas sociedades tradicionais, os indivíduos não tinham escolhas e nem precisavam se revelar em cada uma das suas ações e hábitos. Eles não podiam escolher o que fazer e como ocupar o tempo, mas não viviam uma das angústias da vida moderna: ter que escolher. Essa exposição da individualidade abriu espaço para o comportamento compulsivo, que representa a perda do “eu” da capacidade de escolher e de dizer não” (SARTI, 1998).

Estudos sobre o lazer e a vida familiar, realizados em 1996 pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, voltam a enfatizar o lazer como tempo de diversão dentro e fora de casa. Uma vez mais destacando o que as pesquisas em geral revelam, são listadas atividades de entretenimento que permitem perceber alguns dados que mostram sentidos do tempo de lazer no final do século XX. Inicialmente é evidenciado o aumento da vivência do tempo de lazer em casa com o predomínio dos meios de comunicação (TV, rádio, revistas, internet, vídeos, ouvir música). O tempo de lazer é enfatizado como tempo de consumo, ampliando negócios no campo do lazer. Em segundo lugar, o tempo de lazer em casa é tempo de estreitamento de relações sociais (especialmente com amigos) e de práticas de atividades manuais ditas “semiutilitárias”, ampliando o *hobby* pela jardinagem, cuidados com carros, animais, consertos caseiros (bricolagem), etc. Nesse sentido, também cresce o negócio do “faça você mesmo”. Fora de casa o tempo de lazer é menor, mas vivido intensamente em lugares específicos – públicos e privados – como *shopping centers*, parques, cinemas, teatros, casas de shows, reuniões de grupos formais e associações, clubes, etc. Além disso, destacam-se as viagens durante períodos de férias e feriados prolongados. Novamente, a pesquisa revela que os homens saem mais que as mulheres. Revela também que, com as conquistas das mulheres ao direito ao mercado de trabalho, o tempo disponível mudou em decorrência da dupla jornada de trabalho, uma vez que a maioria continua com a responsabilidade com as tarefas domésticas (CAMARGO, 1998).

Analisando esses dados Camargo (1998) entende o lar como refúgio e aconchego, além de um “pequeno centro cultural” no qual podemos ter disponibilizadas várias

opções de atividades de lazer. Para esse autor, o tempo de lazer vivido fora de casa responde a uma necessidade de mudança de ritmo, de paisagem e de estilo de vida.

Como observamos nas últimas décadas, mudanças profundas têm acontecido na família brasileira. Essas mudanças podem ser percebidas tanto nas “unidades domésticas” (diminuição do tamanho das famílias, multiplicidade de arranjos, crescimento nas unidades compostas por um único membro, o crescimento da importância da mulher como provedora, etc.) quanto na família como “instituição” (democratização da sociedade conjugal, respaldadas tanto em termos jurídicos quanto pela prática) e no “conjunto de valores” predominantes (enfraquecimento dos vínculos conjugais formais, presença crescente das famílias monoparentais, ruptura cada vez mais marcante dos vínculos mecânicos entre casamento, sexualidade e reprodução, etc.) (FARIA, 2002).

Grosso modo, é possível dizer que essas mudanças, podem ser entendidas como derivadas de fenômenos diversos quanto: à liberação dos hábitos e costumes, à secularização da sociedade, à reapreciação do papel da mulher na sociedade e na família, ao aprimoramento e à popularização dos métodos contraceptivos, à influência dos meios de comunicação de massa, ao caráter excludente do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, dentre outros (FARIA, 2002).

Pelo exposto, as políticas de lazer para família devem levar em conta a valorização das famílias como *locus* de construção da identidade (desprender-se, portanto, de uma conotação moralista, fundada em preocupações meramente com atitudes e comportamentos) e apoiar as mulheres nas famílias dos setores populares, como arrimo econômico. Foram esses os motivos que me fizeram, neste texto, eleger como assunto inicial o estudo sobre a formação histórica e identidade social das famílias no Brasil.

O lazer das famílias brasileiras que vivem sob o signo da pobreza

É consenso (TAKASHIMA, 2000) que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no País. No Brasil, os programas de transição econômica e de ajustes macroeconômicos têm funcionado como fator desagregador daquelas. Têm se verificado, por exemplo, o aumento das famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio; a questão migratória, por motivo de sobrevivência, atinge alguns membros, tornando-se motivo de desestruturação do espaço doméstico; o domicílio está sujeito a ameaças frequentes causadas pela degradação do meio ambiente; o difícil acesso aos serviços básicos, aos recursos produtivos e aos diferentes métodos de planejamento familiar.

Em uma sociedade como a nossa, predominantemente urbana, na qual se convive com diferenciadas condições econômicas, cada vez mais as pessoas são discriminadas e hierarquizadas também no lazer. Para isso devemos, antes de tudo, compreender o

contexto socioeconômico, o político e o cultural que condicionam o lazer das famílias brasileiras.

No sistema de economia capitalista no qual vivemos, grande parcela da população do município se encontra na faixa da pobreza; outra significativa parcela se encontra em situação de miséria absoluta, portanto, uma população de excluídos; há distribuição desigual de bens e desemprego; e a sociedade está centrada no mundo do trabalho alienado.

Se o trabalho na nossa sociedade se configura como *locus* de dominação, exploração e alienação, isso dificulta consideravelmente outra função do lazer a não ser aquela voltada para a compensação do trabalho. Isso reduz, sobremaneira, os significados do lazer, limitando-os à recuperação da força de trabalho agindo, muitas vezes, como válvula de escape para extravasar sentimentos não vividos no trabalho e repor energias indispensáveis a ele.

Convivemos atualmente num mundo marcado pela globalização, que reproduz a cultura dos países desenvolvidos de maneira acrítica. Ao mesmo tempo em que se avança no desenvolvimento tecnológico e da informação, avança-se também nos processos de exclusão social, vulnerabilidade e precariedade nas relações de trabalho.

Ainda prevalece nos dias atuais o tradicional conceito de que tempo livre é coisa de rico. Uma das grandes vantagens de ser rico é ter tempo, é dispor do tempo para si, é possuir meios para consumir uma gama de alternativas e produtos vendidos pela indústria do lazer. Para o pobre, o tempo livre é sinônimo de tempo liberado do emprego, e não do trabalho; não quer dizer tempo disponível para o lazer. Para o desempregado, tempo livre é sinônimo de desmoralização, uma vez que a ociosidade é vista de forma pejorativa.

Esse preconceito pode, ainda, traduzir certo pudor em falar de banquete na casa de quem passa fome. Como falar de alegria quando há tanta gente sem casa, sem alimentação, sem saúde, diz Camargo (1998)? Parece mesmo que o direito ao lazer somente é admissível quando se tem as necessidades básicas atendidas. Outras vezes, trata-se apenas de um preconceito sobre a pobreza, segue dizendo Camargo (1998), como se o fato de ser pobre significasse, além da falta de recursos, a falta de desejo humano pelo prazer, uma incapacidade de interagir com as pessoas, inclusive ludicamente.

O lazer é, pois, um termo carregado de preconceitos, dado o fato de ser considerado inútil, supérfluo e possuir uma história de utilização como instrumento ideológico, o que contribui para o mascaramento das condições de dominação nas relações de classe. Discutindo esse enfoque do ponto de vista mais amplo e seguindo a perspectiva gramsciana, Marcellino (1995) afirma que, ao mesmo tempo em que o lazer sofre inúmeras dominações, é, também, oportunidade de atuar como alavanca de transformação social, pois é um fenômeno gerado historicamente do qual podem emergir valores questionadores da própria sociedade que o gerar.

Considerações para uma política social de lazer voltada à família brasileira

A crise do *Welfare State*, o déficit público, o individualismo crescente, a institucionalização das necessidades humanas e o desemprego estrutural colocam a família e a comunidade diante de novos desafios na política social brasileira. Esse ressurgimento reflete, ainda, certa consciência do esgotamento da opção pelo indivíduo nas políticas públicas. Portanto, um eixo básico que não deixa dúvida, nem às instituições, tampouco aos que pretendem abordar as famílias, de que o papel do Estado deveria ser não de substituto, mas de grande aliado e fortalecedor desse grupo, proporcionando apoio ao desempenho de suas responsabilidades e missão.

Comentando sobre a delimitação do conceito de “política para a família” Faria (2002) diz que alguns analistas têm optado pela distinção entre políticas para a família “diretas” e “indiretas”. As políticas diretas seriam aquelas que têm a família como público-alvo definido por determinado objetivo precisamente estabelecido, cuja consecução se dá por meio de políticas articuladas com outros setores e com a comunidade. E política indireta seriam aquelas que têm certo impacto sobre a família, embora este não seja o seu alvo principal.

Nessa direção, são apontadas algumas possibilidades de pensar a política pública de lazer para as famílias, tendo essa distinção como referência e as famílias empobrecidas como alvo dessas políticas.

É precisamente esse núcleo de políticas diretas a usualmente privilegiada pelos gerentes públicos de lazer e que buscam no campo das “atividades” respostas a essas demandas. A política para a família definida como um campo de atividades de lazer implica a apresentação clara e precisa de certos objetivos relativos ao lazer das famílias. Esses objetivos podem ser, por exemplo, garantir maior ou menor acesso das famílias aos serviços de lazer oferecidos pelo poder público; promover ações que busquem a diminuição dos custos de acesso às políticas privadas; atividades que possibilitem maior igualdade de acesso entre homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos, crianças, adolescentes, adultos e pessoas portadoras de deficiência.

Em síntese, são programas de lazer que incluem uma gama de atividades e processos socializantes e lúdicos voltados para o desenvolvimento de relações, descanso, divertimento e habilidades para a vida coletiva, familiar e comunitária. As famílias necessitam de programas que lhes deem significado à existência cotidiana, e não apenas atuem a nível das suas condições materiais de vida (CARVALHO, 2000).

Por outro lado, caso se pretenda definir política de lazer para a família como qualquer intervenção pública que afete o lazer das famílias, propositadamente ou não, ou seja, como uma **política indireta** de lazer, seria necessário pensá-la articulada com as políticas de garantia de renda mínima, a provisão de serviços para a família de

saúde e educação, políticas urbanas, de transporte, de trabalho, etc.; enfim, políticas que indiretamente condicionam o lazer de determinada sociedade. Leis trabalhistas e condições de transporte são exemplos dessas políticas que interferem na questão da disponibilização de tempo das famílias para o lazer.

Uma rede de serviços é extremamente necessária. Em décadas passadas, os centros comunitários mantinham os chamados clubes de mães, clubes de jovens que desenvolvem cursos de atividades manuais e artesanatos, ruas de lazer, torneios esportivos, festivais etc. Tais serviços, hoje, são escassos e sem diretrizes, processos e recursos necessários à garantia de efetividade e eficácia nos resultados. Esses serviços, embora descentralizados e facilmente acessados pelas famílias, oferecem um trabalho descontínuo, desenvolvido, em geral, por voluntários sem o devido preparo. Organizá-los numa rede e dotá-los de infraestrutura mais adequada, além de melhor capacitar seus agentes é um esforço necessário ainda a ser implementado pelas políticas de lazer de base microterritorial.

O trabalho democrático que incentiva uma relação horizontal, comunitária de abertura ao outro, com base na leitura da realidade familiar abrangente envolvendo todas as áreas das suas necessidades, não é um aspecto muito priorizado pelos governantes do lazer, tampouco considerado pela própria família, que vê o lazer como uma política isolada e de menor importância diante das outras. Sem dúvida, não se pode generalizar, pois sabe-se de esforços desafiadores implementados em diferentes cantos do Brasil. Embora seja muito recente a retomada da centralidade da família nas políticas públicas de lazer, observa-se que há uma variedade de posturas nos diferentes enfoques de atendimento às famílias que transitam da forma convencional a formas denominadas inovadoras.

Segundo Takashima (2000), a forma mais tradicional encontrada em nosso meio privilegia o atendimento individualizado das pessoas, atomizando o universo familiar. Ela ressalta o individualismo, reflexo da própria visão econômica da sociedade, regulado mais pela competição do que pela convergência. Nesse sentido, a política inovadora de atendimento é baseada em outra racionalidade, ou seja, a organização solidária entre os indivíduos em sua família e entre famílias vizinhas. Nesse caso, pesquisas (TAKASHIMA, 2000)) têm identificado formas de ação grupal de apoio à sobrevivência, em que famílias pobres passam pelo processo gradativo de transição entre o plano doméstico de satisfação das necessidades para o plano coletivo: redes de solidariedade entre vizinhos em caso de morte, incêndio, doença, etc., e práticas organizadas com agente público motivador – por exemplo: sacolão, fabriquetas de produtos para consumo na própria comunidade, projetos de geração de renda, movimentos de denúncia pelas condições de moradia etc.

Essas práticas, que podem ser denominadas de ação coletiva, devem ser estimuladas pelo gestor de lazer e direcionadas ao atendimento de alguns interesses

comuns. São práticas socioculturais que envolvem o lazer para jovens, adolescentes, adultos e idosos e que os diversos movimentos sociais e de interesses temáticos existentes no entorno da comunidade, como músicos, esportistas, blocos de carnaval, grupos de quadrilhas, times de futebol etc.

Dado o enfoque imediatista das políticas de lazer, o atendimento à família se reveste de cunho assistencial, desarticulado e dependente. Seus membros são tratados como pessoas receptoras de benesses do poder público, e não como pessoas com direito. O mais grave, nesses casos, é que os profissionais que delas se ocupam acabam com certa ingenuidade invadindo-lhes como um trator a privacidade, em vez de fortalecer sua autonomia e liberdade de escolha.

Por outro lado, a forma denominada inovadora rompe com o assistencialismo, trabalha com a postura socioeducativa por meio de atendimento ao lazer como direito do cidadão e sua família articulada com a organização comunitária, âmbito de inserção dos grupos familiares. O fundamento dessa postura alternativa é que a população pobre e desorganizada não reúne as melhores condições de lutar pelos seus direitos e menos ainda dos relativos ao lazer. A estratégia, portanto, no meu entendimento, é a mobilização, a participação e a organização popular quanto ao esclarecimento da importância do lazer para a qualidade de vida e o bem-estar das famílias.

Em comunidades ainda não organizadas de forma satisfatória, as relações não se encontram suficientemente consolidadas nem por identidade, tampouco por parentesco ou procedência, fazendo emergir nelas o oposto da solidariedade. A proximidade das casas e barracos a privacidade exposta aos vizinhos, o som em alto volume, as brigas de casais, o lixo próximo, a água suja que corre no terreno vizinho, os roubos, o alcoolismo e as drogas são fatores da convivência diária que acabam dificultando as relações mais solidárias.

Nesse caso, o lazer pode contribuir para a socialização dessas famílias buscando estimular, induzir ou promover o direito ao convívio por meio de programas e projetos que enfatizam as relações de convivência e vizinhança com a promoção de atividades lúdicas – entendendo-se o lúdico como as vivências culturais prazerosas, significativas para os sujeitos, fundadas no exercício da liberdade e, por isso, mobilizadoras de desejos e estratégias sociais transformadoras da realidade.

Conforme aponta Demo (1996), os anos de ruptura e crise identitária caracterizam o processo de exclusão social. A precariedade das condições de vida não se explica apenas pelas formas de segregação espacial e desigualdades em face da distribuição de habitação, mas, também, por um processo de degradação das relações sociais e o afrouxamento da coesão social. As dificuldades da população se agravam em face do sentimento de solidão, enfado e vazio da existência.

Os conteúdos culturais do lazer, na atualidade, ocupam um papel central nas discussões e reflexões sobre alternativas e na degradação social, e vem sendo entendidos como uns dos mais eficazes recursos de incorporação social.

Programas de lazer que apoiam iniciativas familiares, de associativismo, de incentivo à formação de grupos de convivência, de apoio a grupos produtivos, de fortalecimento da participação nas decisões governamentais, etc., alimentam o processo de socialização dos membros da família, fortalecendo-lhes a autoestima e a daqueles que lhe estão próximos, condições básicas para a construção do sentimento de identidade coletiva.

Mesmo reconhecendo que a definição de um padrão social mínimo passa, inevitavelmente, por uma interferência no problema da desigualdade social por meio de políticas redistributivas que busquem o equilíbrio entre o econômico e o social, esse padrão mínimo implica, também, a disponibilidade da sociedade civil em estabelecer relações sociais baseadas em certo sentimento de identidade e obrigações comuns para com sua família, sua comunidade e seu Estado (ZINGONI, 2001).

Outro papel central no trabalho com as famílias, é a importância da adoção da efetividade como estratégia de emancipação na direção de uma ontologia e de uma epistemologia que não separam a razão da emoção (SAWAIA, 2003). Sawaia remete à ideia de que é preciso trabalhar a sensibilidade, o corpo, a emoção, na dimensão íntima (sexualidade, relações afetivas, subjetividade, desejo) e no plano coletivo (consumo, mídia, relações de produção presentes no lazer) para tirar as famílias da alienação pela participação consciente e crítica nas ações do lazer.

Nessa perspectiva, a ação e a reflexão na política de lazer equivalem às práticas voltadas, também, para as emoções e os desejos, o que significa eleger como meta da ação revolucionária a construção da liberdade e da alegria de estar em conjunto. Juntamente com a mobilização social, deve-se adotar a afetividade e a compaixão. “Em vez de rejeitar a família como lugar do intimismo alienador, explorar sua função emancipatória no atual momento histórico, por ser espaço privilegiado e fruição da paixão pelo comum”. (ZINGONI, 2003, p. 39)

Por isso, o planejamento das ações no lazer com famílias deve atuar nas emoções para se contrapor à pobreza e à dominação. Como nos fala Espinosa (1957, livro IV, *apud* SAWAIA, 2003, p. 49), a política nasce do desejo humano de libertar-se do medo, da solidão: “Só as pessoas livres e felizes são gratas uma às outras e estão ligadas por fortes laços de amizade”.

Mais do que analisar a estrutura familiar, devemos perguntar pela afetividade que une a família. O desafio é criar uma política de lazer na qual a ludicidade é fator de arregimentação da afetividade e de outras necessidades das famílias, com legitimidade para levar às esferas de negociação pública as angústias sinceras dos diferentes domínios sociais e para enfrentar a feudalização do planeta causada pelo princípio racional do mercado.

3 REVISITANDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE

*Duval Magalhães Fernandes
Anderson Batista Coelho*

Pretende-se, aqui, expor a tramitação histórica do conceito de vulnerabilidade sob diversas perspectivas. Para tanto, neste texto será analisado esse processo mediante a contribuição de vários pesquisadores do tema no estudo das ciências afins. Por fim, prioritariamente, será contemplada nessa discussão a concepção social e econômica da vulnerabilidade, com base nas abordagens levantadas sobre o tema.

Destaca-se, inicialmente, a “vulnerabilidade” conceitualmente pensada, ainda em seus primeiros entendimentos, como uma complementação ao conceito de risco.

Para Marandola Jr. e Hogan (2005), a vulnerabilidade teve suas primeiras aparições sob a ótica do risco em uma dimensão meramente ambiental, sendo que, tempos depois, foi estudada num contexto socioeconômico. Nesse contexto, Marandola Jr. e Hogan (2005, p. 30) lembram que os primeiros estudos científicos envolvendo o conceito de risco remetem à: “[...] uma forte orientação objetivista (empiricista-realista), tendo como pressuposto o entendimento da realidade como um dado, ou seja, passível de mensuração”.

Acredita-se que os geógrafos foram os primeiros a desenvolver trabalhos sobre o conceito de risco e vulnerabilidade. Muitos estudos trabalharam com o potencial de risco – por exemplo, os de enchentes, terremotos, *tsunamis*, erupções vulcânicas, etc. Os riscos ambientais se mostravam mais visíveis e emergenciais aos olhos de uma época (décadas de 1950 e 1960), quando predominava uma corrente empirista.

Destacam-se aqui, pois, os trabalhos de Robert W. Kates (KATES, 1978) e de Anne White e Ian Burton (WHITE; BURTON, 1980), ambos no contexto do Scientific Committee on Problems of the Environment (Scope), importante organização científica que contribuiu muito para os estudos sobre as relações do homem com seu ambiente, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

O perigo inserido em um contexto de planejamento era visto por tais estudiosos ensejando risco que, por sua vez, era a possibilidade de esse dado fenômeno ocorrer em determinado local, causando danos e expondo a população:

Em vez de se utilizar o impacto como abordagem, imperava uma preocupação prognóstica que reclamava a minimização da incerteza, ou seja, a mensuração das probabilidades de os perigos acontecerem era fundamental para diminuir a ocorrência e a intensidade dos desastres (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005, p. 32).

Nessa conjuntura, a vulnerabilidade era, então, entendida como uma ideia oculta à noção de capacidade de resposta. Burton, Kates e White (1978), citados por Marandola Jr. e Hogan (2005, p. 32) bem explanaram:

[...] a resposta ao perigo é a capacidade de diminuir as perdas e salvar vidas. Response to hazards is related both to perception of the phenomena themselves and to awareness of opportunities to make adjustments.

A percepção do risco tornou-se, portanto, essencial para o retorno que a população dará ao perigo. Com base nessa percepção, é possível listar ações emergenciais, como o fazem os autores acima citados, planejando as adaptações em médio e longo prazos, ou seja, as mudanças nas políticas públicas e na gestão de uma comunidade diminuindo o risco e a vulnerabilidade. Há, também, as adaptações biológicas e culturais que se dão no decorrer da história, com o aperfeiçoamento do ser humano às realidades naturais do lugar onde vivem.

Remete-se aqui a outro conceito expressivo, originalmente utilizado pela física, que é a *absorptive capacity* (capacidade de absorção). Segundo Burton, Kates e White (*apud* MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005), como os perigos são eventos naturais que atingem diretamente os sistemas de uso humano, as respostas têm de envolver aspectos tanto da vida econômica e social quanto dos sistemas naturais. Em outras palavras, podemos dizer que a capacidade de absorção está diretamente ligada às adaptações, inclusive biológicas, mesmo que em segundo plano, já que ocorrerem em menor escala, sendo que é vital que, apesar das perdas, a sociedade e o sistema ambiental sejam capazes de absorver o impacto e se recuperar.

Ao longo dos anos, as preocupações quanto aos perigos naturais diminuíram. Isso porque os debates sociais trouxeram à tona outra questão que, na verdade, já caminhava à sombra daquela: a “questão social”.

Desse modo, embora a vulnerabilidade já tivesse destaque naqueles primeiros estudos, certamente ganhou maior atenção no fim da década de 1980 e na de 1990. Sabe-se que ao longo dessa trajetória várias tendências estiveram em evidência. Entretanto, sempre foi objeto de preocupação a condição daqueles que não detinham os meios de produção.²

O engajamento político e ideológico de uma geração fez surgir, nas palavras de Marandola Jr. e Hogan (2006, p. 26), “uma sucessão de conceitos que funcionaram como *idée-force* no tratamento das desigualdades provenientes do modelo perverso do sistema e da sociedade capitalista”.

Com base nesses debates, a vulnerabilidade passa a ser estudada em três contextos – social, tecnológico e ambiental – e sua importância cresce gradativamente.

² Para usar uma expressão clássica de Marx (1988).

A natureza e os elementos constitutivos da vulnerabilidade passam a ser discutidos como um ponto relevante, pois, com essas novas perspectivas de estudos, a demanda passa a questionar se a vulnerabilidade é causada pelos problemas ambientais ou socioeconômicos.

Brookfield (1999) externou essa preocupação. Segundo ele, enquanto alguns fenômenos têm suas causas facilmente identificadas (como as bombas atômicas – oriundas da ação humana), outros são mais complexos, tendo-se de atribuir pesos iguais às causas naturais e humanas. Afirma, ainda, que é frequente a aferição de causas de maneira apressada, estabelecendo-se relações de causa-efeito de forma simplista, não raro subvalorizando os fatores ambientais.

A vulnerabilidade é, portanto, o conceito “da vez”, com possibilidade de

[...] acercamientos más dinámicos, bajo los cuales resulta factible anticipar riesgos de daños o de anquilosamiento así como – en la acera opuesta – potencialidades de reforzamiento o adaptación (RODRÍGUEZ, 2000, p. 14).

Analisamos, a seguir, a vulnerabilidade em seu caráter socioeconômico considerando suas ramificações e a sociodemográfica. Logo, os caminhos pelos quais transcorreram os esforços para definir a construção social da vulnerabilidade e, também, para compreender seus fatores culturais, econômicos, políticos e sociais se desdobrarão.

Assim como fizeram os demais estudiosos do tema, citamos, aqui, elementos que talvez melhor representem esta questão: a pobreza e a exclusão. Por esse ângulo, pode-se dizer que a vulnerabilidade está associada às desvantagens sociais que produz e, ao mesmo tempo, como um reflexo a caracterizar um produto da pobreza.

Para Marandola Jr. e Hogan (2005), as desigualdades são entendidas como condições sociais que afetam negativamente pessoas, comunidades ou lugares.

Dessa maneira entendidas, as desigualdades:

[...] correspondem a menos acesso – seja por conhecimento ou disponibilidade – e menor capacidade de gestão dos recursos e oportunidades dos quais a sociedade dispõe para o desenvolvimento de seus membros (RODRIGUEZ, 2000 *apud* MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006, p. 27).

A vulnerabilidade é entendida por Kaztman (1999)³ como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, proveniente da capacidade dos atores sociais de aproveitar isso e, em outros âmbitos socioeconômicos, melhorar sua situação,

³ Kaztman (1999) e Kaztman *et al.* (1999) promovem uma discussão com relação à crítica das possibilidades e limitações da noção de ativos, ressaltando as vantagens e desvantagens sociais e os caminhos para pensar a vulnerabilidade num quadro analítico amplo.

impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais. Os três campos levantados pelo autor remetem a três pilares que formam a estrutura da sociedade contemporânea. Isso leva a considerar imediatamente a “falácia da cidadania” que se viveu e vive, principalmente, nos países periféricos. Embora não seja protagonista nessa abordagem, a cidadania trouxe para discussão das diversas vulnerabilidades questões sobre os recursos dos direitos.

Concomitantemente às abordagens das “questões sociais” na década de 1970, a cidadania leva consigo uma perspectiva que se encontra ao acesso de direitos, ou seja, fica como vulnerável nas ruas e nas suas pulsões segregadoras, e isso forma, acima de tudo, o produto da vulnerabilidade econômica, social e cultural, principalmente dos países periféricos (HOPENHAYN, 2002, p. 9).

Para Hopenhayn (2002) as relações entre cidadania e Estado estão estremecidas,⁴ o que torna, para esse contexto, a cidadania como mais uma falácia, pois o que se contata é a retirada da cidadania do espaço público para o âmbito privado, isso acompanhado da dificuldade do cidadão comum em conciliar sua vontade individual com um projeto coletivo Hopenhayn (2002). Portanto, a cidadania como promotora da relação entre a sociedade civil com o Estado se torna cada vez mais dinâmica e sujeita às mudanças que resultam de todo tipo de pressão sobre o Estado contemporâneo. Marandola Jr. e Hogan⁵ completam afirmando que, “tanto a escala geográfica como a organização socioespacial são vistas como condicionantes da formação de cidadania” (2006, p.28)

Nessa perspectiva, vê-se que a vulnerabilidade pode se externar também pelo cerceamento de direitos. Não se pode esquecer o que garante a Constituição Federal Brasileira de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

O cerceamento de direito garantido em lei revela mais um contraste não somente no Brasil, mas, também, por toda a América Latina. Isso é carregado por um histórico de um passado escravocrata pesado, o que sustenta a discriminação étnico-racial. Essa discriminação, segundo Hopenhayn (2002), está atrelada historicamente à “negação do outro”, isto é, a discriminação étnica e cultural vem acompanhada da exclusão socioeconômica e política de grupos étnicos, especialmente os grupos indígenas, afro-latino-americanos e afro-caribenhos (HOPENHAYN, 2002, p. 11).

⁴ O autor quer mencionar aqui que as relações entre Estado e cidadania estão estremecidas em razão da incapacidade do Estado de garantir os direitos aos cidadãos previstos na Constituição.

⁵ Marandola Jr. e Hogan (2006) citam Stewart (2005) que descreve o “novo *apartheid*” sofrido por quem busca exílio político no Reino Unido, pois a redução de direitos por mecanismos como exclusão ou deportação cria uma nova face vulnerável àquela experimentada antes, nos lugares de onde fugiram.

Afinal, notoriamente, constata-se a exclusão social ligada a fatores demográficos, decorrentes do próprio processo de desenvolvimento e de transformações sobre o mundo do trabalho. Contudo, Hopenhayn (2002) afirma que a insistência da negação da cultura e da identidade do outro facilita a aceitação da exclusão socioeconômica que advém das mudanças promovidas pela modernização. A exclusão dos indígenas na América Latina, segundo o autor, é um exemplo flagrante.

Com isso, percebe-se que as vulnerabilidades que dizem respeito à etnia, cultura e fatores socioeconômicos estão de forma lastimável associadas, constatando-se aqui, principalmente no Brasil, minorias étnicas afligidas por indicadores que cruzam entre si. Segundo Marandola Jr. e Hogan (2006) esses grupos são mais vulneráveis em termos de necessidades insatisfeitas, exclusão política, marginalidade social e discriminação cultural.

Kowarick (2002) também aborda a vulnerabilidade do Brasil urbano cerceando a questão do acesso aos bens da cidadania, principalmente relacionados ao emprego, aos serviços de proteção social ou ao aumento da violência criminal. Kowarick (2002, p. 15) trata esses fenômenos como fatores da “fragilização da cidadania”, compreendida como

[...] perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos privados – dinheiro, poder, influência – para enfrentar as intempéries nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado.

Para o autor, o crescimento da vulnerabilidade urbana no Brasil pode ser constatado em fenômenos como favelização e o empobrecimento da população, que se reflete no quadro econômico referente ao trabalho informal (remuneração inadequada e insuficiente, além do desemprego), fazendo, assim, com que mais pessoas passem a ocupar uma posição abaixo da linha da pobreza. Nesse contexto, nota-se que Kowarick atribui a vulnerabilidade a um contexto mais sociodemográfico.

Essa analogia de Kowarick se conecta com o que Hopenhayn se refere ao tratar a situação de vulnerabilidade como decorrência do desenraizamento social e econômico, associada, principalmente, a formas de emprego irregular, informal, intermitente ou ocasional. O produto final dessa situação para o autor seria o enfraquecimento dos laços de sociabilidade primária, como família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho. Desse modo, isso traria, de forma clara, consequências diretas para a cidadania, o acesso aos direitos e a exposição a riscos de toda sorte.

Portanto, buscou-se aqui apenas retratar um pequeno esboço da discussão sobre a vulnerabilidade. Interessante observar como as primeiras abordagens tiveram uma preocupação maior de cunho ambiental, sendo que somente mais tarde, em meados das décadas de 1980 e 1990, é que as questões de cunho social se tornaram uma

preocupação no que tange à vulnerabilidade referente aos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Simultaneamente, outros temas que se revelam polêmicos em razão da sua natureza conceitual, entraram no debate contemplando a ideia de vulnerabilidade em razão da sua fragilidade. Como exemplo, citamos a cidadania, que está associada aos diversos direitos socioambientais garantidos em lei, que se esfalecem no cotidiano, junto à realidade da maioria das pessoas. Nessa perspectiva, percebe-se que reflexões sobre a temática estão longe de se esgotar, e, com isso, a vulnerabilidade vem acumulando, por si só, um corpo científico capaz de se firmar de vez nos anais acadêmicos em diferentes campos do conhecimento.

Observa-se, assim, seja em qualquer âmbito discursivo, governança, justiça social, ambiental ou da sustentabilidade, que associar sociedade-natureza requer uma postura “trans e multiescalar”, que permita captar as diferentes vulnerabilidades em cada escala do espaço e do tempo.

Com base nessas reflexões teóricas buscou-se construir uma metodologia para a elaboração dos mapas de vulnerabilidade na cidade de Ribeirão das Neves, com o objetivo de contribuir com propostas no campo do lazer para a população do município em geral, e, ainda, para a definição dos sujeitos desta pesquisa, público-alvo desse debate, que será apresentada e discutida na parte II deste livro.

4 O PRINCÍPIO DAS PARCERIAS NA GESTÃO PÚBLICA DO LAZER

Patrícia Zingoni

Não é difícil constatar que as parcerias tornaram-se quase onipresentes na trajetória brasileira desde a última década. Sua difusão é indissociável do contexto mais amplo do processo de democratização.

Com base no lazer como direito social, e nos princípios de gestão do PRONASCI, gestão participativa em redes, territorialidade e intersetorialidade, esta parte amplia o debate sobre o tema das parcerias nas políticas de lazer, procurando pensá-las como elemento necessário do processo de intervenção e desenvolvimento das organizações públicas de lazer que pretendem enfrentar o desafio da violência. Para isso, fez-se, inicialmente, uma pequena contextualização histórica sobre as políticas públicas de lazer no Brasil.

As características das políticas de lazer no Brasil: breve contextualização

Analisando a história da relação Estado/lazer no Brasil, Pinto (1996) relata que, como prática social integradas a projetos de governo, o lazer vem cumprindo papéis

que o destaca como um fazer valioso para a adaptação dos sujeitos à construção sociopolítica pretendida em nosso País. Para tanto, desde a década de 1930, no campo das ações públicas de lazer, os programas de lazer e de “esporte de massa” do Estado foram baseados em princípios funcionalistas, segundo os quais as ações tinham como objetivo a recomposição da força de trabalho e o controle da corporeidade da classe trabalhadora durante o seu “tempo livre”.

Na década de 1980, o lazer conquistou espaços em toda sociedade e ganhou força econômica com o avanço da indústria cultural e as exigências do estilo de vida capitalista. A diversificação do consumo no lazer exige a intervenção de profissionais em vários setores sociais, abrindo novas frentes de trabalho. Ao mesmo tempo, no final da década de 1980 e, principalmente, na de 1990, cresce o número de estudos críticos e criativos sobre o lazer, ampliando os níveis de construção e de difusão de conhecimentos sobre essas questões.

Neste ínterim, novas definições legais foram determinantes na conquista do direito do lazer, superando as condições de clientelismo definidas pelas implementações legais. Com a Constituição brasileira de 1988, o lazer passou a integrar o conjunto dos direitos básicos do cidadão. Subentende-se, por isso, que os governantes e a sociedade têm a obrigação de reconhecer e proteger tal direito.

Nossa Carta Magna (BRASIL, 1988) destaca o lazer como uma das garantias fundamentais dos Direitos Sociais (Título II, Capítulo II). E diz, no art. 6: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

O termo lazer aparece, também, no Título VIII, Da Ordem Social, Seção III, art. 217, § 3º), onde diz: “O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social).

Na esteira da Constituição Brasileira, outras leis passaram a contemplar o lazer, como a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seus arts. 4º e 59, o lazer é explicitado como direito assegurado pela família, pela sociedade em geral e pelo poder público, e os municípios estimularão e facilitarão programações culturais e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Os exemplos acima citados revelam que as sociedades e culturas reconhecem, cada vez mais, o direito das pessoas a certos períodos de tempo nos quais possam optar livremente por experiências que proporcionem satisfação pessoal e melhoria da qualidade de vida e que as condições para o lazer não podem ser garantidas somente pelo indivíduo. O desenvolvimento do lazer exige ação coordenada por parte de governos, organizações não governamentais e comunidades, indústrias, sindicatos, instituições de ensino e família.

As análises implementadas revelam, também, que o conflito contemporâneo em torno da cidadania e do lazer envolve ainda problemas de prerrogativas (afirmação

e garantia de direitos), além dos óbvios problemas de provimento (quantidade e diversidade de meios para o pleno exercício dos direitos). Ficam evidentes aqui o hiato temporal e a natureza conflitiva dos processos de reivindicação de direitos iguais no lazer, sua transformação em norma jurídica e sua generalização na *práxis* histórico-social. O debate sobre o direito ao lazer envolve, precisamente, uma disputa de prerrogativas e também uma questão de provimentos (ZINGONI, 2001).

Na atualidade, observamos que as políticas de lazer ainda são traduzidas, na *práxis*, como políticas de atividades, de doação de material ou de cessão de equipamentos específicos sem a preocupação com a participação humana, que é a vida desses equipamentos. Paralelamente, encontramos, nas secretarias, a “cultura” dos eventos e da prática, a oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos. Aliada a isso, a gestão das políticas públicas de lazer tende a fragmentar os indivíduos. Daí os programas de atendimento a indivíduos, crianças, idosos, mulher, negro, jovens, deficientes, etc., transformados em direitos ao lazer como um setor, na maioria das prefeituras, vinculado ao esporte.

Nossa política de lazer pode ser expressa por estas características das políticas sociais brasileiras sintetizadas por Carvalho (2000):

- É, de um lado, marcadamente elitista, priorizando preferencialmente os segmentos já privilegiados da população. Muitos setores do esporte e do lazer e seus dirigentes ainda possuem fortes componentes corporativistas e de endogenia e não percebem o lazer como direito de cidadania, algo que não diz respeito somente à mídia, aos atletas ou artistas consagrados, mas a toda população. De outro lado, é assistencialista e tutelar quando direcionada aos segmentos empobrecidos da população. Por esse ângulo, essa política reflete uma cultura enraizada historicamente no Estado e na sociedade, que legitima o autoritarismo e a tutela dos dominantes e a subalternidade dos dominados.
- Ao mesmo tempo, a política de lazer absorveu os ventos da política do *Welfare State* e dos direitos sociais cunhados no mundo ocidental capitalista que resultou numa política social extremamente setorizada, centralista e institucionalizada, elegendo o indivíduo como portador de direitos e elemento central, e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade. No caso específico do lazer e do esporte, esses últimos foram substituídos por serviços institucionalizados, tais como ginásio de esportes, ruas de lazer, etc.

As políticas sociais no Brasil, em especial a de lazer, apresenta-se, ainda, como centralizadoras. Embora ancoradas no princípio da descentralização e da territorialidade proposta nas reformas administrativas do Estado e das prefeituras, não vêm ocorrendo em ritmo satisfatório. As estruturas administrativas do esporte e do lazer existentes no Estado mostram-se resistentes a adotar o novo reordenamento

político institucional que contempla uma partilha efetiva entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e entre os órgãos centrais da administração municipal e instâncias regionalizadas.

Certamente, a estrutura fragmentada e centralizadora do Estado burocrático que ainda persiste em nosso meio impede ações articuladas com os demais setores da sociedade como pretende o PRONASCI. Processos burocráticos tornam a realidade passível de reduções, que, mediante a criação de categorias ou setores estanques, os quais, justapostas, formam o desenho social. Essa premissa, entretanto, desconsidera os múltiplos vínculos estabelecidos entre as necessidades humanas, bem como o alto grau de complexidade das relações sociais.

É importante recordar, ainda, que a chamada crise do Estado de bem-estar social, ao colocar em xeque a capacidade do setor público de prover bem-estar de maneira universal trouxe para o primeiro plano a discussão acerca do papel do Estado, do mercado e da família na garantia do bem-estar individual e familiar. Contudo, essa discussão, que se tornou mais visível no Brasil na década de 1990, não se pautou apenas pelas evidências da crise financeiras, mas também por uma suposta insuficiência do poder público propagada pelo pensamento neoliberal, enaltecendo as virtudes imaginativas da autorregulamentação do mercado, do associativismo civil e da esfera privada.

Esse cenário aponta para a necessidade de construção de estratégias de parcerias na gestão do lazer com base nos novos paradigmas de política pública, como *gestão participativa em rede*, *descentralização/territorialização* e *intersectorialidade*, conceitos estes que abordaremos a seguir.

Gestão participativa em rede

A noção de rede tem se tornado figura obrigatória em todo discurso sobre política social. O trabalho em rede se baseia em uma visão sistêmica do mundo. Trabalhar em rede é perceber que todo ator – individual ou coletivo – está inserido numa rede de sistemas para atuar de modo a mobilizar, em favor das mudanças desejadas, os recursos decorrentes dessa inserção (PBH, 2001, p. 3, DOC. 1).

Rede, portanto, é um espaço de convergência de vários atores sociais, todos incompletos, que precisam tecer uma articulação de esforços diante de objetivos definidos, ou seja, potencializar recursos com e para um público comum (AMORIM; FONSECA, 1999, p. 17, DOC. 1). Rede, tomada como espaço aberto de complementaridade e cooperação com regulação, só pode ser assim respeitada se contemplar a intermediação da participação popular e do controle público. A ideia de rede consagra o princípio da descentralização, entendida em suas três vertentes: a horizontal – compartilhamento de poder dentro de um mesmo nível de governo –, a vertical – compartilhamento de poder entre diferentes níveis de governo – e a extragovernamental – compartilhamento de poder entre Estado e sociedade civil (LOBO, 2001, DOC. 1).

A descentralização dos órgãos de gestão das políticas públicas

Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, iniciado em meados da década de 1980, novos espaços, novos conceitos e novas estratégias passaram a integrar a relação entre Estado e sociedade. A consolidação do processo de descentralização das administrações públicas municipais tornou-se, assim, um dos principais eixos da Reforma Administrativa das prefeituras,⁶ a qual se baseia num novo marco legal, político e institucional que busca reorganizar as funções e as formas de gestão entre os níveis central e regional. A definição desse novo marco constitui um desafio fundamental para os governos municipais, comprometido, dentre outros aspectos, com a busca simultânea de maior eficiência e equidade na formulação e execução de políticas públicas sociais e urbanas.

A descentralização busca redefinir a direcionalidade de funcionamento da máquina política e burocrática, no sentido de fazê-la funcionar partindo da ponta na qual se dá a interface com o cidadão, de aproximá-la *territorialmente*⁷ dos cidadãos, respeitando a heterogeneidade e a complexidade de cada região, suas carências e potencialidades. De modo simples, podemos dizer que território é o lugar onde construímos a história com base nas nossas ações individuais e coletivas, nas relações sociais e nos encontros e acontecimentos solidários. Suas fronteiras são construídas historicamente e podem ser vistas por diferentes escalas: comunidades, bairros, municípios, estados, países e continentes. A descentralização deve permitir que a prestação dos serviços seja executada de acordo com o princípio da *intersetorialidade*,⁸ por meio de programas integrados e monitorados por canais efetivos e institucionalizados de participação e acesso à informação para a população.

A definição de uma legislação explícita sobre a política de descentralização a ser consolidada, seus princípios e estratégias, as competências, os limites e as articulações de cada instância de governo constituem elemento-chave para a consolidação e a reestruturação de determinadas práticas, procedimentos e arranjos informais que hoje caracterizam a gestão e a implementação de políticas públicas de lazer no município.

⁶ *Descentralização* é o processo de transferência de poder de níveis centrais para periféricos, de modo a reestruturar o aparato central não para reduzi-lo, mas para torná-lo mais ágil e eficaz democratizando a gestão por meio da criação de novas instâncias de poder, redefinindo as relações Estado/sociedade. (PBH, 2001. DOC. 3)

⁷ Territorialidade refere-se a um recorte relevante no espaço, considerando escala e acessibilidade a bens e serviços (PBH, 2001. DOC. 3). O PRONASCI atua com o foco territorial, inicialmente, em 11 regiões metropolitanas do País onde os indivíduos de criminalidade mostram-se mais agudos. É aí que o município de Ribeirão das Neves se encontra.

⁸ A intersetorialidade representa princípios de gestão das políticas sociais que privilegiam a interação das políticas em sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação. Busca superar a fragmentação das políticas, respeitando as especificidades de cada área. (PBH, 2001. DOC. 3)

A *intersectorialidade* deve ser compreendida como um princípio que privilegia a *integração matricial*⁹ das políticas públicas urbanas e sociais, tanto na fase de sua formulação quanto na sua execução e no seu monitoramento. Sua aplicação é condição necessária tanto para superar a fragmentação existente no planejamento e na execução das políticas setoriais quanto para garantir uma gestão sinérgica e equalizadora que supere as recorrentes superposições e “competições” dos diversos programas e ações municipais. Estruturas colegiadas de gestão serão os espaços de consolidação dessa integração, coordenados pelas áreas centrais e contando com a participação das áreas temáticas e regionais (ROSA, 2001).

Nas administrações públicas de esporte e de lazer, observamos que ainda persistem uma estrutura de gestão burocrática e um estilo de gestão burocrática que devem ser superadas para avançar no processo de descentralização e territorialização conforme preconiza o PRONASCI. Em outras palavras, existe uma cultura burocrática cristalizada nas administrações públicas brasileiras que formatam hábitos políticos e sociais e delinham algumas características comuns nas gestões de lazer no Brasil:

- a) Gestão marcada pelo discurso da competência puramente técnica: os dirigentes esportivos de estilo burocrático desprezam as crenças não científicas e decisões fundadas em valores e estilos culturais específicos.
- b) Estilo centralizador de governar, que mantém distância da população, de suas demandas e seus desejos, não a reconhecendo como parceira protagonista da história.
- c) A dimensão econômica se sobrepõe à dimensão social: como o dirigente econômico vive em função da capacidade de trabalho da máquina administrativa, a sobrevivência econômica e a capacidade de investimento da burocracia estão sempre em primeiro lugar.

Mas existe, ainda, um segundo estilo de gestão muito empregado no Brasil, sobretudo nas administrações públicas de lazer, denominado tradicional. O estilo tradicional de governar é marcado pelo costume e pela fidelidade. Se no estilo burocrático o que conta é a competência técnica e a impessoalidade, no estilo tradicional o que conta é a relação afetiva muito próxima e a intuição.

Segundo Ricci *et al.* (2001), a gestão tradicional é pautada pelas seguintes características:

- a) Políticas públicas marcadas pela fidelidade e pela troca de favores: por isso o dirigente esportivo prefere atender às pessoas individualmente, evitando as demandas coletivas, criando um laço de “confiança”, de cumplicidade.

⁹ Matricialidade: eixo coordenador e organizador de políticas sociais, potencializador de sua integração, com impacto positivo em seus efeitos. (PBH, 2001. DOC. 3)

Aparece como um patrono, um protetor, alguém íntimo que se comove com o sofrimento do outro. O seu poder se alimenta desta cumplicidade.

- b) Ausência de planejamento global de ações – gestão por intuição. Os planos de ações ameaçam esses dirigentes porque são instrumentos de fiscalização e de controle. Esses dirigentes rejeitam discursos técnicos e regras muito fixas e administram por pura intuição e por absoluta falta de planejamento.
- c) Propostas marcadas pelo assistencialismo: o dirigente, nesse caso, procura criar o maior número de ações com vista a gerar dependência da comunidade. O assistencialismo é o acesso a um bem por meio de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. O dirigente esportivo assistencialista age como se fosse ele o proprietário de um bem que distribui, dada sua “boa vontade” a alguém e quer ganhar o reconhecimento e a dívida de favor por essa prática. O dirigente esportivo tradicional não acredita, nunca, que a população se encontra madura e autônoma para decidir sobre os rumos de sua vida.

Uma política pública descentralizada e territorialmente localizada precisa superar os modos de gestão burocrático e tradicional que indicamos acima. Uma política de segurança pública que considera o lazer como uma estratégia de redução da criminalidade mediante o fortalecimento dos laços sociais e comunitários precisa de indicadores que apontem para um estilo *participativo de governar*, destacando algumas características como:

- a) Superar o centralismo das decisões. É preciso que os dirigentes passem a se reconhecer e a se fazerem reconhecidos como gerentes dos assuntos públicos do município, pois em suas mãos encontra-se, por lei, a responsabilidade pelo diagnóstico, programação, supervisão e continuidade das ações de lazer da cidade.
- b) Essas decisões devem ser compartilhadas com a sociedade civil por meio, por exemplo, de incentivo a estruturas colegiadas territorializadas. O objetivo, nesse caso, é articular formas de democracia direta – os próprios beneficiados decidem sobre as políticas – com formas representativas – eleição de representantes que fazem a mediação entre o Estado e a sociedade civil.
- c) Para que as formas colegiadas de governo funcionem, é necessário construir um novo perfil de liderança popular no lazer. É preciso agregar-lhes a capacidade de formulação de políticas públicas, gestão e fiscalização de sua implementação. (ZINGONI, 2001)

A descentralização municipal envolve o *deslocamento de poder, de responsabilidades e de funções*. O primeiro, entendido como redefinição de centros

de poder assegurando pluralidade e permeabilidade à *participação cidadã*. O segundo, como definição de *responsabilidades executivas* pelas ações de governo no âmbito territorial. O terceiro, como um *desenho de distribuição de competências* que garanta racionalidade, eficiência e eficácia, consolidando o deslocamento de funções, mediante a efetiva transferência de recursos orçamentários, técnicos e humanos. Esse desenho é baseado em um sistema de gestão e administração adaptado às novas práticas de participação e de produção de serviços públicos. (ZINGONI, 2001)

Outro princípio de gestão pública a ser considerado no âmbito do PRONASCI é a intersetorialidade das relações. Quanto mais relações interorganizacionais o setor público mantiver com os outros setores, mais condições terá de receber influxo do ambiente externo e de influir nesse ambiente.

Nos modelos de gestão participativos, não se governa por área ou por serviço, mas por políticas, programas e projetos elaborados em conjunto com vários setores e com a população.

Os projetos de lazer que fundam suas ações no lúdico, no comunitário, no educativo e na qualidade de vida para a população-alvo do PRONASCI cumprem um papel fundamental na ampliação dos direitos sociais como política pública cultural de extensão desses direitos à população de setores sociais alijados dessa conquista na nossa sociedade. Todavia, recomenda-se que essas ações coexistam de forma intersetorial com outros programas de natureza econômica e social de caráter menos compensatório e mais redistributivo, como: os “programas de renda mínima” e o *Bolsa-Escola*; os programas voltados para a geração de trabalho, renda e empregabilidade; os programas de atenção à saúde e de combate à desnutrição; os programas de educação para o exercício da cidadania política, de cuidado no domicílio, dependentes, dentre outros, implementados pelos governos federal, estadual e municipal; além das ações estruturais que modernizam as polícias e o sistema prisional, valorizando os profissionais do setor, enfrentando a corrupção policial e o crime organizado.

Por outro lado, nas políticas sociais do município, há necessidade de entender o lazer como direito integrado às demais políticas sociais sem, contudo, ser subordinado a elas e ancorado nelas para receber atenção do poder público.

Parte II

HISTÓRICO SOCIAL E DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

INTRODUÇÃO

*Duval Magalhães Fernandes
Anderson Batista Coelho*

A intenção com este capítulo é apresentar o município de Ribeirão das Neves diante diferentes perspectivas, além de descrever um breve histórico social e demográfico da cidade. O objetivo é criar, aqui, uma discussão sobre a vulnerabilidade e, ainda, expor a elaboração e a confecção do mapa da vulnerabilidade social e juvenil do município à luz das diferentes abordagens históricas existentes, complementadas pelas visões e pesquisas mais recentes.

A cidade de Ribeirão das Neves ocupa um lugar bastante peculiar com relação à maioria das outras cidades da RMBH, que mescla não somente aspectos econômicos, mas também uma tradição histórica diversa dos outros municípios,

Ao final do século XIX, a escolha da nova capital do Estado de Minas Gerais recaiu sobre o Sítio Curral Del Rei, que ficava próximo dos municípios de Caeté, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia, além de alguns povoados e vilas, como a área da Capela de Nossa Senhoras das Neves, construída em 1747. Esse povoamento foi o núcleo central do município de Ribeirão das Neves, e sua emancipação só aconteceu em 1953, portanto há 56 anos.

O processo de ocupação da capital no início do século passado apresentava peculiaridades que atendiam a interesses econômicos, gerando polos de atração nas áreas mais dinâmicas. A cidade projetada estendia avenidas que cortavam a cidade e definiam seu contorno dentro de um processo de exclusão espacial. A verticalização do centro da cidade, a valorização de regiões com melhor infraestrutura e a criação de áreas com uso específico como a “Cidade Industrial”, contribuíram para o processo de ocupação da periferia da capital, influenciando municípios limítrofes que, com intensidades diversas, tiveram a sua dinâmica de ocupação subordinada ao centro hegemônico da região.

Nas décadas de 1960 e 1970, a expansão urbana seguiu do centro para a periferia da RMBH em direção a Contagem e Betim, gerando a primeira frente de conurbação de Belo Horizonte. Em época mais recente, ocorreu um segundo processo cujo centro eram os municípios de Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

No entanto, “a nova periferia que se forma nesse contexto urbano-industrial apresenta um padrão extremamente precário que traz as marcas do imprevisto, do inacabado e da carência absoluta e reflete o ritmo acelerado de construção exigido

pela dinâmica de crescimento da cidade, caracterizando-se como espaço da simples reprodução da força de trabalho, totalmente excluído da fruição do urbano”. (PLAMBEL, 1986, p. 79)

Na última década, o Vetor Norte Central da RMBH,¹ como indicado no Mapa 1, foi o que apresentou maior dinâmica demográfica (SOUZA, 2008). É nesse vetor que se encontra o Município de Ribeirão das Neves.

MAPA 1
RMBH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO OS VETORES DE
EXPANSÃO METROPOLITANA – 2008 (SOUZA, 2008)



Anderson Batista Coelho

¹ O Vetor Norte Central da RMBH é composto pelos municípios de Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves.

Em 2009, o IBGE estimou a população de Ribeirão das Neves em 349.306 habitantes, colocando essa cidade como a 4^a mais importante entre as 28 que compõem a RMBH. Em 1970, a cidade ocupava o 17º lugar no conjunto dos municípios da RMBH. Essa rápida mudança de posição teve como razão o rápido crescimento populacional, que entre 1970 e 1980 chegou à taxa média geométrica anual de 21,36%, a maior da região. Entre os dois últimos censos 1991 e 2000, a taxa média anual de crescimento foi de 6,30%, suplantada somente pela taxa observada para Betim e Esmeraldas. A evolução da pirâmide etária do município² indica uma população jovem cuja idade mediana varia de aproximadamente 21 anos em 1991 para 28 anos em 2009, ficando próximo do valor estimado para toda a população brasileira.

Essa dinâmica populacional tem características distintas daquelas observadas para os outros municípios da RMBH e está ligada a aspectos relacionados à posição econômica e social do município diante de outras cidades da região.

Historicamente, na sede do município tinham importância as atividades ligadas ao comércio e serviços, primordialmente, voltadas para a penitenciária agrícola inaugurada em 1937, mas cujo início da construção data de 1926. Essa situação fez com que a ideia de “cidade presídio” estivesse sempre vinculada ao município. Segundo Souza (2008) a escolha da cidade para a implantação do presídio se deu por ser um local nem muito próximo da capital do Estado, de forma a não comprometê-la, nem tão longe que o presídio não pudesse ser utilizado.

Na década de 1960, a abertura de novo presídio influenciou negativamente o mercado imobiliário local, contribuindo para a desvalorização das terras. Em contraponto à situação da sede municipal, o distrito de Justinópolis, mais próximo de Belo Horizonte passou, já na década de 1960, por um processo de conurbação com a capital mineira. Assim, criava-se um segundo polo de expansão do município, separado da sede municipal e com dinâmica própria.

A atividade econômica no município estava, na década de 1960, calcada na produção hortifrutigranjeira voltada para o mercado de Belo Horizonte. A estrutura fundiária estava concentrada em 67 latifúndios que cobriam 78% da área do município, enquanto 276 pequenos produtores ocupavam 13% (COSTA, 1983). Por causa de sua economia voltada para produtos primários,³ não tinha o município possibilidades financeiras de concorrer com outras cidades da região na política de atração de indústria como aconteceu, por exemplo, com Contagem e Betim. Esse fator, somado à escassez de mão de obra e à vocação penitenciária da cidade, criou um estigma para a cidade que perdura até hoje.

A soma de todos esses fatores, aliados ao baixo preço da terra e à quase inexistente exigência do poder municipal em relação ao parcelamento delas, fez com

² Ver APÊNDICE I.

³ Além de produtos agrícolas, a cidade oferecia produtos para a construção civil, como areia e argila.

que o comércio de lotes e terrenos se tornasse a atividade econômica mais viável para os proprietários rurais locais. No período de 1969 a 1971, 54% dos loteamentos aprovados na RMBH estavam nas cidades de Ribeirão das Neves e Ibirité. Do total de loteamentos aprovados na primeira cidade entre 1949 e 2005,⁴ 83% foram implantados depois de 1975.

As “facilidades” oferecidas pelo poder municipal incluíam a reserva de somente 3% a 5% da área para uso institucional⁵ e a não regulamentação de áreas para praças e parques. A falta de infraestrutura, como calçamento das ruas, esgoto, água, etc., favorecia a oferta de lotes a preços baixos que atraíam parcela considerável de pessoas de baixa renda. Ao mesmo tempo, as condições de financiamento oferecidas tornavam mais próximo, para alguns, o sonho da casa própria. Ainda hoje essa ocupação desordenada se faz sentir na cidade. O Censo de 2000 indicava que, na cidade, 4,7% da população vivia em domicílios subnormais (favelas), colocando Ribeirão das Neves em 8º lugar entre as cidades que compõem a RMBH. Isso representava um total de 11.651 habitantes.

A questão habitacional contribuiu, assim, para que a migração passasse a ser fator de destaque como componente da dinâmica populacional da cidade. Souza (2008), utilizando os dados do censo de 2000, mostra que, nesse ano, 70% da população maior de 10 anos de idade era composta de imigrantes e, desses, 78% tinham como origem a cidade de Belo Horizonte.

Essa população tinha uma estrutura etária jovem e pouca instrução. Comparando-os com os habitantes da RMBH, eles eram menos instruídos, 44% deles com mais de 20 anos tinham, no máximo, quatro anos de estudo, contra 20,4% observado para os moradores do conjunto da RMBH, e o analfabetismo era 7% entre as pessoas com mais de 20 anos, 1% mais elevado entre os imigrantes de Ribeirão das Neves em comparação com os habitantes da RMBH.

Estes aspectos têm importante impacto na economia local. A participação do Produto Interno Bruto (PIB) do município no PIB da RMBH não cessou de reduzir. Em 2000, o PIB de Neves representava 1,63% do produto da RMBH e em 2005 passou a 1,28%. Em relação à economia estadual o PIB *per capita* municipal era, em 2005, aproximadamente, 25% daquele observado para Minas Gerais e 20% do da RMBH.

Em relação à ocupação, os dados do censo 2000, mostram que 22,7% da população economicamente ativa de Ribeirão das Neves estava desocupada, enquanto para o mesmo período na RMBH a taxa era de 18,7%.

⁴ Entre 1949 e 2005, foram aprovados, na cidade de Ribeirão das Neves, 71.225 lotes, sendo 47.270 na sede do município e 23.955 em Justinópolis.

⁵ A legislação federal indica o uso de 35% da área parcelada para uso institucional e público.

O processo de exclusão social da população é claro e reflete não somente nos indicadores econômicos, mas também nos sociais mais amplos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH apurado para a cidade foi de 0,749, o que coloca Ribeirão das Neves em 15º lugar no quadro desse índice para os municípios da RMBH, nível próximo aos índices do Azerbaijão (0,746).

O resultado desse conjunto de fatores não pode ser outro do que o agravamento da violência, que mantém uma tendência crescente na cidade atingindo principalmente os jovens em 15 e 29 anos de idade, vítimas de 61% dos homicídios ocorridos na cidade (INSTITUTO VER, 2007).

No primeiro trimestre de 2008, a taxa de crimes violentos no município foi de 24,61 por 100 mil habitantes, valor 24,7% menor do observado no mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado coloca o município em vantajosa situação perante as outras cidades de maior volume populacional na RMBH,⁶ quando se observa a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no primeiro trimestre de 2008. Ribeirão das Neves destaca-se como a cidade com maior taxa entre aquelas com população maior de 250 mil habitantes e também da RMBH. Essa taxa é, para a cidade, da ordem de 3,76 em relação a 3,14 de Belo Horizonte, 3,53 de Contagem, 3,43 de Betim e 3,20 à RMBH (FJP, 2008).

Analisando o conjunto dos crimes cometidos em Ribeirão das Neves no período de 2000 a 2005, observa-se que quatro crimes respondem por, aproximadamente, 61% dos delitos: roubo à mão armada a ônibus e coletivos (25,5%), roubo à mão armada a transeuntes (15,0%), homicídios tentados (12,4%) e homicídios consumados (7,5%) (INSTITUTO VER, 2007).

Pode-se perceber que o município de Ribeirão das Neves, por meio de sua peculiar trajetória e história de ocupação, não gerou mecanismos propícios para criar circunstâncias favoráveis para descrever um desenvolvimento urbano que tendesse a aspectos positivos. Nessa problemática, abre-se aqui uma discussão sobre a urgência em analisar tal espaço, conhecê-lo e estudá-lo de forma que se possa contribuir como um viés a mais para os gestores públicos locais e para a criação de políticas públicas eficientes. Para tal, propôs-se analisar indicadores e índices que apontassem, no espaço municipal, as regiões com maior vulnerabilidade onde as políticas públicas poderiam ser implementadas. Antes de avançar sobre esses indicadores, faz-se necessário discutir minimamente os aportes teóricos que contribuíram para a sua construção.

⁶ Dentre as cidades de mais de 250 mil habitantes da RMBH, Ribeirão das Neves é a que tinha, no primeiro trimestre de 2008, o menor taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes: Belo Horizonte – 86,01; Contagem – 101,39; Betim – 52,34.

1 METODOLOGIA UTILIZADA PARA ELABORAÇÃO DO MAPA DE VULNERABILIDADE DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Base de dados

Foram consideradas neste estudo as informações do Censo 2000 por setores censitários, disponibilizadas pelo IBGE. Apesar da distância temporal que separa a realização do censo ao momento atual dessa análise, a riqueza da base de dados justifica o seu emprego; por outro lado, mesmo que os resultados não venham espelhar o que hoje se observa no município, as tendências apontadas mostram que a situação social presente já estava, claramente, delineada no passado.

O IBGE definiu um conjunto de 223 setores censitários para o município de Ribeirão das Neves, cujas informações são disponibilizadas em arquivos com características do domicílio, seus responsáveis e moradores. Por razões de sigilo dos dados, os valores apresentados são agregados, o que não permite o cruzamento de variáveis, tampouco o conhecimento das características individuais dos entrevistados.

O método

Para a construção do índice final, foram calculados vários índices intermediários que atendiam a cada vetor de vulnerabilidade previamente definido. Cada índice correspondia a um conjunto de indicadores relacionados às situações indicadas. Todos esses indicadores passaram por uma conversão de escala.⁷ Dessa forma, os índices variavam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo fosse o valor da unidade, mais vulnerável seria a situação levantada.

Os indicadores e índice

Segundo Leporace (2001), os indicadores, além de uma função de avaliação, permitem observar um retrato da realidade e o acompanhamento da aplicação de políticas.

Babbie (1973) define os indicadores como “observações empíricas dos conceitos” ou das variáveis que estão sendo estudadas, já que se constituem em expressões dos atributos (componentes) de tais conceitos e/ou variáveis.

⁷ Com objetivo de criar uma escala que classificasse os indicadores de vulnerabilidade fez-se a “Conversão de Escala”.

$$\frac{X - X_{\min}}{X_{\max} - X_{\min}} \quad - \quad X_{\min}$$

Sendo “X”, o dado do indicador bruto, o “X_{mín}” o menor valor encontrado para a variável entre os setores considerados e o “X_{máx}” o valor máximo.

A construção de indicadores, independentemente da definição retida, pressupõe a discussão dos conceitos que são os reflexos da ideia que se faz do fenômeno social. Em última análise, os indicadores nada mais são do que a expressão, numérica ou não, de conceitos.

A construção de alguns indicadores pode ser mais simples do que a de outros. No entanto, à medida que se avança em conceitos mais elaborados, como qualidade de vida ou desenvolvimento econômico, essa construção passa a exigir maiores cuidados.

Assim, esse processo teve como ponto de partida o estabelecimento de vetores que, com base nos dados disponíveis, contemplassem aspectos ligados à condição social da população em estudo e permitissem operacionalizar, a conceituação da vulnerabilidade. Dessa forma, seguindo proposta de Borges (2004), foram definidos três vetores: dois ligados as condições do domicílio e um à situação do chefe do domicílio. Os vetores, que também poderiam ser chamados de índices intermediários, são compostos por indicadores. O primeiro vetor tratou das condições de moradia e o segundo, do saneamento: esgotamento, abastecimento de água e coleta de lixo. O vetor sobre a condição do chefe do domicílio contemplou aspectos ligados à renda, à instrução e ao gênero.

O índice final foi composto pela média aritmética dos vetores após a sua transformação em escala.

Os índices

Condição do domicílio

O vetor sobre a condição do domicílio foi composto por dois indicadores que tiveram por objetivo captar a vulnerabilidade em relação à condição de moradia dos habitantes de Neves. Para tal, considerando as variáveis disponíveis no censo demográfico, foram selecionados os seguintes indicadores:

- a) densidade domiciliar – número médio de moradores por domicílio;
- b) forma de ocupação do domicílio – proporção dos domicílios de ocupação precária⁸ em relação ao total.

Condição de saneamento

O vetor condição de saneamento buscou captar a precariedade do acesso a água, esgoto e coleta de lixo. Tal situação tem forte correlação com as condições de saúde da população e, em caso de uma reduzida infraestrutura, é um claro risco a população.

⁸ Definiu-se como ocupação precária a não propriedade do imóvel quer com quitação, quer em processo de compra.

- a) condição de abastecimento de água – proporção de domicílios não ligados à rede geral em relação ao total.
- b) condição de saneamento – proporção de domicílios sem esgotamento sanitário adequado⁹ em relação ao total.
- c) condição de coleta de lixo – proporção de domicílios sem coleta de lixo em relação ao total.

Condição social do responsável pelo domicílio

Em relação ao responsável (ou chefe) pelo domicílio, optou-se por considerar três indicadores: um relacionado à renda, outro ao sexo e o último à instrução.

- Renda: proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios com renda mensal de até um salário mínimo em relação ao total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.
- Gênero: proporção de responsáveis dos domicílios particular permanente do sexo feminino em relação ao total de responsáveis pelos domicílios.
- Instrução: proporção dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que cursaram cursos de alfabetização ou qualquer outro curso até o final do ensino elementar, em relação ao total de pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com aprovação.

Construção das classes e cálculo do Índice final

Para construção das classes de vulnerabilidade, utilizou-se o cálculo do desvio-padrão. Nesse caso, trabalhou-se com quatro classes: (1) Muito Crítico, (2) Crítico, (3) Razoável e (4) Bom. As classes foram criadas considerando para 1 e 4 a média mais dois desvios e 2 e 3 a média mais um desvio.

Foram classificados como Muito Críticos (1) os setores em que a concentração das carências é superior à concentração média dos setores, configurando uma realidade de alta vulnerabilidade. O Índice Crítico (2) aponta condições vulneráveis ainda maiores que a média. Com Índice Razoável (3) estão setores nos quais as ocorrências de situações vulneráveis se mostram em torno da média, sendo uma condição típica de cidade. Por fim, o Índice Bom (4) significa que naquele setor há manifestações menos vulneráveis. O Índice final foi composto da média aritmética simples dos três indicadores: condição do domicílio, condição de saneamento e condição social do responsável pelo domicílio.

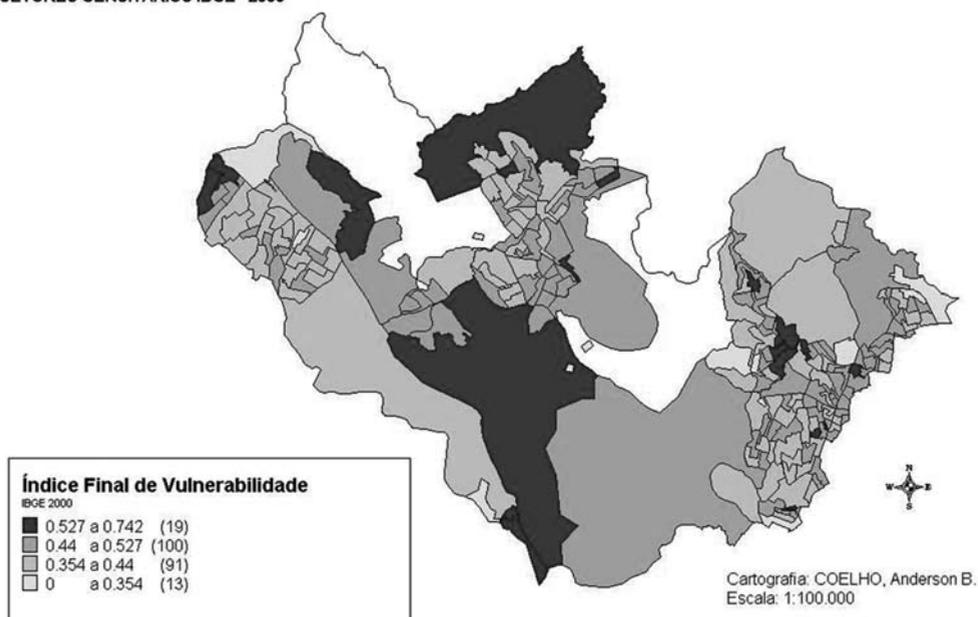
⁹ Definiu-se como domicílio com saneamento adequado aquele ligado à rede geral de esgoto ou com fossa séptica.

Índice final ponderado

O Índice final ponderado foi composto pela média aritmética simples dos mesmos indicadores do índice final. Incorporou-se uma variável voltada para os jovens de 15 a 24 anos. O resultado final foi ponderado pela proporção dos jovens nesse grupo etário em relação ao total da população em cada setor censitário.

2 RESULTADOS

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL
RIBEIRÃO DAS NEVES - MG
SETORES CENSITÁRIOS IBGE - 2000



Anderson Batista Coelho

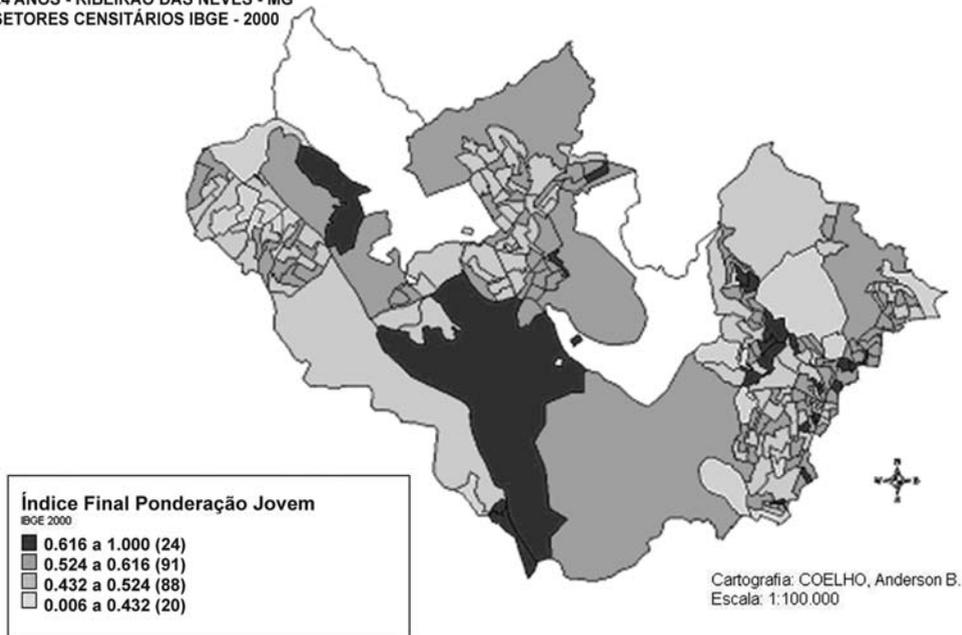
A Prefeitura de Ribeirão das Neves divide a administração do Município em três Regionais: Central (porção central até o norte na divisa com o Município de Pedro Leopoldo), Justinópolis (porção leste na divisa com Belo Horizonte e Vespasiano) e Veneza (porção oeste na divisa com o Município de Esmeraldas).

O Mapa de Vulnerabilidade Social de Ribeirão das Neves demonstra 19 setores censitários no nível muito crítico. A região do Veneza possui a ocupação mais recente do município – por volta de 15 anos – e se deu de forma espontânea, produto da falta de planejamento e infraestrutura. Aponta somente níveis muito críticos, mas, também são vistos níveis críticos de vulnerabilidade. Na porção central do mapa até o extremo

norte, constatam-se níveis que variam entre críticos e razoáveis; entretanto, no extremo norte, existem setores indicando níveis muito críticos. Também nesse extremo a ocupação urbana, um pouco mais antiga do que a região do Veneza, apresenta as mesmas mazelas e falta de infraestrutura.

Na porção leste (região de Justinópolis) conurbada com o município de Belo Horizonte, encontram-se níveis muito críticos, um pouco distribuídos e uma pequena aglomeração no centro. Apesar de Ribeirão das Neves ter iniciado sua ocupação e aglomeração urbana mais intensa por Justinópolis, lá também existem poucos setores que indicam um nível bom de vulnerabilidade.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE COM A
PONDERAÇÃO DE JOVENS DE 15 A
24 ANOS - RIBEIRÃO DAS NEVES - MG
SETORES CENSITÁRIOS IBGE - 2000



Anderson Batista Coelho

Existem diferenças consideráveis do Mapa de Índice de Vulnerabilidade com a ponderação de Jovens de 15 a 24 anos em relação ao demonstrado anteriormente Mapa de Índice Vulnerabilidade Final. Observa-se o aumento de setores censitários com níveis considerados muito críticos para a ponderação do público jovem e que esses níveis cresceram, principalmente, na regional de Justinópolis, ao passo que as regionais Central e Veneza apresentaram níveis considerados muito críticos. Contudo, na Regional Veneza cresceram os níveis críticos, e nessa perspectiva nota-se que os níveis da área central do Município melhoram seus índices.

Assim, percebe-se que as áreas periféricas do município de Ribeirão das Neves, mais precisamente as regionais Justinópolis, Veneza e o norte da regional Central, demonstram um caráter mais crítico, atraindo um olhar na intervenção de políticas públicas para Juventude. Na regional Justinópolis, destacam-se a porção central, que envolve os bairros Botafogo, Urca, Paraíso das Piabas, Vale das Laranjeiras e Vila Papile; na regional Veneza, destaca-se o bairro Fazenda Castro (Metropolitano); e na Central destacam-se os bairros Santinho, Sevilha e Rosa Neves.

Observa-se, aqui, que o desenvolvimento e a estruturação de um Índice de Vulnerabilidade Social de determinado município, como o de Ribeirão das Neves com características de pouca expressão econômica, social e cultural no âmbito metropolitano de Minas Gerais, não é uma tarefa simples. Se de um lado as disponibilidades das informações não permitem a completa operacionalização do conceito de vulnerabilidade, por outro a definição desse conceito não é tarefa fácil.

A construção deste mapa para o município se inscreve em uma proposta maior que visa disponibilizar para as autoridades locais informações para a elaboração de proposta que contribua para o direcionamento de políticas públicas, principalmente no que refere o público juvenil. Sabe-se que a discussão de políticas públicas para juventude no Brasil ainda é muito recente, mas reconhece-se o esforço do atual Governo para que tal proposta aconteça. Contudo, todo esse esforço tem de ser bem assimilado pelo poder municipal e reforçado pelos movimentos locais.

Os resultados aqui mostrados indicam que há áreas de vulnerabilidade no município que estão, de um lado, ligadas à recente e desordenada ocupação do espaço urbano e, de outro, às situações econômicas e sociais adversas, nas quais fatores relacionados à condição de vida da população estão mais presentes.

3 OS EQUIPAMENTOS DE LAZER EM RIBEIRÃO DAS NEVES

Ainda como fonte de dados para esta pesquisa, foram realizados registros iconográficos sobre os espaços e equipamentos de lazer existentes no município de Ribeirão das Neves, especificamente nos bairros Urca e Florença. Os bairros estão presentes em duas regiões distintas: o Florença situa-se na margem da BR-040, na regional Veneza, e o Urca, na porção leste do município, na regional Justinópolis, conurbada com a regional Venda Nova de Belo Horizonte.

1. Campo do Florença (19°45'42"S 44°09'00"W)



Foto – Anderson Batista Coelho

Campo usado somente nos fins de semana, o público se divide entre adultos e adolescentes. É um espaço comunitário e gratuito, contudo não existe nenhum tipo de manutenção.

2. Quadra de Esportes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade – (19°45'47"S 44°09'08"W)



Fotos – Anderson Batista Coelho

Foto – Anderson Batista Coelho



Espaço de esportes recém reformado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. O espaço ganhou um palco fixo, marcação e pintura novas da quadra e vestiários novos.

3. Quadra do Manecão (19°45'34"S 44°08'31"W)

Foto – Anderson Batista Coelho



Quadra recém-coberta pelo proprietário. A quadra é alugada no turno da noite e de dia, de maneira informal, é utilizada por jovens da comunidade gratuitamente. O piso e a pintura estão deteriorados, necessitando de reparos.

4. Escola Estadual do Bairro San Genaro (19°45'35"S 44°09'04"W)



Foto – Anderson Batista Coelho

Espaço em processo de reforma. O Governo do Estado de Minas cobriu o espaço, instalou iluminação, telas, vestiários e um palco fixo. O espaço também é utilizado pela comunidade nos horários em que não há aulas durante a semana.

5. Quadra Particular (19°45'34"S 44°09'10"W)

Espaço utilizado pelo Programa do Governo Estadual *Poupança Jovem*. A utilização é diária (diurna) e variada, não se restringindo apenas a esportes populares. O espaço é muito pequeno em comparação com os outros. O público que está inserido no Programa *Poupança Jovem* é exclusivo da Escola Estadual do Bairro San Genaro.



Foto – Anderson Batista Coelho

6. Campo do San Genaro (19°45'33"S 44°09'18"W)



Foto – Anderson Batista Coelho

Espaço gratuito utilizado para prática do futebol somente nos fins de semana pela comunidade adulta e adolescente. Não existe cerca com telas ou qualquer marcação do campo. Existem somente traves fixas de ferro.

7. Campo do Alto Veneza (19°46'26"S 44°08'28"W)



Foto – Anderson Batista Coelho

Foto – Anderson Batista Coelho



Espaço utilizado somente nos fins de semana para a prática do futebol. O público é de adultos e adolescentes. Não existe cerca, marcação ou iluminação, somente traves fixas.

8. Campo do Conjunto Henrique Sapori (19°45'50"S 44°08'20"W)

Fotos – Anderson Batista Coelho



Foto – Anderson Batista Coelho



Espaço utilizado gratuitamente pela comunidade, adultos e adolescentes. Existe arquibancada, iluminação e cerca de tela. Esse espaço recebeu a melhor estrutura em razão da participação da equipe local no “Torneio Corujão”. A competição reúne 32 times de futebol amador de Belo Horizonte e da RMBH durante um mês de jogos. Recebe apoio da Federação Mineira de futebol e da rede Globo Minas.

9. Quadra Poliesportiva Maura Pereira de Andrade (19°45'45”S 44°08'14”W)

Foto – Anderson Batista Coelho



Foto – Anderson Batista Coelho



Espaço comunitário utilizado esporadicamente pela Prefeitura de Ribeirão das Neves e pelo Governo do Estado para os projetos de inclusão social. Utilizado predominantemente por crianças e adolescentes de dia.

10. Quadra da Escola Estadual Helvécio Dae (19°45'49"S 44°08'15"W)

Foto – Anderson Batista Coelho



Quadra utilizada apenas pelos alunos da escola. Os esportes praticados são variados. Existe iluminação, cerca de tela, marcações, mas ainda não foi instalada a cobertura, o que impede a prática de esportes em tempos de chuva. A escola ainda espera o início das obras da reforma da quadra.

11. Espaço de lazer das antenas (19°46'12"S 44°08'41"W)



Espaço utilizado diariamente por crianças para soltar pipa. Nos fins de semana, todo tipo de público a utiliza para a prática do futebol. Existem traves de metal fixas. Espaço mais alto da região com uma visão privilegiada.



12. Campinho do Corrêgo (19°45'50"S 44°08'58"W)

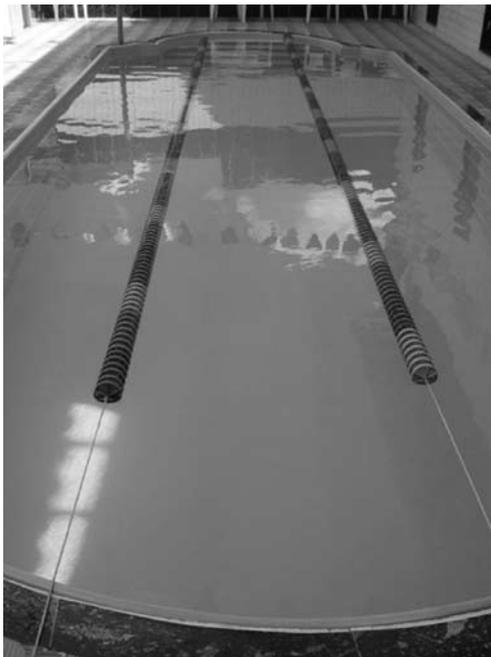
Foto – Anderson Batista Coelho

Espaço utilizado predominantemente por crianças, diariamente, no fim da tarde. As traves de madeira foram improvisadas. O terreno é pequeno e aberto do lado do córrego que corta a região.

13. Escola de natação e hidroginástica (particular) – (19°45'43"S 44°09'29"W)

Fotos – Anderson Batista Coelho

Foto – Anderson Batista Coelho



Especificamente, não foi encontrado nenhum espaço de lazer no bairro Urca. Entretanto, nas margens do bairro podem ser encontrados dois espaços. O mapa abaixo indica a localização de dois locais: O Curumim (1) e a Associação Recreativa de Minas Gerais (2).



URCA – CURUMIM (19°47'50"S 44°00'17"W)

Fotos – Anderson Batista Coelho



Esse espaço é conhecido como “Curumim” porque, antes, funcionava com o auxílio do Governo Estadual de Minas Gerais, por meio de um programa que atendia as crianças com trabalhos com esporte, lazer e cultura no momento em que não estavam na escola. Com o findar do projeto, o espaço ficou ocioso e, aos poucos, foi se deteriorando. Um grupo da igreja evangélica local trabalha no espaço com crianças e não deixa que o espaço fique marginalizado.

Associação recreativa de Minas Gerais (19°47'38"S 44°00'31"W)



Fotos – Anderson Batista Coelho

O clube atende somente os associados.¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://www.minasgerais.esp.br/index.html>. Acesso em: 12 nov. 2008.

Parte III

ANÁLISE DOS DADOS

1 DISCUTINDO OS DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Vânia Noronha

Problematização da pesquisa*

Esta pesquisa teve como foco uns dos principais problemas do município: o alto índice de violência e de criminalidade vivenciado pela parcela jovem da população. Esse problema, além de outras questões, se relaciona com a crescente densidade demográfica e pobreza da população; a escassez de oportunidades de práticas de cultura; a ausência do esporte e lazer como livre opção da população; a insuficiência de locais públicos adequados à vivência dessas práticas; a falta de conhecimento sobre a diversificação de modalidades e manifestações que ampliem as oportunidades; e, ainda, a falta de valorização da identidade local e sua diversidade cultural.

Mediante a identificação desses problemas propôs-se realizar um levantamento dos equipamentos, serviços e programas de esporte e lazer realizados nesses locais, além da demanda e dos interesses do público-alvo, coletando a percepção dos jovens, das lideranças comunitárias e dos gestores envolvidos com a questão. Esse diagnóstico possibilitou a elaboração de uma proposta para intervenção do PELC, em parceria com o PRONASCI, a ser implantado no município. A relevância da pesquisa se fez pela necessidade de efetivação de políticas públicas direcionadas ao público-alvo no município com base na análise dos dados presentes no diagnóstico realizado.

Com base no mapeamento da vulnerabilidade social do município, aqui apresentado e discutido, foram eleitos os bairros Urca e Florença para a realização da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa contou com três instrumentos metodológicos, a saber: aplicação de questionários domiciliar (*survey*) a jovens de 15 a 24 anos, com o objetivo de realizar um diagnóstico sociopopulacional sobre a percepção do lazer dessa parcela da população; a realização de grupos focais com jovens cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC),¹

* O texto sobre o *survey* foi produzido com base no relatório de supervisão de campo escrito por Anderson Batista Coelho.

¹ Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade são duas das medidas socioeducativas previstas pelo ECA para o adolescente autor de ato infracional. Essas medidas são cumpridas em meio aberto e são executadas por meio de Programas desenvolvidos pelo município. As outras medidas previstas pelo ECA são: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Semiliberdade e Internação.

decorrente da prática de ato infracional; e, ainda, entrevistas com gestores municipais e lideranças comunitárias visando captar a percepção deles sobre as demandas dos jovens.

Para a realização do *survey*, foi adotado como instrumento de coleta de dados os questionários,² que geralmente cumprem a função de, sobretudo, descrever as características de um grupo social³ e de contribuir para a análise de determinadas variáveis. Geralmente, opta-se pela formatação de um questionário com perguntas fechadas, ou seja, cujas afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve, então, responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias ou sentimentos.

A aplicação dos questionários pode ser feita ou por contato direto entre o entrevistado e o entrevistador, ou via correios, quando, então, o entrevistado responde às questões e as reenvia ao pesquisador. No caso deste *survey*, optou-se pelo contato direto entre entrevistado e entrevistador.

O questionário teve como principal referência o instrumento elaborado pelo CRISP-UFGM por oportunidade da realização, em 2002, da primeira pesquisa de vitimização no município de Belo Horizonte.⁴ A equipe de professores desta pesquisa adaptou algumas questões, bem como acrescentou aquelas referentes às práticas de lazer e esporte dos entrevistados. O questionário final contou com 64 questões.⁵

Há, basicamente, duas formas para definir a população a ser entrevistada via questionários: censo e *survey*. No caso do censo, entrevistam-se todos os indivíduos de determinado grupo social que se pretende investigar. Já na segunda opção, o *survey*, calcula-se uma amostra estatisticamente representativa, e os indivíduos que responderão aos questionários são sorteados aleatoriamente. É uma técnica econômica e, portanto, viável.

A metodologia de *survey* constitui, atualmente, o método mais utilizado pelos cientistas sociais em pesquisas dessa natureza. Em vez de entrevistar toda a população de determinada comunidade ou grupo social, uma amostra representativa e aleatória dessa população é levantada, permitindo, posteriormente, a generalização dos resultados analisados. Além disso, por se tratar de um método quantitativo, permite a construção mais objetiva das informações coletadas, transformando-as em dados passíveis de análise imparcial e científica.

Segundo informações coletadas na página do Ministério da Saúde,⁶ estimativas do IBGE indicam que, em 2006, a população da cidade de Ribeirão das Neves era de

² Ver APÊNDICE II.

³ Para maiores informações, ver BABBIE (1999).

⁴ Para mais detalhes, ver o site www.crisp.ufmg.br.

⁵ A apresentação das tabelas no APÊNDICE III seguiu, geralmente, a ordem das perguntas do questionário.

⁶ Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso em: 3 out. 2008.

322.971 habitantes. Desse total, 100.140 (31%) estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos e um grupo mais reduzido de 70.822 habitantes (70,72%) deste último conjunto teria idade entre 15 e 24 anos, público-alvo da pesquisa.

Com base em informações disponibilizadas pela Prefeitura de Ribeirão das Neves, foi definido o Plano Amostral da pesquisa. Estima-se que a população das duas áreas objeto da pesquisa, bairros Florença e Urca, seria de 16.265 habitantes, sendo que 7.015 estariam no grupo etário entre 15 e 29 anos, representando 43,13% do total. Essa proporção está acima da encontrada em todo o município, indicando que a estrutura populacional desses bairros está mais concentrada nos mais jovens. Uma vez que nessas duas regiões o volume do grupo etário 15-24 anos não era conhecido, foi necessário fazer-lhe a estimativa. Para tal, utilizou-se a proporção da população 15 a 24 no grupo etário 15 a 29 da população total do município (70,72%) definindo-se, para as duas regiões, um efetivo de 4.961 habitantes – aproximadamente 5 mil pessoas. Optou-se por utilizar esse procedimento para reduzir possíveis desvios, uma vez que há diferenças entre a estrutura etária da área em estudo e a do município.

Tendo por base o universo de 5 mil pessoas e aplicando procedimentos de amostragem,⁷ definiu-se o número de 350 questionários a serem aplicados. Após visita de campo, achou-se prudente dividir a amostra das duas regiões em grupos diversos: 60% dos questionários (210) seriam aplicados no bairro Florença e os 40% restantes (140) no bairro Urca, ambos com vilas e favelas. Nesse percentual levou-se em conta a diferença de área das duas comunidades e do número de domicílios.

O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2008 por 6 estagiários: 4 do curso de Educação Física e 2 do curso de Ciências Sociais, supervisionados por um estagiário do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Para a aplicação do *survey*, foi realizado o treinamento dos pesquisadores de campo abordando: técnicas de aplicação de questionário, aleatoriedade na escolha das quadras, leitura dos mapas, discussão da área a ser pesquisada, comunicação no campo, sensibilidade e bom senso. Foi realizado o sorteio para designar o número que cada pesquisador iria adotar. Com esse número, cada pesquisador descreveria um roteiro de campo específico e, isso foi possível através do SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences: software* aplicativo estatístico). A distribuição das quadras que seriam pesquisadas foi feita de forma aleatória, ficando cada pesquisador responsável por um trajeto entre domicílios, um do lado direito e outro do esquerdo da rua. Todos os pesquisadores portavam os mapas com a marcação de onde iriam aplicar os questionários, juntamente com o número de entrevistas

⁷ A amostra foi construída considerando-se um grau de confiança de 95% e valor de $p=0,5$. Agradecemos o auxílio da professora Tânia Bogutchi no cálculo do plano amostral com base em King, Keohane e Verba (2000).

que deveriam cumprir. Dessa forma, foi possível percorrer o caminho para abstrair com êxito as informações necessárias para o projeto. O primeiro contato com as pessoas nas ruas e, principalmente, com o público jovem gerou um pouco de desconfiança, mas isso foi sanado com o tempo mediante a própria aplicação dos questionários e das conversas informais nas ruas. O principal problema enfrentado pelos pesquisadores foi a falta de segurança nos locais pesquisados. A situação é tão grave que durante a pesquisa um vereador do município foi assassinado na esquina onde era o ponto de apoio entre o supervisor e os estagiários pesquisadores.

Ao chegar a cada uma das residências sorteadas na amostra, o entrevistador solicitava a todos os jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos que respondessem às perguntas, um por vez, separadamente. Caso não estivessem em casa no momento, marcava-se um horário no dia seguinte para que os questionários fossem preenchidos, respeitando-se, estritamente, a quantidade de entrevistas previstas. Quando, por algum motivo, havia dificuldade de encontrar os jovens na residência (ou se no domicílio, efetivamente, não morava ninguém na faixa etária contemplada na pesquisa), outra moradia era escolhida de acordo com os critérios previamente estabelecidos para que os questionários fossem aplicados na quantidade prevista pelo cálculo amostral. O trabalho de campo durou cerca de 30 dias.

Os dados possibilitaram a análise de variáveis referentes à realidade socioeconômica e familiar, aos serviços públicos e às condições de segurança dessas regiões e, ainda, daquelas que indicam explícita vulnerabilidade para violência (exemplos: vitimização e experiência com drogas). Além disso, buscou-se levantar informações sobre as práticas de esporte e lazer desses jovens e outros dados que ajudaram a melhor compreender as condições em que tais atividades se desenvolvem: com quem vivenciam esses momentos, em quais locais, com qual frequência, dentre outros. Os questionários foram tabulados e feitas as conferências necessárias.

Adotando também a metodologia qualitativa, foram realizados quatro Grupos Focais, na segunda metade de novembro de 2008, com adolescentes entre 14 e 18 anos, todos moradores do município. Foram entrevistados 26 adolescentes, sendo 2 meninas e 24 meninos. Os adolescentes estavam submetidos ao *Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade* (PSC), por determinação legal, em razão de delitos diversos. A escolaridade máxima do grupo era 8º série, sendo que, dos 26 entrevistados, 2 haviam concluído tal série.

Para introduzir a temática dos Grupos Focais e com o propósito de deflagrar uma discussão sobre a temática pertinente à pesquisa, foi apresentada uma sequência de *slides*, sonorizados, de fotos com potencial para livre associação com o cotidiano desses adolescentes. Os potenciais elementos que conduziriam essa livre associação foram as imagens de grafites em lugares públicos, MV Bill, jogadores de futebol e de basquete, danças, Fifty Cents, etc. Com base nessas iniciativas, os entrevistadores conduziram o debate sobre a percepção de lazer dos jovens e suas demandas.

Além dos Grupos Focais, as entrevistas⁸ se tornaram um instrumento importante para detectar a percepção dos gestores municipais e das lideranças comunitárias sobre o lazer dos jovens no município. Elaboradas pelos professores-coordenadores do projeto, foram realizadas por estagiárias do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) da PUC Minas, no período de 28 de outubro a 24 de novembro de 2008. Foram gravadas em fita cassete comum e transcritas pelos estagiários do curso de Educação Física. Em média, duraram 30 minutos. Foram realizadas, ao todo, 12 entrevistas, sendo 5 com lideranças de programas sociais como o *Fica Vivo*, o *Curumim*, o *Poupança Jovem*, o *Agente Jovem*, e 7 com gestores da Prefeitura Municipal, representantes do Conselho Municipal de Cultura, da Casa da Cultura, da Secretaria de Assistência Social, da Superintendência de Prevenção à Criminalidade e ainda, com o vereador mais votado da cidade, Lúcio Três Irmãos, reeleito no último pleito (vítima da violência local, morto no mês de dezembro daquele ano). A seleção dos entrevistados se deu mediante a identificação dos programas e projetos direcionados ao público desta pesquisa e das pessoas que neles atuam ou que, de algum modo, exercem influência neles, seja por meio de ações socioeducativas, seja pelas políticas públicas.

2 A PESQUISA QUANTITATIVA⁹

Vânia Noronha

Os sujeitos¹⁰

Responderam ao questionário 350 jovens com idade entre 14 e 24 anos, sendo que entre eles prevaleceu os de idade entre 14 e 17 anos (165 jovens, 47,1% do total. Desse número, 189 eram mulheres (54,0%) e 161 homens (46%). Em relação ao estado civil dos entrevistados, a maioria declarou-se solteira (84,4%).¹¹

Desse total, 189 jovens (54%) afirmaram que eram de cor parda e 82 (24,1%) negros. A religião predominante foi a católica, com 155 (44,3%), seguida de 129 (37,6%) evangélicos. Quanto ao nível de instrução, 157 jovens (44,9%) afirmaram que haviam concluído o Ensino Fundamental e 175 (50%), o Ensino Médio.

Ao serem indagados se possuíam alguma atividade remunerada, 202 jovens (57,7%) afirmaram que não estavam vinculados a nenhum tipo de trabalho no qual

⁸ Ver o roteiro das entrevistas no APÊNDICE IV.

⁹ As análises foram possibilitadas mediante a tabulação dos dados realizada pelos professores Almir de Oliveira Junior, Anderson Batista Coelho e Duval Magalhães Fernandes, segundo Relatório de Cumprimento do Objeto, encaminhado ao Ministério de Esporte em março de 2009.

¹⁰ No APÊNDICE III, o leitor encontrará todas as tabelas e os resultados na íntegra. Esses dados poderão fornecer outras análises, bem como subsidiar outras pesquisas.

¹¹ Quando indagados sobre a composição da unidade residencial 62 jovens (18%) afirmaram que vivem com o parceiro ou parceira, mas se consideram solteiros, mesmo vivendo como se fossem casados.

ganhassem dinheiro e 144 (41,6%) afirmaram que estavam trabalhando naquele momento. Dentre os entrevistados que não estavam trabalhando, 89 jovens (25,4%) afirmaram que não o faziam por serem estudantes e 82 (41%) alegaram como causa o desemprego. Dentre aqueles que trabalham, a maioria – 74 jovens (50,3%) – exerce suas atividades no próprio município 56 (38,1%) trabalham na cidade de Belo Horizonte e 17 (4,9%) trabalham em outro município.

É interessante observar que o número de adolescentes que já concluíram o Ensino Fundamental e também o Ensino Médio perfaz o total de 94,9% dos entrevistados, entretanto o fato de estarem formados não se configura como acesso ao mercado de trabalho. Esses dados vão ao encontro das análises de Sposito (2008), referentes à pesquisa *Perfil da juventude brasileira*. Aqui como lá, os dados confirmam o aumento de acesso à escola da população juvenil e a não absorção deles pelo mercado de trabalho.

Assim como na pesquisa nacional (SPOSITO, 2008, p. 103), a renda mensal familiar da maioria – 89 jovens (32,1%) – é de um a dois salários mínimos e a do próprio entrevistado – 94 jovens (60,3%) – é de um salário mínimo.

A maioria respondeu que mora em imóvel próprio (274 jovens, 78,7%). Mais do que a metade dos jovens (52,3%) mora em residência com, no máximo, três pessoas, o que mostra que a densidade familiar não é muito alta. Apenas 39,4% desses jovens moram com o pai e mãe, sendo que 31,4% vivem somente com a mãe. A maioria (63,7%) tem irmãos em casa. Uma pequena parcela (62 jovens, 17,7%) convive com filhos em casa. Não foram encontradas famílias muito extensas. A mãe (169 casos, 62,8%) é a grande responsável pelo cuidado com os adolescentes nas residências. Os dados revelam, ainda, que algumas crianças são cuidadas pelos irmãos, outras ficam na rua e em sete casos (2% dos entrevistados) ninguém é responsável pelo cuidado ou supervisão.

Os entrevistados, em sua maioria (57,8%), residem há, pelo menos, dez anos no mesmo bairro, o que indica o nível do vínculo do jovem com a realidade local.

Os serviços públicos e condições de vida no bairro

Quanto aos serviços públicos presentes no bairro, de um lado, os jovens reconhecem a existência do posto de saúde, dos postos de atendimento da Polícia Militar com patrulhamento periódico, de creches e escolas públicas, de programas sociais do Governo, de praças e, ainda, de campos de futebol. Por outro lado, os entrevistados afirmam que na região não há Conselho Tutelar sub-regional da Prefeitura no bairro ou próximo de onde mora, parques com áreas verdes, programas sociais privados (ONGs), quadras e bibliotecas, com exceção das presentes nas escolas.

Os serviços públicos são pouco utilizados por eles, com exceção dos postos de saúde e das escolas. A maioria do público entrevistado afirmou que não utiliza os

programas sociais do Governo, bem como os programas sociais privados oferecidos por ONGs. Apenas 15,1 % (53 jovens) do total recebem verba do Programa Federal *Bolsa-Família* e 2,9% (10 jovens) do *Poupança Jovem*. Do mesmo modo, 236 jovens afirmaram que, até o momento, não precisaram utilizar os serviços da Polícia Militar.

O jovem e a violência

Dos entrevistados, 46,5% consideram o bairro onde moram um pouco violento em contraposição a 7,7% deles, que acreditam que o bairro é muito violento. A maioria considera que nos últimos doze meses as condições de vida no bairro permanecem a mesma; apenas 8,9% consideram que melhorou muito. Quando a discussão é sobre a violência, para a maioria (123 entrevistados, 35,1%) a situação continua a mesma, sem variações.

Os dados revelam que 297 (84,9%) jovens entrevistados não foram vítimas de furto nenhuma vez nos últimos doze meses. Apesar disso, considera-se alto o número de 46 jovens furtados. Entre esses, 72,1%, ou seja, 28 jovens, foram furtados no próprio bairro. Ao serem questionados se já houve tentativas de invasão à casa onde moram, 90,3% responderam que não. Houve situações extremas, como a de três jovens que declararam que tiveram a casa invadida de 7 a 15 vezes.

Quanto a agressões sexuais, 98,5% dos jovens afirmaram que não as tinham sofrido nos últimos doze meses, sendo que 98,8% afirmam que esse fato nunca ocorreu com eles. Dentre os que declaram já terem sido vítimas desse tipo de violência, 37,5% afirmam ter sido no próprio bairro. O número também é alto entre aqueles que nunca sofreram tentativas de agressões físicas (90% dos jovens com mais de três vitimizações foram detectados – 7 jovens, 2,1 % do total –, sendo que as agressões ocorridas se deram, em sua maioria, no próprio bairro) e não se feriram ou se envolveram com brigas. Com relação a assaltos, 96,2% dos jovens responderam que não se machucaram ou foram feridos; 99,4% não foram feridos ou violentados sexualmente; e 98,8% afirmam não serem vítimas de agressões físicas por integrantes do tráfico de drogas.

Nos últimos doze meses, no município, 45 jovens afirmaram que tiveram parentes assassinados, 90 tiveram amigos e 69, vizinhos. Apenas um jovem afirmou ter sido, ele próprio, vítima de tentativa de assassinato, enquanto 37 declararam terem parentes e amigos que sofreram tal tipo de violência.

Quanto ao uso de drogas, os dados são surpreendentes: 29,2% afirmam nunca terem usado bebida alcoólica; 40,5% afirmam que já experimentaram; 8,7% afirmam que já usaram, mas que não mais o fazem; e apenas 21,7% continuam usando.

Pode-se considerar que o número de jovens que fazem uso do álcool é baixo. Esse dado vai na contramão da pesquisa nacional aqui citada, analisada por Carlini-

Marlatt (2008). A autora destaca o fato de a população jovem ser o alvo principal das grandes indústrias de álcool em nosso País e as sérias consequências advindas de seu uso, o que eleva seu potencial como fator de risco para morte, doenças e deficiências físicas, em decorrência dos acidentes e da violência que ocorrem quando as pessoas estão sob o efeito dessa droga.

Um número também significativo de jovens – 251 jovens, ou seja, 72,3% do total – afirma que não experimentou cigarros. A maioria – mais de 90% em todos os casos – afirma que não faz uso de “loló”, lança-perfume, solventes, maconha, cocaína, *crack* ou outra droga sintética. Não foi questionado a esses jovens se conhecem alguém que faz uso de drogas ilícitas e nem mesmo como os que afirmam fazer uso delas as adquirem.

Em razão dos dados obtidos na pesquisa nacional, Carlini-Marlatt (2008, p. 312) afirma que “os achados desafiam a idéia de que os jovens são ‘presa fácil’ ao apelo das drogas ilícitas e tendem a ser acríticos diante da oportunidade de usarem substâncias proscritas”. Segundo a autora “os dados sugerem uma juventude avessa à experimentação da maconha e cocaína” (p. 312).

Ficam as perguntas: É possível que exista naturalização da violência entre os jovens aqui pesquisados? É possível que eles tenham omitido informações ou mesmo que tenham respondido às questões indevidamente? Assim como sugere Carlini-Marlatt (2008, p. 314) algumas perguntas podem ser mais bem exploradas em outras pesquisas – por exemplo: Qual é o perfil da minoria que se interessa em usar maconha e cocaína? Que variáveis contribuem para que o adolescente ou jovem ingresse no mundo da droga, do tráfico e, assim, passe a conviver com outra realidade no município? É realmente possível que o jovem inserido em programas de esporte e lazer fique fora deste contexto e até o abandone?

Os jovens e o tempo livre, esporte e lazer

Dentre os jovens entrevistados, 286 (81,7%) afirmaram que possuem tempo livre durante a semana. Traduzido em horas, esse tempo equivale a mais de 20 durante a semana e entre 30 e 48 horas aos sábados e domingos.

Indagados sobre com quem geralmente passam esse tempo, os pais ocupam o topo da lista (47,8%); em seguida vêm os amigos do bairro, namorados(as), filhos; e, em menor proporção, os parentes, os irmãos e os amigos da igreja. Cinco deles (1,6%) preferem ficar sozinhos.

Apesar do significativo tempo disponível para a prática do lazer, 36,4% dos jovens entrevistados afirmaram que, no período de um mês, não saíram para se divertir e, quando o fizeram, preferiram os amigos do bairro; 63,6% dos entrevistados não frequentaram o cinema nos últimos meses, apesar de gostarem de filmes de ação,

seguidos de comédia, terror e românticos; e 54,2% não foram a *shows* de música. Na escala de preferências aparecem o gosto pelo *funk*, samba ou pagode, seguido de *rock*, músicas *gospel*, sertaneja e *axé*.

Também as peças teatrais e os espetáculos de dança não foram presenciados por esses jovens nos últimos doze meses. Percebe-se que a maioria não possui essa prática como hábito, provavelmente por falta de oportunidade.

Em relação aos esportes, 57,3% (197 jovens) responderam que não praticou nenhum deles como opção de lazer no último mês, variando a frequência de uma a quatro vezes para o restante. A maioria não frequentou eventos esportivos nos últimos doze meses. Os esportes preferidos para assistência são o futebol de campo, vôlei e *futsal*.

Os livros também não fazem parte das escolhas dos jovens: 48,8% dos jovens entrevistados não leram nenhum livro, a não ser os solicitados pela escola nos últimos doze meses. Dentre os que leram algum livro, a preferência são os romances, seguidos dos religiosos, histórias em quadrinhos, contos, ficção científica e autoajuda.

As atividades que mais ocupam o tempo livre dos jovens são domésticas, destacando-se ouvir música, assistir à televisão, filmes em casa, dormir/descansar e namorar. A leitura aparece em 6º lugar na preferência, seguida da participação em grupos musicais, dança, teatro, capoeira, jogos no computador (em casa ou não), prática de esportes em casa ou na rua, internet (sítios de relacionamento e bate-papo), jogos de cartas, organização de jovens da comunidade, ida aos bares e, por fim, a prática de esportes em clubes.

As questões relativas à escola possibilitaram a percepção de que 65,7% dos jovens estão satisfeitos com o aprendizado, embora 93,4% assumam que se dedicam pouco às atividades escolares. Um dado interessante: apenas 17,4% desses jovens almejam concluir o Ensino Superior.¹² A escola tem sido o local expressivo para a prática do lazer entre os 75,2% de jovens que a frequentam, distribuídos nos interesses: participação em eventos esportivos, gincanas, grupos de dança, estudos, debates e teatro.

A análise da qualidade de vivências realizadas no tempo livre dos jovens nevensenses, inevitavelmente, esbarra na infraestrutura cultural para a prática do lazer no município, ou seja, a oferta, a quantidade de equipamentos e as condições de uso destes. Ribeirão das Neves está situada entre o contingente de 92% dos municípios brasileiros que não possui salas de cinema, 71% sem teatros, 73% sem museus (IBGE *apud* BRENNER *et al*, 2008, p. 178), são poucas as bibliotecas e as existentes quase sempre pertencem às escolas. As imagens aqui apresentadas mostram os espaços e equipamentos de lazer da cidade, os quais são escassos e não se encontram em boas condições.

¹² Sposito (2008, p. 108-122) traz importantes reflexões sobre a relação do jovem com a educação e a instituição escolar.

Esses dados reforçam a necessidade de ocupação do tempo livre desses jovens com políticas de lazer que visem não somente à construção de equipamentos voltados para a prática de diferentes conteúdos culturais, bem como à sua animação, envolvendo a população juvenil nas ações e decisões.

Encontraremos em Brenner *et al.* (2008) uma vasta análise das vivências de lazer dos jovens brasileiros com base em dados coletados na pesquisa nacional. Os autores destacam os contrastes socioeconômicos que provocam desigualdades tanto em relação à qualidade do uso do tempo livre pelo jovem quanto ao acesso a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer. Nesse sentido, chamam a atenção para a necessidade de as políticas públicas serem capazes de atuar sobre essas condições desiguais, ampliando a democratização dos espaços e dos serviços de lazer que atendam a população juvenil, levando em conta os diversos modos de ser jovem, as demandas, os interesses e a capacidade desses jovens de produzir cultura de forma autônoma. Nesse cenário, os jovens dos setores populares merecem atenção especial, por serem os mais atingidos por uma realidade desigual.

Concordamos com os teóricos do lazer, dentre eles Marcellino (1987), para o qual o lazer possui duplo aspecto educativo: educa-se para a sua vivência, assim como somos por ela educados. Pinto (2006) afirma que, como processo educativo, o lazer age sobre os meios de reprodução da vida e pode contribuir para qualificar o ser humano a olhar, perceber e compreender o vivido, se reconhecendo, percebendo as semelhanças e diferenças em relação ao mundo e aos outros. Para a autora,

a função política da educação para e pelo lazer se efetiva na medida em que se vincula à realidade social, às possibilidades de compreensão dessa realidade e de acesso a outros modos de conhecê-la e de nela agir com liberdade de expressão e de trocas de experiências entre diferentes sujeitos e grupos nesse processo (PINTO, 2006, p. 49).

Nesse contexto, cabe destacar o papel da escola na educação pelo e para o lazer. Historicamente, a escolarização brasileira tem se preocupado muito mais com a educação para o trabalho, priorizando os conhecimentos voltados para a razão por meio do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, do que aqueles voltados para uma educação da sensibilidade, dimensão, na qual situamos o lazer. A escola e os educadores, de modo geral, devem, portanto, compreender o lazer como uma dimensão da vida humana capaz de contribuir para a formação e a educação de sujeitos, desenvolvendo a sensibilidade, a responsabilidade, que é de todos e de todas as áreas do conhecimento. Desenvolver nos educandos sua capacidade de realizar análises críticas sobre o lazer que lhes é oferecido, certamente, irá ampliar-lhes a possibilidade de fruir, saborear, práticas culturais, ainda que para o puro deleite, ou seja, sem finalidade alguma.

3 A PESQUISA QUALITATIVA

Maria José Gontijo Salum e Vânia Noronha

Não é sério

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério*

*Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas isso [...] um dia vai mudar
Se não mudar, prá onde vou...
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo*

*A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo
O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima.... segue a rima*

*Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Também sou rimador, também sou da banca
[...]
Eu tô no clima! Eu tô no clima! Eu tô no clima
Segue a Rima!*

*O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de notar
Se não, não muda
A juventude tem que estar a fim
Tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Só faz destruir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
Deixa ele viver. É o que Liga*

(CHARLIE BROW JR.; NEGRA LEE, 2000)

Os adolescentes/jovens e as práticas de lazer: os grupos de discussão*

Para iniciar o debate sobre os recursos e espaços de lazer voltados para o público jovem e propor uma política municipal para a implantação desses equipamentos, uma das estratégias utilizadas neste projeto de pesquisa foi a realização de grupos focais com jovens, com o objetivo de escutá-los sobre suas práticas de lazer, tanto as que eles realizavam como as que seriam do interesse deles, bem com as que desejavam realizar.

Já apresentamos a metodologia adotada para desenvolver os quatro grupos focais desta pesquisa. Após a apresentação dos slides do *PowerPoint* e discussão sobre questões do cotidiano dos adolescentes, a primeira pergunta que estruturou todos os grupos foi a percepção de lazer dos jovens. Embora *as* adolescentes estivessem em significativa minoria, certamente reflexo da dinâmica da violência que as atinge mais, percebeu-se claramente um recorte de gênero. Enquanto na percepção dos adolescentes lazer é definido como jogar bola, ouvir músicas, ficar entre amigos, “ficar com umas mulheres” e fumar maconha, entre *as* adolescentes o lazer é entendido como “ficar com a família, ir ao *shopping*, parques e cinema”.

A prática do lazer, para esses jovens, está sempre associada a momentos prazerosos, e o seu exercício, geralmente, acontece nas quadras, praças e escolas públicas. É clara a centralidade do espaço público, na percepção dos jovens, para se alcançar o lazer. O espaço privado – por exemplo, as próprias residências – não é percebido como um local preferencial para o lazer, embora as festas *funks*, geralmente, de acesso exclusivo ao público pagante, sejam constantemente associadas ao lazer. As exceções se referem à citação das adolescentes acima, que identificam a família como uma fonte de lazer. Além disso, o uso das ferramentas fornecidas pelo computador, como o acesso à internet e *games*, por exemplo, foi citado, e o espaço das *lan houses* foi apresentado como local de lazer e convivência.

Não obstante os espaços públicos sejam identificados como as fontes de lazer, eles não apresentam, na percepção dos entrevistados, condições para o pleno exercício dele. Os obstáculos identificados nesses locais, que os impedem de se tornarem mecanismos de socialização e construção de elementos de cidadania, vão da precária infraestrutura às condições mínimas de segurança pública. A leitura sobre a deficiente infraestrutura nasce da comparação com os espaços públicos conhecidos no entorno de Ribeirão das Neves: *[Eu] gostaria que tivesse uma pracinha igual no [Bairro]*

* Este artigo foi desenvolvido em conjunto com os membros do Conselho Técnico do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA/PROEX): Almir de Oliveira Junior, Daniela Hatem, Gilmar Rocha, Pedro Paulo Pettersen, Rita Fazzi e Sânia Maria Campos.

Mantiqueira, com som e diversão; ou: Poderia ter mais festas na cidade, como tem em Pedro Leopoldo; Para me divertir vou à Belo Horizonte, tem um parque municipal lá, de vez em quando eles dão negócios de graça, brinquedo de graça lá, num é bom? As condições socioeconômicas específicas desses adolescentes parecem fomentar um sentimento de baixa autoestima, aliado a um conformismo. Esses aspectos são reforçados quando eles percebem que os espaços disponíveis para o lazer são inferiores àqueles utilizados pelos seus vizinhos: *Deixa eu falar com você, não adianta você mandar fazer uma praça e fazer com uns material vagabundo que daqui um mês tá tudo quebrado igual é [como ocorre por aqui], entendeu?* Quer dizer, eles percebem que os serviços públicos que chegam até eles é pobre, e não esperam uma possibilidade de que possa ser diferente.

A associação de rebeldia, típica da adolescência, às condições específicas dessa população e a deficiente qualidade dos equipamentos urbanos, identificada por eles, produzem uma completa desilusão: *Lá no meu bairro não tem nada, se tiver uma padaria é muito.* Tal desilusão inocula uma falta de pertencimento nesse público, dificultando, ou até mesmo impedindo, a construção de um projeto de cidadania.

As precárias condições dos espaços públicos não ficaram limitadas à infraestrutura deles. A insegurança para o uso desses espaços ficou presente ao longo dos quatro Grupos Focais. A demanda para o uso seguro dos espaços públicos, sempre da percepção dos entrevistados,¹³ vai da iluminação desses locais até uma imagem depreciativa da polícia local:

Eles falam que é de menor polícia não pode bater não, que é de menor, mas não tem nada disso não, eles levam a gente pro cantinho e casseta nós.

[...].

É de madrugada! Os home pega você na rua, tá só voltando do baile e eles te casseta você de novo nem quer saber. Polícia enche o saco! Não dá pra fazer nada com polícia na rua, a solução é tirar as polícias da praça pra gente poder sair.

Vale ressaltar que, na percepção desses adolescentes, o impacto que a polícia tem na comunidade é enorme.¹⁴ Um indicativo desse papel pode ser percebido pela disposição dos adolescentes em comentar e, insistentemente, recorrer ao tema. As falas mais longas de todos os Grupos Focais foram destinadas à polícia.

Naturalmente, o medo não pode ser o único fator explicativo dessa presença marcante. A polícia é, prioritariamente, a forma organizada e reconhecida com a qual

¹³ Por questões éticas esses jovens não serão identificados.

¹⁴ Caldeira (2008, p. 135) discute sobre a presença da polícia na cidade de São Paulo e afirma que lá, como em outras cidades brasileiras, as instituições da ordem parecem contribuir para o crescimento da violência, em vez do seu controle. Segundo a autora “a polícia é parte do problema da violência”.

o Estado chega a essa população. Assim, as intervenções públicas, nessa comunidade, passam pela ação policial, com todas as dimensões do seu significado.

As instituições que deveriam cuidar da socialização apresentam dificuldades no cumprimento de suas funções. A dificuldade das famílias desses jovens fica ressaltada, principalmente, pela característica de cidade-dormitório desse município. Grande parte das famílias mantém seu trabalho e referências sociais em Belo Horizonte. A Escola, por seu lado, também se mostra sem condições de apresentar uma alternativa de socialização. Por isso, ao final, resta o policial, pois o Estado se faz representar, prioritariamente, pelas ações empreendidas pela polícia. Ela aparece como a única intervenção reconhecida do Estado, ao menos na percepção dos entrevistados: *A gente quer é mudança, investimento não só em arma pra polícia, mudança, entendeu?*

Observa-se uma diferença entre os dois públicos de adolescentes e jovens diretamente tratados nesta pesquisa em relação às opções e vivências de lazer e no interior do próprio município. Para o jovem da pesquisa quantitativa, a cidade não é violenta e não aterroriza. Essa diferença de percepção pode ser creditada ao público pertencente ao Grupo Focal: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em decorrência da prática de ato infracional. Provavelmente, esses adolescentes refletem a dificuldade de encontrar modos de pertencimento ao corpo social. Esses adolescentes foram escolhidos, justamente, por se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade social, ou seja, eles já encontraram as infrações como possibilidades de práticas, seja para o acesso a determinados bens, seja por não vislumbrarem outras saídas. Essas dificuldades estão refletidas, também, na relação que estabelecem com o trabalho e a escolarização.

Eles não demonstram nenhuma perspectiva de melhoria de vida, seja pela escola, seja pelo trabalho, lazer ou esporte. Eles entendem que a inserção no mundo do trabalho é condição para que obtenham melhoria de vida e saída da prática dos atos infracionais: [...] *mas eu já saí dessa vida, agora eu trabalho*. A esperança depositada na ascensão social pelo trabalho esteve presente em todos os grupos. O trabalho é percebido como um passaporte para o início de uma mudança para uma vida melhor. Embora essa esperança reflita, em certa medida, confiança nas regras de mobilidade social, não há, para eles, uma clareza de que tal inserção não seja possível sem qualificação.

Quando são convidados a refletir em um universo mais próximo da realidade deles, rapidamente percebem a complexa relação entre qualificação e trabalho. A entrevistadora abordou o esporte como uma possibilidade de ascensão social, tentando viabilizar, no universo desses adolescentes, a criação de um nexos mais apropriado entre qualificação e trabalho: *Esse negócio de esporte tem que saber muito se não fracassa logo*. Ou seja, diferentemente do esporte, no mundo do trabalho o esforço para se qualificar não passa por “saber muito”, ou por uma qualificação. A esse

conceito de trabalho desprovido de um esforço de profissionalização se somarão inúmeras experiências de insucessos que contribuem para reduzir tanto as alternativas como as esperanças de ascensão social desses adolescentes, de acordo com as regras socialmente aceitáveis. Essa falsa percepção da ideia de trabalho, além de gerar expectativas sobre o mundo do trabalho que, provavelmente, não serão realizadas, também conduz a equivocadas responsabilização das causas que os impedem de alcançar seus ideais: [...] *ninguém dá emprego para gente [...] as firmas não abrem emprego pra de menor, aí o de menor vai robar, traficar, matar... É isso que sobra pra de menor*. Assim, eles acabam por reproduzir uma visão equivocada, que perpassa alguns setores da sociedade de que o ECA, ao proteger o adolescente da exploração pelo trabalho, seria, na verdade, a “causa” que os impede de alcançar os objetos de consumo por meio do trabalho.

Se, por um lado, a confiança no trabalho como forma de ascensão é uma porta de entrada para um esforço de integração social, por outro, uma ideia de trabalho desvinculada do desenvolvimento profissional pode agravar a falta de expectativa desses jovens, ao verificarem que a inserção no mundo do trabalho não conseguiu proporcionar-lhes as mudanças almejadas. A precária ou, possivelmente, a inexistência de vinculação entre qualificação e trabalho não permite que os entrevistados percebam a dinâmica do mercado de trabalho. O trabalho é entendido como solução dos problemas sem, contudo, problematizar as dimensões de seus requisitos para que, efetivamente, opere como fator de mudança.

Isso parece interferir na noção que esses jovens têm de lazer. Sobretudo porque passam grande parte do tempo sem ocupação: sem vínculos escolares; sem trabalho; sentindo-se, de certa forma, impedidos de circular pela cidade, dadas as dificuldades, reais ou imaginárias, com a polícia; com a baixa autoestima; com o aumento da percepção de violência.

Em suma, esses adolescentes ilustram o contexto dos medos abordados no capítulo sobre subjetividade e violência – o medo de sobrar e o medo de morrer. Esses medos sintetizam as dificuldades de inserção no laço social, seja mediante o reconhecimento promovido pelo acesso ao trabalho formal, seja pela atitude defensiva e agressiva gerada pelo sentimento da violência.

Dessa forma, esses medos geram um círculo vicioso. Por isso, introduzir novas possibilidades e perspectivas, para esses jovens, sobretudo por meio de práticas de lazer, pode ser fundamental para que eles construam um vínculo efetivo e afetivo com a cidade. O fato de serem considerados cidadãos com direitos reconhecidos poderá propiciar uma mudança subjetiva, ao deixarem de se ver como vítimas ou agressores. Afinal, trata-se de considerar que ter uma trajetória de vida no contexto da infração, mesmo que tenha sido uma prática pontual, traz consequências para a vida e para a subjetividade.

O olhar de gestores municipais e lideranças comunitárias sobre a percepção dos jovens perante o lazer

A preocupação com a realidade vivida pelos jovens na cidade de Ribeirão das Neves é ponto de partida para o desenvolvimento das ações e projetos organizados pelas lideranças dos programas sociais, como o *Fica Vivo*, o *Curumim*, o *Poupança Jovem*, o *Agente Jovem* e pelos gestores da Prefeitura Municipal, representantes do Conselho Municipal de Cultura, da Casa da Cultura, da Secretaria de Assistência Social, da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (e também o era) do vereador mais votado da cidade Lúcio Três Irmãos (reeleito no último pleito, morto no final do ano da pesquisa) que, em quase sua totalidade, têm o esporte e o lazer como metodologia com vista a ocupar o tempo dos sujeitos, afastá-los das drogas e minimizar a criminalidade.

Várias são as concepções de lazer das pessoas que trabalham com os programas e projetos detectadas ao longo do trabalho de campo. Ao longo das entrevistas, muitas vezes a compreensão sobre o que se entende por lazer é reduzida; limita-se às atividades possíveis de serem vivenciadas, confunde-se com o conceito de esporte.

Ao serem indagados sobre o que é o lazer, responderam:

Lazer é coisa que dá prazer, qualquer lugar que descontraí e que não seja trabalho, que traga sensação de bem-estar, de alegria.

É questão de ludicidade sem compromisso de resultado; você faz por mero prazer mesmo. [...] Não é um favor que o Governo nem a Prefeitura fariam pra gente não, isso é um direito nosso, isso é constitucional. Na Constituição tá escrito que todo brasileiro tem direito à educação, esporte, lazer e cultura.

É aquele momento onde o jovem pode desenvolver suas potencialidades, suas aptidões, de forma livre e de acordo com seu interesse e sem um direcionamento mais específico. Eu acho que o foco do lazer seria descobrir qual que é a vontade do jovem de usar o tempo dele, que ele tem disponível para poder praticar alguma atividade física, alguma atividade lúdica.

Eu acho que o lazer é uma necessidade do ser humano porque trabalha-se hoje em dia, corre-se muito e o lazer vem como uma temperança, como um equilíbrio na vida das pessoas. Ele é muito necessário.

Uma atividade de recreação que causa um bem-estar da pessoa no tempo disponível, que não seja direcionada ao trabalho.

Qualquer atividade que te tire da rotina da sua rotina normal de trabalho ou mesmo da rotina de casa.

É o cidadão de Ribeirão das Neves em alguma área específica, ele tem a oportunidade de fazer alguma atividade fora do contexto normal da vida dele,

que vai da escola para o trabalho, ele tem uma opção de se divertir em uma praça, jogar bola, qualquer coisa que ele saia da rotina diária dele.

É espaço para brincar, para ir ao cinema, teatro, brincadeiras dirigidas na sua própria comunidade...

O lazer é muito abrangente. Em uma cidade como a nossa que tem muito pouca área de lazer, o lazer vem desde o esporte até um local como uma praça, local público onde possa receber pessoas, fazer amizades, evitando fazer coisas erradas. Entende-se que quando esteja em local público, de certa forma você é vigiado de uma forma ou de outra. Então isso é entendido como lazer, e não somente a prática do esporte como se tem no geral.

Lazer é a coisa melhor que tem no município; então, é ótima coisa para nós.

Lazer pra mim? É, tá bem. É ter alguma coisa que eu sinto bem em tá fazendo, tá participando. O que eu faço aqui para mim é um lazer porque, além de eu tá ajudando outras pessoas, eu também..., tá me ajudando. [...] Eu acho que isso aqui é um lazer, mas lazer realmente, falta muito no município, que é um esporte bem estruturado, um parque pros meninos estarem distraindo, né? Várias coisas assim que num tem, um cinema, um shopping, um clube bom. Então, assim, essas coisas que faltam.

Lazer é algo muito amplo. Eu entendo que o lazer seria uma oportunidade que o jovem – eu vou falar do jovem porque é o público que a gente atende – que ele tem de fazer algo que lhe agrade, que lhe dê prazer, mas de forma responsável, que não possa trazer prejuízos legais e físicos para ele.

Nessas falas, encontramos importantes elementos para o entendimento de lazer que permeiam as ações na cidade e que fundamentam o que se deseja para os jovens: lazer como tempo disponível vivido fora das obrigações com o trabalho (fica subentendido que o trabalho é também imprescindível na vida do jovem nevensense); lazer como atividade que possibilita a vivência da ludicidade, do prazer, da liberdade, de se fazer o que gosta visando ao bem-estar e ao atendimento de uma necessidade fundamental para o equilíbrio na vida humana; lazer como direito; lazer com o mesmo sentido de trabalho; lazer como prática responsável; lazer como espaço para a vivência de diferentes interesses culturais; lazer como instrumento de controle social.

Ao serem questionados sobre a relação do lazer com a criminalidade e, ainda, se esse fenômeno pode contribuir para afastar os jovens dessa situação, os entrevistados foram unânimes em afirmar que sim, *o lazer pode contribuir e muito*. Observa-se, como nos dizeres do estudioso do lazer Marcellino (1987), uma visão do lazer numa perspectiva funcionalista, ou, dito de outro modo, em suas funções utilitaristas, pois é usado como recurso para minimizar (e até ocultar) problemas sociais mais abrangentes,

como a falta de emprego, de educação; e, ainda, moralista, pois envolve valores morais e éticos. Percebe-se, assim, uma visão determinista, ou é isto ou é aquilo, ou o jovem se envolve com o lazer ou se envolverá com “coisas erradas”. A ideia é a que o lazer é bom e quem não o vive está mais suscetível a entrar no mundo do que não é aceito socialmente e tornar-se mau.

Esse pensamento se confirma na fala dos entrevistados que, de modo geral, afirmam que o esporte é considerado uma atividade que trabalha a saúde e disciplina dos jovens e quem se empenha *acaba não indo para o outro lado*. O esporte *pode trazer uma abertura para outro mundo que não seja só esse de vício, de matar, de passar por cima do outro. Pode tirar o jovem da droga, da criminalidade e da ociosidade. Trabalha a convivência, o ganhar e o perder...*

Indicam que a construção de quadras poderia contribuir para que a cidade possa vencer a batalha da criminalidade. Um dos entrevistados afirma que *mente vazia é oficina do diabo* e que *o jovem tá dentro da comunidade dele e não precisa sair de lá para fazer as coisas erradas; se ele não tem outra opção, ele vai pra criminalidade*. Outro afirma que *quando o jovem não tem espaço ele volta para onde ele vive e volta a ficar ocioso. Jovem ocioso é um jovem em conflito com a lei*. Citam a redução dos índices de criminalidade e homicídios em regiões onde o programa *Fica Vivo* acontece. Alertam que a criação dos espaços não é suficiente, pois estes podem ser ocupados por traficantes. Essa criação deve seguir alguns passos e ter manutenção e segurança para os usuários. Consideram o lazer participação: *Enquanto ele tá preocupado com a atividade, ele tá praticando o lazer; ele não está pensando em tantas coisas ruins [...]*. Envolve, também, o equilíbrio emocional e o sentimento de pertencimento àquela localidade elevando a autoestima dos moradores. Diz um entrevistado:

O jovem passa a perceber que ele produz algo que o afirma enquanto pessoa, que ele é visto por causa disso, que ele se sinta importante, que está sendo valorizado. Então, neste sentido, ele tende a afastar mesmo. A arte, o lazer, o esporte e a cultura proporcionam isto para ele; eu acredito que é um mecanismo de prevenção muito forte.

O lazer na cidade de Ribeirão das Neves é precário, mas apresenta sinais de mudanças, como percebido por um depoente:

Eu acho que a comunidade ela busca mais, ela reclama, é ansiosa e tem suas razões. Ela deseja mais opções de lazer. E isso começa a ser planejado, começa a ser disponibilizado.

Os entrevistados arrolam várias situações e limites para sua vivência. Muitos afirmam que o lazer em Neves não existe e que o principal limite é a falta de estrutura. São poucos os espaços e não atendem à demanda geral do município. São concentrados

em algumas regiões da cidade, dificultando o acesso dos que moram em outras localidades e necessitam utilizar transporte. Além de serem insuficientes, para alguns entrevistados eles não atendem efetivamente à demanda do jovem, pois não existe um momento para ouvir o que ele quer fazer (este entrevistado cita um jovem que gosta de andar de *skate* e não encontra espaço para isso).

A falta de acesso aos canais de participação foi também um dos limites apontados, uma vez que a cidade não conta com instrumentos parecidos com o orçamento participativo,¹⁵ *onde as pessoas podem tentar participar mais efetivamente da discussão sobre o uso do dinheiro público e que tipo de demanda que elas acreditam ser mais urgentes*. Uma entrevistada disse que ao questionar jovens de um projeto no bairro Veneza sobre o que querem no ano que vem, eles foram unânimes em responder que anseiam por um espaço para brincar. A separação de faixa etária também foi destacada:

Às vezes tem pros maiores, mas não tem pros menores, e também o contrário, tem só pros pequenos e os adolescentes ficam sem; então eu acho que isso é uma coisa que dificulta, não é direcionado para as idades. E quando tem atividade, acaba que não chega em todo mundo, fica só naquele pedacinho ali, em volta do prometo, da atividade...

Destacam as quadras e campos de futebol como principais equipamentos.

A gente tem o estádio, mas é só o que a gente tem para oferecer de lazer. Tem os campinhos, da várzea, em cada bairro, cada comunidade; onde moro mesmo tem um rapaz que, por desejo dele, organizou um time de futebol. Hoje tem cem garotos e tem também meninas, organizando, buscando parcerias; tá melhorando, mas os espaços de lazer são poucos, com a demanda que a gente tem, temos muito com o que trabalhar.

Diz outro:

Nós estamos muito aquém do que a cidade merece, do que o jovem merece, mas há alguns (equipamentos). Mas basicamente na área esportiva, pois não temos um parque, um cinema, teatro. Então são os básicos mesmo: campo de futebol, quadra, academia particular que dão bolsa para os jovens que queiram praticar alguma escolinha de futebol, etc.

¹⁵ Orçamento Participativo (OP) é uma das políticas públicas administrativas da cidade de Belo Horizonte desde 1993, compartilhada entre o Governo e a participação popular. Maiores informações disponíveis em: http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista_15anos_portugues.pdf. Acesso em: 30 set.e 2009.

Nas regiões do Veneza, de Areias e Justinópolis há um ginásio poliesportivo. Entretanto, os equipamentos existentes são depredados pela própria população e, às vezes, se tornam sem condições de uso. Falta-lhes manutenção. Existem campeonatos de futebol (*Copa do Corujão*, por exemplo), mas faltam espaços para outras práticas como a dança. Também os espaços das escolas são utilizados, principalmente aquelas que desenvolvem o programa Escola Aberta. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo desenvolve uma programação de ruas de lazer. Acontece, ainda, a feira de artesanato no centro da cidade. O parque ecológico está sendo construído. Muitos acreditam que, quando for inaugurado, vai mudar o lazer da população:

Com certeza vai dá um salto enorme na questão de referência de lazer. A gente conta pros meninos e eles não acreditam. Com tanto verde que essa cidade tem e vai ter, ia ser legal demais.

Também a “Cidade dos Meninos”¹⁶ é lembrada como um espaço que possui boas instalações para o lazer – leia-se, para a prática esportiva –, porém não escapa a críticas, uma vez que o acesso é para poucos.

Um representante da Prefeitura diz que

de lazer a gente tá caminhando com passos largos com vontade de fazer, mas ainda estamos estudando isso para crescer. Justinópolis cresceu, o Rosaneves, o Veneza, mas ainda tem muito o que fazer.

Nenhum entrevistado aponta a falta de educação para o lazer como um limite encontrado pelos jovens para a vivência do lazer. Dentre os limites, uma entrevistada aponta

a falta de opção. Os meninos querem praticar outras atividades, mas às vezes não têm onde ir e como ir. [...] Tem várias regiões de Neves que não têm campo e nem opção de fazer nada, nem ninguém para fazer nada com esse jovem. Então, é a falta de opção, de ter o que fazer que leva ele muitas das vezes à criminalidade.

¹⁶ A Cidade dos Meninos São Vicente de Paulo é uma obra da Associação Divina Providência, ligada a essa instituição religiosa que atende cerca de 5 mil jovens e adolescentes, entre internos, semi-internos e externos, com educação formal, formação moral e humana, atividades culturais, práticas esportivas, alimentação e moradia. Oferece formação profissional por meio de cursos profissionalizantes como: ajustagem, apicultura, arte culinária, artesanato, cabeleireiro, corte e costura, costura industrial, depilação, digitação, garçom, horticultura, informática, *office boy/girl*, operador de *telemarketing* e secretariado. Aqui, também, o lazer é entendido em sua perspectiva funcionalista como redentor dos males sociais e possibilidade de afastar os jovens do mundo do mal. Essa fala extraída do sítio oficial da instituição ilustra bem esse entendimento: “Na Cidade, existe uma política de ociosidade zero, que não permite que os atendidos fiquem um minuto sequer sem atividades a desenvolver. Acreditamos que uma mente ocupada é o caminho para a produtividade, livrando os jovens dos perigos das drogas e da criminalidade” (Disponível em: <http://www.portalseculus.com.br/Obra.aspx?obr=22>. Acesso em: 30 set. 2009)

As falas de outros entrevistados corroboram:

Porque o jovem que tá ocioso, ele fica na rua, procura outros meios, outras coisas, vai se inserir no meio de violência, porque eles num tem uma área de lazer apropriada para eles usarem, não tem. Neves não tem nada de lazer, você vai ver que Neves cresceu muito e não tem estrutura. Não tem lazer a agente não tem nada no município que pode falar assim: isso é um lazer pra gente...

Eu acho que eles também podiam participar de alguma coisa que é fora, não precisava ser só aqui; e o que limita esses jovens que moram aqui em Neves, dentre outras coisas que eles vivenciam, é a questão da passagem, da estigmatização, de serem moradores de Ribeirão das Neves, de toda a história existente. Eu acho que isso já está mudando muito, só que tem algo a ser feito em relação a isso. Eu percebo que esses moradores são muito lutadores, porque eles, com toda garra, passam por cima disso, tentam fazer diferente, mas isso ainda pode ser mais estimulado pelos órgãos públicos, pelas associações, pelo capital social existente.

Apesar dos limites encontrados, os entrevistados afirmam que várias ações de lazer são desenvolvidas. Alguns deles, pelo fato de não residirem no município, não souberam responder o que acontece na cidade. Foi lembrada uma oficina de xadrez oferecida pela Secretaria de Esportes:

Existem alguns eventos que acontecem que eu sei, mas que faltam ainda uma abertura. Na Cidade dos Meninos acontecem alguns eventos, mas falta na minha concepção uma coisa mais regular e em locais públicos.

Os programas governamentais foram destaques, apesar de não se furtarem de críticas, como a de um entrevistado que diz que *no papel são excelentes, mas que na prática não acontecem*, alegando ser a falta de profissional qualificado a causa da falta de motivação dos jovens, comprometendo os possíveis resultados a serem alcançados.

Dentre os programas governamentais, os mais lembrados e citados, por atuarem diretamente com as práticas esportivas e recreativas, foram: o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*, o *Poupança Jovem*, o *Agente Jovem*, o *Fica Vivo*, o *Escola Aberta*, os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, *que são programas específicos, não são de massa, mas atendem, parcialmente, uma pequena parcela da comunidade.*

Segundo um entrevistado, a participação da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo melhorou muito nos últimos dois anos e conta com uma equipe de profissionais ligados à área da Educação Física que vem desenvolvendo um bom trabalho, como as ruas de lazer, e (no ano da pesquisa) a festa junina na praça. Foi

lembrada a existência de um grupo (ONG criada por um policial) que trabalha o judô, o *jiu-jítsu*, artes marciais, com bons resultados, apesar de ser de terceiros.

É paga porque ele alugou um espaço bem em frente ao shopping. Ele fez uma extensão do trabalho para Neves, e eu pude perceber que é um trabalho altamente positivo, tem uma parceria com a Prefeitura, campeonatos, ele viu que é uma solução.

Os campeonatos de futebol infantil e infantojuvenil também têm boa mobilização da população. Foi citada a criação do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) e ainda, um núcleo de capoeira, dança e voleibol no centro da cidade.

Representantes dos projetos citados e dos órgãos públicos foram entrevistados. Passemos, então, à descrição das principais ações desenvolvidas relacionadas ao lazer e as condições físicas, financeiras, materiais e humanas de cada um deles.

- CURUMIM – Programa de socialização para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos. Atende 200 crianças e desenvolve atividades de esporte, recreação e reforço escolar em horários alternados com os da escola formal. Segundo a assistente social,

a função do Curumim é trazer um pouco de socialização pros meninos e um pouco mais de lazer. Os meninos que moram ali perto da Gávea, do Urca e da Vila Braúna não têm uma referência para eles estarem no período fora da escola, não tem local pra eles estarem indo. Então a solicitação é que os pais acham que eles ficam muito na rua, então o Curumim vem pra isto, para absorver este público que fica geralmente exposto à vulnerabilidade, trazendo para eles um local de recreação, que possam trabalhar com o esporte e possam ajudar eles também com o dever escolar.

São desenvolvidas atividades de arte, oficina de bijuteria, *biscuit*, futebol, vôlei, peteca e, em via de implementação, o xadrez. O principal interesse dos atendidos é pelo futebol. Aos finais de semana o local fecha, mas mesmo assim as crianças se dirigem até lá e solicitam ao porteiro permissão para entrar; caso o pedido seja negado, elas buscam alternativas, como pular o muro. A instituição estava retomando suas atividades no momento da pesquisa, agora sob a direção de uma igreja evangélica. O *Curumim* está instalado numa área relativamente grande. A estrutura é boa. Conta com três quadras, sendo uma coberta, dois campos de futebol, duas salas pequenas, seis monitores de recreação e algum material, como bolas e petecas. Também existe a figura da monitora de reforço escolar, em processo de capacitação pelo SESC. Os demais monitores não possuem qualificação.

- FICA VIVO – É um programa que trabalha com a prevenção contra a penalidade focada no controle do homicídio. Usa do esporte como metodologia para atingir

o seu fim. Atende aproximadamente 400 jovens entre 12 e 24 anos, divididos em núcleos. A função é disponibilizar oficinas de esporte (futebol, *futsal*, vôlei, basquete), brincadeiras, artesanato, violão, dança, capoeira, teatro. As oficinas de esporte acontecem nas quadras da região e das escolas.

A verba para o andamento do projeto é do Governo e os próprios oficineiros adquirem os materiais. Falta profissional qualificado para desenvolver o trabalho, apesar de ocorrerem reuniões semanais com os oficineiros e, ainda, seminários para discutir sobre a prevenção da criminalidade. Existe um núcleo do *Fica Vivo* no bairro Rosaneves que atende jovens entre 12 e 17 anos.

Trabalha-se com jovens que já estão envolvidos na criminalidade e com outros não envolvidos, como forma de prevenção. São atendidos 35 jovens do bairro Sevilha B. Além das outras oficinas, acontece também o futebol feminino. O espaço utilizado são as quadras da escola do bairro, pequenas e em má conservação.

Segundo um entrevistado *os melhores profissionais do esporte do município estão neste Programa*. Oferece capacitação para a equipe de esporte na área de educação social, de segurança pública. O *Fica Vivo* do bairro Veneza atende jovens entre 12 e 24 anos do próprio bairro e dos bairros vizinhos, como o Metropolitano, San Genaro, Florença, Conjunto Henrique Saporì, com oficinas de esporte, lazer, futebol e dança. Como são oficinas que despertam maior interesse na juventude, são utilizadas para

chegar próximo do público-alvo pra gente desenvolver um trabalho, propiciando o objetivo que é de reduzir os índices de criminalidade e violência, ou seja, a oficina é uma porta de entrada para que os jovens percebam na gente a confiança, para que a gente possa desenvolver um trabalho de prevenção.

O entrevistado insiste em dizer que o *Fica Vivo* não é um programa de lazer em si, mas funciona como uma porta de entrada para outros fins. Nesse núcleo existe a preocupação com o trabalho em rede na comunidade, e para isso as instituições que já estão atuando no bairro são identificadas para iniciar uma discussão sobre a segurança pública, escutam a comunidade e os órgãos governamentais e não governamentais.

Os espaços destinados à prática esportiva são aqueles já existentes na comunidade, uma quadra e campos de terra que, quando chove, não apresentam condições adequadas para uso. Dos profissionais é exigido o domínio tanto do conhecimento sobre os esportes quanto sobre a prevenção de criminalidade. Muitos são graduados em Educação Física.

- **POUPANÇA JOVEM** – É um programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) que atende os jovens a partir do primeiro ano do Ensino Médio e visa oferecer uma formação cidadã, capacitando-os para que, ao final dos estudos, tenham condições de ingressar no mercado de trabalho de maneira

mais qualificada. Ao longo dos três anos, o jovem recebe capacitação voltada para a formação cidadã, formação psicossocial e, também, profissional. A cada ano de aprovação na escola ele recebe uma bolsa de mil reais.

Segundo o representante do programa, são 7.500 jovens este ano na faixa etária entre 14 e 21 anos. O programa se baseia em três pilares, trabalhados em módulos: no “Giro Jovem”, o estudante recebe informações e participa de uma série de debates sobre temas de seu interesse, como juventude, protagonismo juvenil, empoderamento, juventude e educação, afetividade, sexualidade e ética. No segundo pilar, a preocupação é com a capacitação para o mercado de trabalho. Nesse pilar o estudante desenvolve, também, aulas de inglês e informática. O terceiro pilar é o do retorno do que foi aprendido para a comunidade. As atividades voltadas para o lazer estão suspensas. Até abril do ano referente à pesquisa, havia o *Conexão Jovem*, com atividades de cultura e lazer, voltados para o esporte.

Existe, ainda, o que é chamado por eles de atividades dinamizadoras, que são visitas a exposições de arte, museus, teatros e parques. Existem, no bairro Veneza, dois imóveis alugados, denominados Estação Jovem, que são utilizados para as atividades do programa. Possui uma quadra e uma biblioteca. Os espaços voltados para a área de lazer estavam suspensos (não foi esclarecido o motivo). São 40 pessoas trabalhando no programa exercendo desde funções técnicas até o acompanhamento do jovem na escola, na comunidade. Todos os profissionais tinham curso superior. São assistentes sociais, educadores, psicólogos, pedagogos, dentre outros. Frequentemente eles passam por capacitação interna.

• **LIBERDADE ASSISTIDA** – É uma medida socioeducativa, em regime aberto, que recebe os adolescentes em conflito com a lei, por atos infracionais, encaminhados ao Ministério Público na Vara da Infância e da Juventude. São atendidos 89 adolescentes dos 13 aos 19 anos. O núcleo de Neves conta com agentes do serviço social, terapeutas ocupacionais e monitores de esporte. Está, temporariamente, sem psicólogos.

As oficinas de esporte são realizadas duas vezes por mês, aos sábados. São desenvolvidos vôlei, futebol de campo, *futsal*, basquete, peteca, handebol e dinâmicas de grupo. Está prevista uma parceria com a ONG Liga Desportiva das Artes para encaminhar os adolescentes ao judô, *jiu-jítsu* e *tae-kwon-do*. As atividades são desenvolvidas no núcleo da Secretária de Esportes, que possui duas quadras, um campo *society*, e no campo do município. Segundo os entrevistados, faltam mais profissionais qualificados. A capacitação se dá em serviço.

• **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA** – O Conselho é um órgão normativo, deliberativo e consultivo. Exerce a função de consultoria, com participação igualitária; metade dos representantes é do Governo e a outra metade, da sociedade civil. É sempre

consultado em relação às ações desenvolvidas na cultura do município. Mensalmente, acontecem reuniões ordinárias abertas a toda população. Em 2007 foi realizada a *II Conferência Municipal de Cultura*, com boa participação da comunidade.

Segundo um entrevistado, Neves possui muitos artistas, cineastas, humoristas, contadores de histórias, ceramistas, músicos, dentre outros. No ano da pesquisa, aconteceu o *I Cultura Ativa*. Um grupo de pessoas ligadas às artes, à cultura e ao lazer organizou uma programação anual para o município. Foram realizados vários eventos em praça pública, como festival de teatro e dança, festa junina, apesar das dificuldades encontradas com o ano eleitoral. Estava programada, ainda, a comemoração do aniversário da cidade no dia 12 de dezembro de 2008, com o lançamento de livros. Para 2009 estão previstas novas ações.

- CASA DA CULTURA – Oferece cursos de artesanato, pintura, macramé, bordado, pintura em tela, tapeçaria, principalmente aqueles que estão em tratamento psicológico no Núcleo de Assistência Psicológica (NAPSI) e de outras instituições que vem à Casa da Cultura para “distrair a cabeça”. São atendidas em torno de 100 a 150 pessoas por mês na faixa etária entre 30 e 60 anos. Oferece também curso de violão, teatro, dança e ginástica.

Segundo um entrevistado, a Casa da Cultura não tem muita estrutura, por isso não oferece mais cursos. Um espaço com espelho é cedido para ensaios de grupos de dança (de rua) de jovens. Possuem uma tenda montada no fundo da Casa.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS) – Gerencia alguns programas, como o *Liberdade Assistida (LA)*, o *Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)* e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O LA atende os menores infratores, em geral, de acordo com a demanda. Com esse público são desenvolvidas oficinas direcionadas a socialização, como futebol, artesanato e, ainda, dinâmicas de grupo, como s psicólogos. O PETI tem como meta atender 480 crianças e adolescentes. Desenvolve atividades socioeducativas com oficinas também direcionadas à faixa etária, como circo, dança, teatro, artes visuais e flauta doce. Existem seis núcleos no município. O trabalho é desenvolvido com as famílias e procura utilizar mão de obra local. Algumas famílias são ativas e participativas, outras não se envolvem com o programa, nem mesmo o conhecem a fundo. Um dos desafios enfrentados pelos gestores é do de envolver essas famílias nas ações.

A estrutura física do PETI é própria e considerada boa. Em relação ao pessoal, o de apoio é terceirizado e não apresenta problemas. Existe dificuldade em encontrar educadores com perfil para trabalhar nessa área social e também para contratação, dadas as exigências do Ministério Público. O mesmo acontece com o LA, que está com seu quadro reduzido. A capacitação é feita em serviço. A cada seis meses o Estado

oferece cursos. Os educadores participam, também, dos eventuais fóruns e debates promovidos pela SMAS.

- SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE – Programa da SMAS de reintegração de egresso do sistema prisional, de mediação de conflitos e acompanhamento do *Fica Vivo*. O programa tem contrato com instituições locais (em torno de 120), ou seja, com áreas de execuções criminais. Os sentenciados que vão assinar a condicional na Vara de Execuções Criminais são encaminhados para os núcleos.

Uma das funções do programa é o acompanhamento e a sensibilização do egresso do sistema prisional para participar de suas atividades. O acolhimento é voluntário e dá apoio no retorno do indivíduo que ficou privado de liberdade durante certo tempo à sociedade. Tem parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Social (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) na Cidade dos Meninos, para encaminhá-los aos cursos profissionalizantes. Atende, aproximadamente, entre 100 e 120 pessoas por mês.

O grupo de profissionais discute com os egressos que a reinserção não depende do programa, e, sim, deles. O programa não tem um projeto de lazer. Desenvolve ações esporádicas. Realizaram a festa no Dia das Crianças e estavam programando a do Natal. Em dezembro de 2008, estava prevista uma apresentação do Grupo Galpão no dia 23 e um retorno no dia 30 para uma oficina de teatro com o objetivo de selecionar pessoas para trabalhar com o Grupo numa turnê.

Além disso, foi produzido um documentário em DVD, com base numa oficina com os egressos, intitulado *Quem conta o conto da liberdade*, lançado também na sala Humberto Mauro e no Estúdio B (bar) ambos em BH.

- SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – Também da SMAS, propõe trabalhar com ações de alta complexidade do PETI, LA, PSC e também os abrigos. A função da Superintendência é acompanhar a dinâmica do trabalho. Realiza reuniões semanais com as gerências e a coordenação. Mensalmente, são sistematizados relatórios com os aspectos facilitadores e dificultadores do trabalho. São 1.050 abrigados, entre crianças e adolescentes. Indiretamente contabiliza 3.500 pessoas integrando as famílias.

No programa do PETI, existe um comitê igualitário, o COMPETI, no qual é feito um trabalho com as mães e a coordenação. Existe uma gerência de proteção e uma de coordenação que atua com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e as famílias. Uma entrevistada afirmou que os encontros com a família eram feitos na Secretaria e que, recentemente, eles mudaram: passaram a ir aos locais onde estão às crianças e convidam as famílias, em grupos menores. Isso provocou um interesse maior das famílias. Também busca uma aproximação com as escolas.

A Superintendência tem parceria com a Fundação Social e foi solicitado que o recurso fosse utilizado com o lazer para os meninos. Recentemente eles participaram de visitas no Palácio das Artes, Parque Municipal em BH e no teatro da Cidade dos Meninos. Eles estão conhecendo museu, zoológico e realizando oficina de brinquedos. Para 2009 estão acertando uma parceria com a ONG Cidadania Ativa do bairro Veneza fortalecendo as ações. O atendimento ainda é pequeno diante a demanda.

Alunos da PUC Minas e de faculdades de Ribeirão das Neves, de diferentes graduações, como Direito, Serviço Social e Psicologia, buscam o projeto para conhecê-lo. Divide espaços alugados pela Prefeitura com o *Agente Jovem* e o PETI. A capacitação foi feita por uma psicopedagoga, que identificou lideranças expressivas da comunidade, vindas, principalmente, de movimentos de igreja, e trabalhou-os para atuar como monitores nos programas *Poupança Jovem*, *Agente Jovem* e PETI.

• VEREADOR LÚCIO TRÊS IRMÃOS (Lucimar Roberto Valentim) – Segundo a assessora do Gabinete do vereador, eram atendidas 150 pessoas por dia, com as mais variadas solicitações, que eram encaminhadas para os órgãos competentes. Afirmo que o acesso da população é pequeno e que é pouco divulgado o que existe na cidade, além de ser muito descentralizado. O vereador afirmou que *isso precisa melhorar, e vai melhorar, e que as ações vão acontecer a partir de 2009*. Não apresenta propostas para o campo do lazer, destacando como principal preocupação a educação das crianças e a qualificação profissional dos jovens. Após o assassinato do vereador, em dezembro do mesmo ano da pesquisa, não foi investigada a continuidade dos projetos por seu sucessor.

4 PROPOSTAS E SUGESTÕES PARA O LAZER DOS JOVENS PELOS GESTORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Vânia Noronha

Várias são as sugestões e recomendações para a implantação de um programa de lazer e de esporte na cidade, muitas delas recorrentes nas falas dos entrevistados.

Ao serem indagados sobre que ações ou programas de lazer que os entrevistados consideram ser de interesse dos jovens, várias foram as respostas.

Eles têm muita ansiedade por muitas coisas. Cabe um leque de oportunidades e até difícil falar assim uma escala.

Outro diz:

Qualquer ação esportiva que for direcionada ao município, por ser ele muito grande e possuir um número altíssimo de adolescentes e jovens, será bem-vinda.

A demanda é muito grande, o jovem não tem aonde ir, onde namorar. Para um entrevistado, falta vontade política para investir no lazer. Segundo ele,

*gasta-se muito pouco com o lazer; são coisas pequenas que têm que ser feitas...
Uma quadra, a manutenção dela, umas bolas boas, pessoas que sabem cuidar
dos postes, das traves...*

As atividades mais citadas são as escolinhas de futebol (feminino e masculino), xadrez, peteca, brincadeiras, *skate*, dança; também, a “parte da cultura”, voltada para a música, cinema, teatro, shows e eventos. É preciso: organizar campeonatos, estruturar categorias de base, ajudar os clubes existentes para atender os meninos; construir um Centro Olímpico; estruturar melhor as ruas de lazer; elaborar projetos “pé no chão” que possam ser viabilizados nas comunidades; revitalizar praças; equipar as comunidades para que elas possam gerir suas próprias atividades culturais e de lazer; realizar mais festas no município; otimizar o passeio ciclístico que já acontece na cidade; contemplar as três regiões do município.

O Curumim propõe que o espaço seja também utilizado nos fins de semana. Uma articulação com a Secretaria de Esportes poderia ser realizada para contratação de profissionais que possam desenvolver atividades mais atrativas e diversificadas (outros esportes) aos jovens. Sugere, também, que sejam direcionadas atividades para as crianças de 6 a 12 anos. Solicita um monitor para oficina de xadrez. A qualificação profissional é uma grande demanda, em todas as áreas que envolvem o lazer, com destaque para o esporte. Diz um entrevistado: *O esporte precisa ser respeitado, tem que ter profissionais pra trabalhar.*

Necessitam de pessoas com conhecimento e boa vontade, que saibam organizar planos de ação, programas de treinamento, montagem de tabelas de jogos, que priorizem o acesso de todos na prática esportiva para pensar no esporte e no lazer. *Quem tem que cuidar do esporte hoje é gente do esporte e gente que conhece a realidade de Ribeirão das Neves.* Querem atender, também, ao esporte de alto rendimento, organizando times para competir e representar o município e o Estado; melhorar a estrutura física, construir novos espaços, ginásios poliesportivos, com materiais bons e suficientes; montar uma equipe voltada para o jovem; reunir essa equipe e deixar que ela tome decisões; oferecer infraestrutura, espaço físico; criar mais espaços de lazer: construir um cinema, um *shopping*, teatro, quadras em cada comunidade, um centro olímpico, clube, parques temáticos, campos com alambrado, com iluminação; ampliar as opções de lazer. Incluir os adolescentes portadores de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade nos espaços; identificar e apoiar os grupos de jovens, principalmente aqueles que não estão vinculados em nenhum programa como os meninos *funkeiros*, os grupos de teatro, de futebol da várzea, etc.; desenvolver ações de mobilização da população, divulgação e informação, melhorando a comunicação com a comunidade.

Apenas um entrevistado disse que o foco deveria ser a qualificação profissional dos jovens e o investimento na educação.

Para um entrevistado, criar novos espaços não é suficiente, é preciso fazer uma discussão aberta, com a participação da comunidade, do jovem, saber o que eles pensam a respeito. É preciso criar um fórum onde esse jovem possa dizer o que ele quer fazer: *Às vezes as decisões vêm de cima pra baixo e falta saber do jovem o que ele quer. Existe um potencial, uma vontade e até um travamento da parte deles de não conseguir aquilo que querem. Porque não acreditam, eles são muito desesperançosos. Ou acham que não vai funcionar, não vai dar certo, num vai ter.*

Envolver o jovem na discussão sobre com o espaço será utilizado é percebido como possibilidade de elevar a autoestima deles, valorizá-los. Promover eventos que atendam esse jovem – por exemplo, o *skate*, o grafite, a música. Articular com a Secretaria de Meio Ambiente e promover ações para arborizar o município, coleta seletiva.

Chamam atenção para a gestão em rede e a intersetorialidade ao proporem uma articulação entre as diversas secretarias, setores e programas que trabalham com a juventude, desenvolvendo parcerias e melhorando o lazer na cidade; unir representantes do Governo e da sociedade civil, os Conselhos e diversos segmentos: do *Fica Vivo*, do *Poupança Jovem*, etc., para elaborar um plano, um planejamento de ações que visem a todas as comunidades, até as mais distantes, inclusive com palestras, também nas escolas, com os pais.

Parte IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES
PARA UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE
LAZER COM JUVENTUDES EM CONTEXTOS DE
VULNERABILIDADE SOCIAL

Como vimos, esta pesquisa trouxe os problemas da vulnerabilidade social, da violência e da criminalidade em Ribeirão das Neves como questões emergentes a serem enfrentadas pelo poder público local. O município viveu um processo de crescimento intenso dos índices de criminalidade ao longo dos últimos anos e essa se tornou uma problemática que não pode mais ser deixada somente a cargo das administrações estaduais (em decorrência do controle que elas exercem sobre as Forças Armadas), mas, também, por intervenções locais. O protagonismo do município na tentativa de sua resolução é uma realidade já posta e contra a qual não se pode mais omitir.

Entendemos que o lazer, como fenômeno sociocultural, além de ser um direito constitucional, congrega em si, características transformadoras da realidade dos sujeitos e também de comunidades. A vivência do lazer, ao contrário dos momentos de obrigação, quase sempre rotineiros, mecânicos e pouco criativos, exige participação, envolvimento, criatividade, criticidade, autonomia, liberdade, permitindo que o sujeito seja ele mesmo, e, não, o que se quer que ele seja. Por todos os argumentos aqui discutidos, consideramos que o lazer possui um potencial transformador da e na sociedade (MARCELLINO, 1987) e, portanto, deve ser incentivado e garantido a todos em quaisquer condições.

Entretanto, diferentemente das abordagens funcionalistas (MARCELLINO, 1987) dadas ao lazer pelo capitalismo, ao percebê-lo de forma utilitarista, oferecendo vivências ao trabalhador com fins claros de prepará-lo para enfrentar melhor o seu tempo de trabalho, ou de forma a compensar a insatisfação e alienação provocada pela mecanização das ações profissionais, ou ainda em sua perspectiva moralista, agindo como possibilidade de minimizar os problemas sociais, dentre eles a violência e o tráfico de drogas, consideramos que o lazer sozinho não responderá positivamente nenhuma dessas situações. Defendemos, aqui, a necessidade de uma articulação intersetorial em rede para que tais problemáticas sejam definitivamente banidas de nossa sociedade.

Com esta pesquisa objetivamos desenvolver processos metodológicos para melhor compreensão de quem é esse sujeito jovem, com a intenção de contribuir, efetivamente, com o propósito ao considerar uma parcela específica da população com vista a subsidiar ações não somente do PRONASCI/PELC, como de outras políticas públicas de lazer na cidade de Ribeirão das Neves.

Analisando o conjunto de dados tratados na pesquisa, destacamos três focos principais de problemas.

No *primeiro foco*, os dados mostram questões relacionadas às várias concepções de lazer das pessoas que trabalham com os programas e projetos sociais no município.

De fato, frequentemente observamos nas falas das pessoas, especialmente dos gestores públicos, o lazer sendo elevado à condição de redentor dos problemas sociais. Também nas entrevistas realizadas não foi rara a carência de lazer nos centros urbanos ser considerada como a principal razão da marginalidade, do aparecimento de população na rua, do uso crescente de drogas e da violência, etc.

O *segundo foco* diz respeito à precariedade da infraestrutura urbana da cidade. Vimos as razões históricas do processo de sua ocupação ocorrido de maneira extremamente desordenada e sem atender a qualquer tipo de planejamento urbanístico. Como consequência, o que se vê hoje é uma cidade composta por três núcleos urbanos distintos que praticamente não possuem ligação funcional entre si. Ribeirão das Neves já possui várias áreas de moradias suburbanas e vem registrando um movimento contínuo de “favelização” de seus bairros em decorrência da pouca capacidade de investimento do poder público municipal e da pouca atratividade comercial aos investimentos externos.

Não obstante os espaços públicos serem identificados como fontes de lazer, esses mesmos espaços não apresentam, na percepção dos entrevistados, condições para o seu pleno exercício. Os obstáculos identificados nesses espaços, que os impedem de se tornar mecanismos de socialização e construção de elementos de cidadania, vão da precária infraestrutura às condições mínimas de segurança pública.

Num *terceiro foco*, aliado a esses desafios, o diagnóstico realizado para a elaboração da Política de Cultura, Esporte e Lazer do Município (2006), (PMRB, 2006) considerando dados das Conferências Municipais de Esporte e Lazer (2004 e 2006) e de Cultura (2006), identificou mais três problemas que precisam ser considerados.

O *primeiro* relaciona-se com a crescente densidade demográfica e a pobreza da população que, ao conviver com inúmeros problemas sociais, enfrentam dificuldades de acesso às condições básicas de vida previstas pela Constituição Federal de 1988, dentre elas o direito à cultura, ao esporte e ao lazer.

Em decorrência disso, o atendimento às demandas da população é dificultado pela insuficiência de recursos financeiros para o investimento necessário, também, na garantia desses direitos. Além disso, esse atendimento tem sido dificultado pelas experiências políticas paternalistas e descontínuas que influenciam na desconfiança e na desmobilização da população para as ações.

O *segundo problema* refere-se à escassez de oportunidades de práticas de cultura, esporte e lazer por livre opção da população, traduzidas tanto na insuficiência de locais públicos adequados à sua vivência como na insuficiência de conhecimentos (iniciação e aperfeiçoamento) sobre diversificadas modalidades e manifestações que ampliem as oportunidades para toda população. Além disso, é precário o atendimento

às necessidades específicas às diferentes idades, sexo e pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, o diagnóstico aqui citado mostrou exclusão, principalmente, das crianças, das mulheres, dos idosos e das pessoas com deficiências.

O *terceiro problema* refere-se à falta de valorização da identidade local e sua diversidade cultural, especialmente considerando que a população de Ribeirão das Neves tem origem em vários lugares, constituída, em grande parte, por um processo migratório de famílias de presidiários que se instalam na cidade para conviver próximas de seus parentes reclusos. A falta de valorização cultural, enfatizada em todas as fontes e os grupos consultados, tem influído na imagem que a população tem de sua cidade, no pouco conhecimento de sua história e referências culturais e, sobretudo, na autoestima da população, especialmente dos jovens entre 15 e 29 anos.

Nesse contexto, cresce o reconhecimento do esporte e do lazer como vivências geradoras de nova postura cultural, voltada para o enfrentamento dos fatores causadores e geradores da violência em nosso país. Para que um projeto social de esporte e lazer possa propor intervenções culturais para jovens como alternativas ao mundo do tráfico, da falta de emprego, do uso de bebida alcoólica, a falta de perspectivas de vida, de melhora da autoestima da população, dentre outras, torna-se fundamental problematizar ações de grupos que se dizem articular com os desejos de mudanças que emanam da população, mas, no fundo, buscam a manobra e o controle da prática social. Por isso, devemos estar atentos aos mecanismos presentes na sociedade que possam, em vez de conduzir a uma nova prática, reproduzir esse quadro.

Para superar tais situações, precisamos investir na educação pelo e para o esporte e o lazer, buscando entender como e por que, também neles, enfrentamos limites de toda natureza – conceituais, econômicos, políticos, religiosos, educacionais, étnicos, de alimentação, meio ambiente, moradia, segurança e outros impostos pelo contexto que tantas vezes suprime, hierarquiza e marginaliza pessoas, sobretudo das classes sociais menos favorecidas.

A conquista da cidadania pelo esporte e lazer, cujas ideias fundamentais são a consciência, a liberdade, a igualdade de direitos e a cultura da paz, requer ações que busquem a reversão de esquemas assistencialistas e utilitaristas, de exclusão e de tutela, que reduzem o envolvimento dos sujeitos e dificultam o desenvolvimento de massa crítica para entender a importância desses fenômenos. A alegria pela conquista da liberdade e a emancipação dos sujeitos são construídas nas experiências cotidianas lúdicas favorecidas pelo encontro, pertencimento e repetição criativa dos sujeitos históricos que buscam o reconhecimento e posse de si, na relação com outro e com o vivido (PINTO, 2007).

É por meio da alegria e da liberdade que cresce o entendimento do esporte e do lazer como civilidade e respeito ao sujeito-cidadão e sua compreensão como campo de humanização das relações em busca da superação coletiva de limites impostos à

população jovem desprovida de bens materiais, de atividade lúdica e de participação (PINTO, 2004).

Orientada por essa lógica, destacamos esta pesquisa como metodologia de reconhecimento da realidade das comunidades pesquisadas, com o objetivo de subsidiar projetos e ações de esporte e lazer com maior impacto na vida social e cultural de jovens entre 15 e 29 anos, mas também como uma estratégia preliminar de conscientização da importância dessas ações para a qualidade de vida e para a convivência comunitária.

Certamente, os dados levantados nesta pesquisa nos possibilitam várias análises. Apresentamos, aqui, aquelas que nos foram possíveis. Acreditamos que o cruzamento de outras variáveis ainda podem nos trazer outras pistas, bem como outras análises, e, a partir delas, outras proposições para políticas públicas direcionadas à juventude.

Por hora, considerando os problemas e os dados aqui discutidos, entendemos que três desafios se destacam com objetivo de fomentar políticas públicas de inclusão pelo esporte e lazer nessa cidade: o reconhecimento do esporte e do lazer como direito e fator de educação e humanização; a implantação de infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer existentes no município; a consolidação de redes de convívio social e rede de serviços.

• *O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos e fatores de educação e humanização requer:*

- a) a necessidade de política pública de esporte e lazer fundamentada nos Direitos Humanos;
- b) um conjunto de estratégias educacionais de combate à violência focalizada nas principais vítimas, os adolescentes e os jovens;
- c) a valorização do esporte e da arte como tecnologia educacional que facilita os processos de socialização, mobilização e transformação tanto dos sujeitos como da coletividade;
- d) a utilização de metodologia que supere a simples ocupação do tempo livre e reconheça o esporte e lazer em seu potencial formador de sujeitos numa perspectiva humanizadora.

• *A implantação de infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer existentes no município implica:*

- a) um serviço/equipamento social atrativo, criativo, dinâmico e diversificado, capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento humano e social;
- b) *o reconhecimento de que a cidade é sempre um campo de atuação, de expressão do poder público, privado, governamental ou não governamental e, sobretudo da população;*

c) a construção de novos equipamentos de lazer, garantindo-lhes a manutenção, a segurança e a possibilidade da realização da animação cultural comprometida com os interesses da comunidade.

• *Uma rede de convívio social e rede de serviços representa:*

a) uma retaguarda de proteção especial, capaz de fortalecer os vínculos familiares e comunitários para jovens com história de atos infracionais, vida na rua e outras formas de exclusão;

b) uma estratégia de construção de políticas públicas, mediante a articulação entre poder público e a sociedade civil organizada, fortalecendo pequenas organizações atuando em rede, assegurando a articulação entre as ações estruturais e programas locais, sustentabilidade e complementariedade dos serviços.

Esses desafios nos permitiram definir princípios gerais que consideramos imprescindíveis para políticas públicas destinadas à juventude de municípios em situação de vulnerabilidade como Ribeirão das Neves e, ainda, princípios de intervenção socioeducativa e princípios para uma gestão participativa.

1. PRINCÍPIOS GERAIS

Jovens são sujeitos de direitos e deveres

Ser jovem, cidadão de direitos, significa ter acesso a direitos sociais, políticos e civis em sua plenitude. Significa ter direito à voz, à participação, à circulação livre na sua comunidade; à educação; aos espaços de esporte, lazer e outras práticas culturais; a vivenciar sua sexualidade; a ser atendido nos serviços de saúde; a se preparar para o mundo do trabalho sem ser explorado e submetido a situações de opressão. Ser jovem, cidadão de deveres, é ter obrigações, responsabilidades, pois a autonomia e a liberdade que se quer vivenciar são reguladas pelo convívio social.

Diversidade cultural como reconhecimento das diferenças e valorização da identidade juvenil

A diversidade é a maior riqueza que podemos compartilhar uns com os outros. É um princípio fundamental para acesso à cidadania. Valorizar as diferenças é fortalecer nossas identidades e a do outro, é respeitar os diferentes pontos de vista, com possibilidade de discordância, mas nunca de intolerância. Diferença não pode ser

confundida e nem justificar a desigualdade, esta, sim, deve ser fortemente combatida, adotando para isso estratégias que conduzam a uma cultura de paz, principalmente entre as juventudes.

Inclusão social pelo esporte, lazer e construção de uma cultura da paz

A paz é uma construção cultural humana. Ela não é dada; deve ser cultivada, conquistada, construída e reconstruída arduamente por todos nós, em nosso cotidiano. Se considerarmos que a violência também é uma invenção humana, propomos sua desconstrução. Se fomos capazes de criar um modo de comportamento, uma forma de agir que coloca em risco a integridade física ou moral de outros seres humanos, com certeza, seremos capazes de inverter essa lógica, no sentido de nos relacionarmos de acordo com princípios éticos como a tolerância, o respeito e a solidariedade.

Privilegiar uma cultura da paz não significa incentivar a passividade ou a ausência de conflitos. Na luta por um mundo mais justo, igualitário, democrático e feliz, as armas serão outras: o diálogo, a tolerância, a cooperação, a valorização da diversidade, do indivíduo em sua totalidade, a compreensão de que o conflito é muitas vezes necessário para o surgimento do novo. Para isso, torna-se necessário dizermos *não* às desigualdades e discriminações por raça, sexo, classe, geração, orientação sexual, religião, nacionalidade e circunstâncias de vida.

A educação é um elemento fundamental na construção da cultura da paz. Nesse sentido, a educação pelo e para o lazer pode contribuir para construir, juntamente com os jovens, suas famílias e a comunidade de uma forma geral, uma nova visão sobre o mundo. Mas é fundamental que essa visão se transforme em ações – ações de paz, de solidariedade. Os jovens são sujeitos que podem e devem ser formados como multiplicadores da paz: que possam, no dia a dia, na família, na escola, entre os amigos, ampliar, divulgar e convidar novos sujeitos para a sua construção e efetivação. Certamente, o esporte e o lazer têm muito a contribuir com este projeto social.

A produção de conhecimentos na prática cotidiana

Produzir conhecimentos é apropriar-se do mundo. Aprendemos na escola, nos campos e quadras esportivos, nas praças, na rua, na igreja; enfim, na vida, diariamente. Paulo Freire (1983) há muito nos alertou que o conhecimento é uma construção coletiva em permanente movimento. Não podemos nos esquecer de que uma proposta de educação construtivista não pode estar centrada na mera transmissão do conhecimento, mas, sobretudo, na criação de espaços onde todos os saberes possam se manifestar. O conhecimento não se esgota; ele se produz, se reproduz e se transforma a cada experiência vivida. Quem conhece se rebela, não é dominado, pratica a liberdade, cria autonomia. Dessa forma, é preciso conhecer para ser autônomo e construir sua própria história.

Trabalho como formação para a inclusão produtiva

Espera-se que as atividades na área de iniciação ao mundo do trabalho possam desenvolver as habilidades e as competências pessoais e grupais necessárias para que o jovem se torne um cidadão capaz de enfrentar os desafios que lhe são impostos nesses tempos de globalização, crise e desemprego, além de estimular um perfil crítico/análítico, ético e empreendedor, a capacidade de iniciativa, possibilitar o surgimento de lideranças, fortalecer a autoconfiança, o conhecimento dos direitos trabalhistas e desenvolver a capacidade de gerar melhorias nas condições de trabalho.

Com vista a promover a garantia dos direitos dos jovens na perspectiva da melhoria das suas condições de vida e inclusão social, o PRONASCI/PELC, principal referência para política pública desta pesquisa, vem desenvolvendo ações de geração de oportunidades e de educação para o trabalho. Essas ações apoiam-se em quatro pressupostos convergentes e complementares:

- a regulamentação do trabalho para o adolescente de acordo com a lei e a consciência sobre o problema do trabalho infantil, que precisa ser erradicado;
- a educação para o trabalho é algo que só ocorre no plural, requerendo articulação de diferentes processos educativos desenvolvidos pela escola, família e outros;
- o exercício de significativas experiências culturais como fator de promoção humana e qualidade de vida, de cultura de pertencimento, participação e protagonismo social são importantes meios na formação dos trabalhadores e futuros trabalhadores;
- a educação para o trabalho implica oportunidades de trabalho como práticas educativas que permitem ao jovem conhecer suas potencialidades/capacidades, desenvolver a criatividade, solidariedade e apreensão/expressão de múltiplas profissões.

2 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Ação educativa para a autonomia

É a perspectiva pedagógica que visa à superação das diversas formas de anulação dos sujeitos e de suas culturas mediante o desenvolvimento da sensibilidade, da consciência política e do entendimento que o conjunto das pessoas representa sua força e coesão internas.

O espaço de educação para autonomia deve ser acolhedor e lúdico, com vista a envolver os jovens no planejamento, na execução e na avaliação das atividades, com clareza sobre o objetivo de cada uma delas. Relacionar as vivências lúdicas

com o cotidiano pode desenvolver a consciência de que nas atividades, ao mesmo tempo em que se aprendem regras, técnicas e estratégias específicas de diferentes conteúdos, também se aprendem atitudes, valores e comportamentos direcionados para a convivência social.

Animação cultural como metodologia de mudança social

Políticas públicas que visem à intervenção social com vista a transformá-la precisam pensar propostas metodológicas inovadoras e revolucionárias, mesmo compreendendo que as mudanças são lentas, envolvem lutas árduas e desafios cotidianos, num jogo social desigual. O que as move é a crença de que um novo mundo é possível e que se “tem uma contribuição efetiva a dar nesse processo, conjugando sonho e ação, poesia e subversão” (MELO, 2006, p. 25).

Abraçamos o entendimento de animação cultural de Melo (2006, p. 28-29), que a considera

uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa.

Como propostas metodológicas nessa direção, identificamos as contribuições do próprio ator citado e suas relações com arte, mais notadamente o cinema (MELO, 2006). Além desse autor, Mascarenhas (2003 p. 47) considera o lazer como prática de liberdade e baseado na obra de Paulo Freire propõe uma intervenção que

em um primeiro momento deve-se construir uma aproximação ao grupo procurando analisar sua realidade (ação diagnóstica) para observar suas condições objetivas de vida, suas ações diante do contexto que enfrentam e o nível de consciência que o conjunto dessas ações expressa. A partir dessa análise, escolhe-se um tema gerador e elabora-se uma rede de perguntas em torno dele, o que permite maior clareza daquilo que se deve objetivar com a abordagem. Posteriormente, selecionam-se os conteúdos e preparam-se as atividades – temáticas, preparatórias, avaliativas e de recuperação – que darão materialidade à proposta. Por fim, organiza-se o desenvolvimento da proposta (ciclo temático).

Na mesma linha de raciocínio Zingoni (2007, p. 14-17) propõe a metodologia do marco lógico para a definição de projetos sociais de lazer respeitando o ciclo do projeto que contém as fases de identificação, de elaboração, de execução e de monitoramento e avaliação. Segundo a autora,

É uma metodologia muito útil para o planejamento, a análise e o gerenciamento de projetos. [...] Ele oferece uma sucessão de passos lógicos encadeados, ao final da qual se tem um programa bem-estruturado. [...] Ele é recomendável, sobretudo, porque se baseia no método científico de pesquisa social, estruturando os projetos sobre uma cadeia de hipóteses acerca de relações de causa e efeito envolvidas no enfrentamento da problemática ou na demanda em questão. Que se constituem por fases diferenciadas. [...] uma limitação importante é que ele enfatiza mais o controle de resultados, efeitos e impactos, e bem menos os porquês das mudanças observadas. Daí a importância de fazer uso de outras metodologias de planejamento, como a análise dos envolvidos, a análise de problemas, os integrantes do método Zoop de planejamento. É recomendável complementar a gestão com a sistematização da experiência, a qual enfatiza justamente os aprendizados do processo.

Marcellino (2007), também, propõe a ação comunitária como um trabalho socioeducativo de intervenção em comunidades com vista a propor a identificação de problemas e a sensibilização e mobilização de seus membros para a busca de soluções. Nesse sentido, um plano geral de ação é composto por três fases interligadas: a deflagração propriamente dita da ação, que se consiste no levantamento da necessidade, possibilidades de intervenção, definição dos objetivos, seleção dos instrumentos de intervenção e realização das atividades de impacto; a avaliação dos resultados; e, por fim, a continuidade da ação e a retomada dos resultados, o acompanhamento e a sedimentação necessários à consolidação do processo e o alcance da autonomia da comunidade.

Oficina temática: um método para a formação de grupo e protagonismo

O trabalho em grupo com os jovens pode se tornar um rico momento para o crescimento pessoal deles, para a construção da autonomia e para o exercício do protagonismo. Por meio do desenvolvimento de oficinas temáticas que promovam o debate sobre lazer, esporte, cidadania, sexualidade, cultura da paz, projetos de vida, inclusão digital, dentre outros, o jovem pode perceber que o grupo é um espaço de identificação e constituição de vínculos afetivos e, também, de diferenciação. É um espaço para a construção do protagonismo juvenil. Ser protagonista é ser um indivíduo ativo, lutador, participativo e que busca alternativas objetivas para a transformação social. É participar das ações de transformação da sua comunidade, cidade, escola, sempre em busca de direitos coletivos e da não satisfação de interesses individuais.

Esporte e lazer como vivências educativas para a qualidade de vida

O esporte e o lazer são meios e fins educacionais. Em ambos, percebe-se um duplo aspecto educativo. O primeiro é que o esporte e o lazer são veículos privilegiados de educação para o desenvolvimento de valores como cooperação, autoconhecimento, socialização, ética, estética, disciplina e hábitos saudáveis. Segundo, para a prática das atividades de esporte e lazer é necessário o aprendizado de conteúdos historicamente contextualizados, procurando superar os desafios colocados pela busca de resultados e estimulando a participação lúdica, espontânea, em níveis críticos e criativos.

O desafio da intervenção social para gerar mudanças, com o objetivo de considerar as práticas do esporte e lazer no conjunto de condições básicas para melhorias da qualidade de vida, requer ações que:

- relacionem as experiências vividas no esporte e no lazer com a realidade social; permitindo reflexões sobre problemas do cotidiano da vida do jovem;
- elevem o nível da participação, de formas conformistas a patamares mais críticos e criativos, considerando os sujeitos historicamente situados;
- cultivem o jogo ético que inspira a experiência de pertencer a uma coletividade;
- promovam a ideia de que o esporte, o jogo, a brincadeira se praticam com o outro e não contra o outro;
- valorizem, do ponto de vista estético, a beleza dos movimentos conjunto e habilidades em cada gesto que se faz;
- considerem a disciplina a serviço dos objetivos da equipe, jamais a serviço de formas controladoras do movimento.

A promoção das práticas do esporte e lazer no conjunto de condições básicas para a melhoria da qualidade de vida requer, também, o empenho das lideranças comunitárias e gestores na estruturação, organização e gerenciamento do trabalho, investindo em:

- desburocratização do esporte e na realização de intervenções mais ágeis, mesclando resultados a curto, médio e longo prazos;
- ações participativas, democráticas e descentralizadas, diretamente articuladas com as demandas dos jovens e dos grupos comunitários;
- ampliação e diversificação de oportunidades de praticar, assistir e aprender sobre diversas modalidades de esporte e vivência no lazer, por meio de oficinas permanentes, oficinas temporárias, cursos, eventos, passeios, acesso a espetáculos e jogos promovidos na cidade, etc.;

- política pública que busque ampliar, adaptar, otimizar, criar e integrar equipamentos para a prática de esporte e lazer na comunidade, por meio de formas democráticas e seguras de acesso a esses equipamentos, bem como a manutenção e a animação lúdica deles, tendo em vista, ainda, a preservação do meio ambiente;
- política pública que fortaleça o debate sobre o direito ao esporte e ao lazer e suas relações com as questões sociais mais amplas que dificultam o acesso àquele; que problematiza as condições de sobrevivência da juventude, refletindo, sobretudo, em oportunidades de trabalho digno e redução da jornada de trabalho.

Arte como estratégia de expressão e realização no lazer

A arte é um meio de expressão, comunicação e produção de cultura. É a experiência de fruição e conhecimento cultural quando manifesta um modo de ver o mundo inserido num contexto histórico. Permite a vivência da subjetividade ao expressar e vivenciar sensações estéticas, identidades e memórias, bem como amplia a capacidade de compreensão da realidade e modos de lidar e intervir nela.

O apoio a grupos existentes na comunidade envolvidos com diferentes práticas culturais, a realização de oficinas, cursos e eventos que visam à formação dos jovens, bem como o registro cultural são estratégias fundamentais para construir uma referência de dados que possibilite o reconhecimento e a difusão das manifestações culturais vividas pela juventude.

Política pública que considere a importância da educação para e pela arte deve:

- analisar os processos de criação, buscando compreender a diversidade histórico-cultural e estilística das artes;
- ressaltar a dimensão criadora da arte, sem reduzi-la a elemento decorativo, atividade desnecessária à vida;
- descobrir a relação entre nossos valores e a apreciação artística que fazemos;
- mobilizar a relação entre sonhar e realizar as várias formas de expressão artística, de ideias e de sentimentos provocados por elas, não privilegiando uma em detrimento de outra;
- sensibilizar para a vivência da estética e o conceito de belo/feio que cada manifestação traduz, pois é nesse contato que o sujeito encontra oportunidade para realizar um mergulho na autoestima;
- promover a autossustentabilidade de sua prática, evitando realizar atividades que enfoquem apenas um horizonte de curto prazo, mas construir a continuidade e corresponsabilidade entre todos os participantes;
- educar criticamente por meio de acessos à distância a bibliotecas virtuais e multimídias como vídeo, rádio, página *web*, *blogs*, *fotologs* e *e-mails*;

- participar de redes e grupos de discussão locais, nacionais e mundiais relacionados aos interesses dos jovens: cultura, música, participação política, educação, trabalho, relacionamento, namoro e amizade, esporte e lazer;
- participação em mobilizações locais, nacionais e mundiais por direitos tais como: combate à exploração sexual de jovens; reivindicação por uma cultura da paz; valorização da cultura juvenil; combate ao trabalho infantojuvenil; movimento ecológico, etc.

Família e escola como participantes na experiência educativa

As famílias e as escolas participam da rede na construção de espaços e práticas educativas que visam à inclusão social dos jovens. A família é um sistema vivo mediador do espaço privado com espaço público, principalmente com a escola e outras instituições sociais. A escola também constitui um espaço de socialização e aprendizagem dos jovens. A escola tem conteúdos específicos e sistematizados ao ensinar, reconhecendo que seus alunos possuem diversas vivências familiares e culturais. Cabem a essas instituições:

- acompanhar cada jovem no que se refere à sua socialização e ao seu desempenho escolar;
- gestar condições especiais para inserir aqueles que se encontram fora da escola;
- apoiar e realizar, conjuntamente, eventos educacionais e incentivar a criação de grêmios estudantis nas escolas;
- estender aos profissionais da educação das escolas os conteúdos da capacitação dos educadores do Projeto e das instituições comunitárias.

Os projetos sociais, a igreja e as associações comunitárias também desempenham papel importante na educação das pessoas. A participação na educação de jovens dessas várias instituições da comunidade possibilita criar alternativas coletivas de melhoria no desenvolvimento social e comunitário. É preciso ter clareza sobre os objetivos e limites da atuação de cada instituição e estabelecer uma parceria, baseada na complementaridade entre as diversas instituições e programas locais que propõem práticas educativas com os jovens.

Educador como participante do aprendizado

Consideramos que o educador é aquele que atribui à educação caráter o político, social e cultural de que ela se reveste e faz de seu trabalho um processo de militância e comprometimento não com a atividade em si mesmo (tarefeiro), não com os grupos hegemônicos, não consigo mesmo, mas com o projeto pedagógico que possibilite uma sociedade mais justa e igualitária, comprometido com ações educativas para a autonomia.

Nesse sentido, todos os profissionais envolvidos com ações direcionadas aos jovens são educadores, independentemente da função que desempenham: coordenador, técnico, administrativa, estagiários, serviços gerais, oficinheiro, assessor ou consultor.

Desenvolver suas atividade com competência técnica, dominar o conhecimento específico que sua função exige, problematizar com os educandos os saberes e os conteúdos existentes na sua realidade concreta, respeitar a identidade de cada jovem, bem como seus limites e potencialidades, atuar na realidade concreta dos jovens, intermediar conflitos, estabelecer o diálogo, buscar tomadas de decisões, promover a cidadania, articular os serviços, qualificar lideranças comunitárias, realizar projetos interdisciplinares e descentralizados são algumas das competências e habilidades exigidas do educador.

3 PRINCÍPIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Trabalho em rede: articulação de serviços como estratégia para garantia da atenção integral

Trabalhar em rede é apostar na intersetorialidade, na descentralização dos serviços e ações como uma forma importante para garantir os direitos dos jovens da comunidade. Os nós dessa rede são os diversos atores sociais locais: entidades, famílias, projetos sociais, associações, grupos, conselho tutelar, postos de saúde, escolas, igrejas, e cada um deles possui uma função crucial na garantia dos direitos dessa população. Os atores isolados têm papel importante, mas eles serão muito mais fortes e eficazes se estiverem interligados, funcionando em conjunto, por meio de um fluxo de relações contínuas e de complementaridade. Para isso, os atores devem se conhecer e estabelecer espaços de diálogos constantes objetivando construir e planejar ações coletivas de solução de problemas.

Com esse intuito, os atores da rede devem compartilhar valores e percepções sobre os jovens e trabalho comunitário; comungar um objetivo comum: construir ações coletivas para garantir a inclusão social de jovens e suas famílias com papéis bem delimitados, considerando as competências institucionais e a viabilidade das ações.

Os gestores dos programas sociais locais devem realizar planejamento coletivo das ações, com metas e responsabilidades coletivas. Isso possibilita relações mais horizontais e potencialização dos recursos locais.

Redes sociais: resgate dos vínculos sociais e da estima pessoal

Além de parceiros não governamentais, faz-se necessário viabilizar a maior aproximação com os equipamentos públicos locais, por um lado, e a articulação com as gerências das secretarias municipais, das corporações policiais, das instâncias de defesa dos direitos, por outro, favorecendo a possibilidade de consolidação de políticas públicas voltadas para a juventude em conflito com a lei.

Será um contrassenso, porém, falar em descentralização de serviços se não se der a devida atenção à participação comunitária e, de modo especial, à participação dos jovens. Além de ações interinstitucionais e do compartilhamento de espaços, para ser coerente com a proposta de um projeto pedagógico que privilegia o trabalho em rede, é fundamental que se promova e acolha a participação da comunidade e de seus jovens.

Participação e conflito como essências da vida democrática

O significado da palavra participação é tomar parte, fazer parte e ter parte em algum empreendimento. Portanto, é preciso que todos os parceiros, os formalizados, os não formalizados, a comunidade e seus jovens, tomem parte, façam parte, tenham partes.

A participação pode ser dar em diferentes níveis: a informação, a consulta e as recomendações. No nível de *informação*, a participação se dá à medida que os parceiros são “participados” ou informados de decisões de instâncias das políticas. Quando são solicitadas críticas, sugestões e resoluções para os problemas, temos o nível de *consulta* facultativa. O nível de *recomendação/elaboração* ocorre quando parceiros elaboram propostas e recomendam-nas aos gestores dos programas e projetos.

Quando há participação no planejamento, na discussão coletiva dos problemas e nas descobertas e propostas de solução, temos a *cogestão*. Possibilitar espaços nos quais diferentes vozes e pontos de vista podem ser manifestados é um processo complexo, pois, nesse diálogo, muitos conflitos e diferenças frequentemente emergem. Mas conflitos e diferenças não são aqui considerados um problema: é neles que se encontra a riqueza do encontro com o outro e desse encontro podem surgir soluções criativas, inovadoras e democráticas.

* * *

E vamos à luta!!!

*Eu acredito
É na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé
É na fé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão
Eu vou à luta
É com essa juventude
Que não corre da raia
A troco de nada
Eu vou no bloco
Dessa mocidade
Que não tá na saudade
E constrói
A manhã desejada...
(Gonzaguinha, 1980)*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco; BID, 2002. 192 p.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BABBIE, Earl R. *Survey research methods*, California: Wadsworth Publishing Company, Inc. 1973.

BORGES, Luciana S. *Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos/SP*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, Brasil, 20-24 set. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 175-214.

BURTON, I.; KATES, R. W.; WHITE, G. F. *The environment as hazard*. New York: Oxford University Press, 1978. 240 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Luiz Octávio. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARLINI-MARLATT, Beatriz. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 303-321.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2000. p. 93-108.

DATA SUS. *Banco de dados do Sistema Único de Saúde*. Disponível em: www.datasus.gov.br.

DEMO, Pedro. A sociologia crítica e a educação: contribuições das ciências sociais para a educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 9, n. 46, p. 13-31, abr./jun. 1990.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 2. ed. Campinas: Papius, 1996.

DRAWIN, Carlos Roberto. Subjetividade e constituição ética da Psicologia. In: KYLLOS NETO, F.; OLIVEIRA, R.T. e SILVA, R. de O. (Org). *Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da psicologia*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2009. p. 45-60.

FARIA, Aurélio P. Carlos. Fundamentos para a formulação e análise das políticas e programas de atenção à família, 2002. Mimeo.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 9, p. 30, jan./mar. 2008.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade; sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 149-174.

HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JR., Eduardo. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005.

HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JR., Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006, p. 23-50.

HOPENHAYN, M. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, ABEP, v. 19, n. 2, p. 5- 18, jul./dez. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Banco de dados do censo 2000*. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: dez. 2004.

INSTITUTO VER. *Diagnóstico de Ribeirão das Neves*. Belo Horizonte, mar. 2007.

KATES, R. W. *et al.* Sustainability science. *Science*, US, n. 292, p. 641-642, 2001.

KAZTMAN, R. (Coord.). *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay*. Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999. (n. 180).

KING, Gary, KEOHANE, Robert O., VERBA, Sidney. *El diseño de la investigación social: la inferencia científica en los estudios cualitativos*. Madrid: Alianza Editorial, 2000. 272 p.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

LEPORACE, Márcia M. *Construção de indicadores sociopopulacionais*. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Editora da UNESP, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção Estudos do lazer).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. São Paulo, SP: Papirus, 1987.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza; AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Juventude (s) e transições. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 1-4, nov. 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital [1867]*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MEDEIROS, Marcelo. *A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América latina*. São Paulo: IPEA, 1990.

MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, INICEF 2000. p. 26-45.

NOVAES, Regina. Os jovens e hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

PINTO, Leila M. S. M. Vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Lazer e cultura*. Campinas: Papirus, 2007. p. 171-193.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer; caminhos participativos. *Motrivivência*, UFSC, a. 10, n. 11, set. 1998.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte: UFMG, 2004).

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães *et al.* Recreação e lazer no Brasil: desafios para novas concretizações lúdicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER (ENAREL): formação profissional no lazer; perspectivas e tendências, 12, 2000. *Anais...* Santa Catarina, Balneário Camboriú/SC, 2000. p. 440-454.

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães. A escolarização da recreação na Educação Física brasileira. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8, 2000. *Anais...* Lisboa/Portugal, 2000.

PLAMBEL. *A estrutura urbana da RMBH: o processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985*. Belo Horizonte: Plambel, 1986.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG). *Armazém de dados*. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP). Belo Horizonte, 2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social. *Programa BH Cidadania*, Belo Horizonte, set. 2001. (DOC. 3)

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência da Coordenação da Política de Assistência Social. *Intersetorialidade nas políticas sociais: trabalhando em rede*. Belo Horizonte, 2001. (DOC. 1)

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação. *A informação como diferencial estratégico da gestão da Assistência Social*. Belo Horizonte, 2001. (DOC. 2)

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Pequeno dicionário: assistência social de A a Z*. Belo Horizonte, 2001.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES (PMRB). Secretaria de Planejamento. *Bases cartográficas*, 2008.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES (PMRB). Secretaria de Planejamento. *Bases cartográficas e plano diretor*, 2007.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES (PMRB). Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Política de cultura, esporte e lazer de Ribeirão das Neves*. 2006 (DOC).

REFORMA do ensino. *O Horizonte*, Belo Horizonte, p. 1, 25 abr. 1928.

RICCI, Rudá *et al.* *Descentralização e participação popular em gestões municipais*. Belo Horizonte: Consultoria em Políticas Públicas (CPP), 2001.

RODRÍGUEZ, Jorge. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. Santiago del Chile: CEPAL, 2000. 79p. (Serie Población y Desarrollo, n. 5).

ROSA, Santa Júnia. Reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte: princípios e condicionantes da descentralização intramunicipal. *Revista Conjuntura Política*, 2001. Disponível em: <http://cevep.ufmg.br/bacp>.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade; um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-50.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política: perigos e oportunidades. In: COSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2003. p. 39-50.

SOUZA, J. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. f. 21-173. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 87- 128.

STEWART, E. Exploring the vulnerability of asylum seekers in the UK. *Population, Space and Place*, USA, v. 11, n. 6, p. 499-512, 2005.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Jovens e violência: vítimas e/ou algozes? In: COSTA, Liana Fortunato; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa; Líber Livro, 2005.

TAKASHIMA, M. K. Geney. O desafio de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF 2000. p. 77-92.

ZINGONI, Patrícia; MARCELLINO, Nelson Carvalho. PINTO, Leila M. S. de M. (Org.). *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

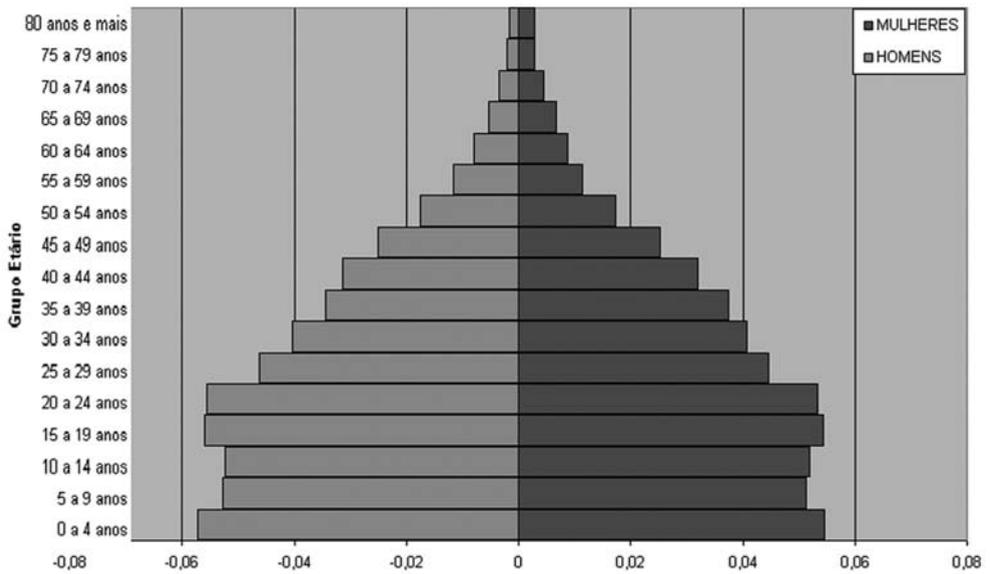
ZINGONI, Patrícia. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA Hélder (Org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZINGONI, Patrícia. *Lazer como ação socioeducativa para a cidadania: um estudo em Belo Horizonte*. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração e Comunicação) – Universidade de São Marcos, Belo Horizonte, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE I Pirâmide etária

PIRÂMIDE ETÁRIA - RIBEIRÃO DAS NEVES - 2000



APÊNDICE II

Questionário *survey*

Meu nome é... Estou trabalhando numa pesquisa que investiga a vida dos jovens em algumas áreas de Ribeirão das Neves. A sua colaboração é fundamental para que a pesquisa sirva para melhorar a vida na sua comunidade. O questionário é anônimo, não sei seu nome e não vou perguntá-lo a você. Além disso, nada do que você responder será revelado. Suas respostas são sigilosas, e você não será associado a elas. Qualquer dúvida, esclarecimento ou reclamação, por favor, entre em contato com os professores Almir de Oliveira Junior ou Patrícia Zingoni, da PUC Minas, ou com a professora Ludimila, da Secretaria Municipal de Esporte [entregar o cartão de apresentação da pesquisa].

Q.1) Número do questionário: _____

Q.2) Endereço: _____

Q.3) Data de aplicação do questionário: ____/____/____

Q.4) Horário de início da aplicação do questionário: _____

Q.5) Horário de término da aplicação do questionário: _____

Vou começar com algumas perguntas sobre idade, local de nascimento, cor e estado civil.

SD.1) [Sexo – marcar sem ler pergunta e respostas]

(1) Masculino

(88) NS

(2) Feminino

(99) NR

SD.2) Em que ano você nasceu?

Ano de nascimento [ANOTAR]: _____

(88) NS

Então hoje a sua idade é [ANOTAR]: _____ anos

(99) NR

SD.3) *Qual o seu estado civil?*

[Atenção para diferença entre respostas 4 e 5]

(1) Solteiro(a)

(2) Casado(a)

(3) Amigado(a), amasiado(a) (união consensual, vive junto sem ser casado)

(4) Desquitado(a) ou divorciado(a) – separado(a) judicialmente

(5) Separado (a) – separação não oficial

(6) Viúvo(a)

(88) NS

(99) NR

SD.4) *A sua cor / raça é...*

(1) Negra

(2) Branca

(3) Amarela (de origem oriental, descendente de japonês, chinês, etc.)

(4) Indígena

(5) Parda (uma mistura de negro e de branco)

(6) Uma outra mistura. Qual? [ANOTAR] De _____ e de _____

(7) Uma outra cor ou raça. Qual? [ANOTAR]: _____

(88) NS

(99) NR

SD.5) Qual é a sua religião?

- (1) Católica
 (2) Evangélica ou Protestante
 (3) Espírita
 (4) Outra. Qual? _____
 (5) Nenhuma

SD.6) Até qual série você completou na escola?

- (1) Ensino Fundamental (1ª a 8ª série)
Até que série completa? [ANOTAR] _____
 (2) Ensino Médio (1º ao 3º ano)
Até que série completa? [ANOTAR] _____
 (3) Supletivo de 1º Grau
Até que série completa? [ANOTAR] _____
 (4) Supletivo de 2º Grau
Até que série completa? [ANOTAR] _____
 (5) Técnico (profissionalizante). **Qual curso?** [ANOTAR] _____
Qual série? [ANOTAR] _____
 (6) Ensino Superior ou 3º Grau (graduação). **Qual curso?** [ANOTAR] _____
 (7) Alfabetização de adultos
 (8) Universidade da Terceira Idade (idosos). **Qual curso?** [ANOTAR] _____
 (9) Pré-vestibular
 (10) Outro. **Qual?** [ANOTAR] _____
Qual série? [ANOTAR] _____
 (77) NA (88) NS (99) NR

SD.7) Atualmente, você tem algum trabalho (emprego, bico, trabalho feito na residência ou outro) com o qual ganhe dinheiro?

- (1) Sim [VÁ PARA SD.9] (88) NS
 (2) Não (99) NR

SD.8) Você não está trabalhando atualmente porque...

- (1) está desempregado(a)
 (2) está afastado(a) por motivo de saúde
 (3) está afastado(a) por outro motivo. **Qual?** [ANOTAR] _____
 (4) está aposentado(a)
 (5) é pensionista
 (6) é estudante
 (7) cuida de afazeres domésticos
 (8) outra situação. **Qual?** [ANOTAR] _____
 (77) NA (88) NS (99) NR

SD.9) O seu local de trabalho é no município de Ribeirão das Neves ou em Belo Horizonte?

- (1) Ribeirão das Neves (77) NA
 (2) Belo Horizonte (88) NS
 (3) Outro município. Qual? (99) NR

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre sua residência e os que moram com você.

SD.10) No total, aproximadamente quantos reais todas as pessoas que ajudam a pagar as despesas da sua família (gastos com moradia, alimentação, transporte, roupas, etc.) ganham por mês?

- (1) Até 1 salário mínimo (até R\$ 415,00)
- (2) Mais de 1 até 2 salários (de R\$ 416,00 a R\$ 830,00)
- (3) Mais de 2 até 3 salários (de R\$ 831,00 a R\$ 1.245,00)
- (4) Mais de 3 até 5 salários (de R\$ 1.246,00 a R\$ 2.075,00)
- (5) Mais de 5 até 7 salários (de R\$ 2.076,00 a R\$ 2.905,00)
- (6) Mais de 7 até 10 salários (de R\$ 2.906,00 a R\$ 4.150,00)
- (7) Mais de 10 até 15 salários (de R\$ 4.161,00 a R\$ 6.225,00)
- (8) Mais de 15 salários (Acima de R\$ 6.225,00)

(88) NS

(99) NR

SD.11) Qual é a renda mensal?

- (1) Até 1 salário mínimo (até R\$ 415,00)
- (2) Mais de 1 até 2 salários (de R\$ 416,00 a R\$ 830,00)
- (3) Mais de 2 até 3 salários (de R\$ 831,00 a R\$ 1.245,00)
- (4) Mais de 3 até 5 salários (de R\$ 1.246,00 a R\$ 2.075,00)
- (5) Mais de 5 até 7 salários (de R\$ 2.076,00 a R\$ 2.905,00)
- (6) Mais de 7 até 10 salários (de R\$ 2.906,00 a R\$ 4.150,00)
- (7) Mais de 10 até 15 salários (de R\$ 4.161,00 a R\$ 6.225,00)
- (8) Mais de 15 salários (Acima de R\$ 6.225,00)

(88) NS

(99) NR

SD.12) A sua residência é...

- (1) Alugada
- (2) Própria já paga (do entrevistado ou de alguém da família)
- (3) Própria em pagamento (do entrevistado ou de alguém da família)
- (4) Cedida por familiares
- (5) Cedida por empregador (patrão)
- (6) Cedida de outra forma. **Qual?** [ANOTAR] _____
- (7) Ocupado por invasão
- (8) Outra situação. **Qual?** [ANOTAR] _____

(88) NS

(99) NR

SD.13) Quem mora com você nesta residência? Qual é a idade desta(s) pessoa(s)?

[Leia os graus de parentesco somente se necessário]

GRAU DE PARENTESCO:

1. Pai	9. Irmão	17. Genro	26. Madrasta
2. Mãe	10. Irmã	18. Nora	27. Enteado
3. Filho	11. Sobrinho	19. Sogro	28. Enteada
4. Filha	12. Sobrinha	20. Sogra	29. Empregado
5. Avô	13. Primo	21. Marido /companheiro	30. Empregada
6. Avó	14. Prima	22. Esposa /companheira	31. Outros (homem)
7. Neto	15. Tio	23. Ex.marido /companheiro	32. Outros (mulher)
8. Neta	16. Tia	24. Ex.esposa /companheira	33. Mora sozinho(a)
		25. Padrasto	34. Amigos (república, divide casa, etc.)

[CASO O(A) ENTREVISTADO(A) MORE SOZINHO(A), ANOTE O CÓDIGO CORRESPONDENTE A ESSA CATEGORIA (CÓDIGO 33) NA PRIMEIRA LINHA DA COLUNA “GRAU DE PARENTESCO”.

CASO NECESSÁRIO, USE 88 PARA NÃO SABE E 99 PARA NÃO RESPONDEU]

QUADRO DE RESPOSTAS:				
Pessoa	Grau de parentesco		Código do grau de parentesco [veja tabela anterior]	Idade
1	SD.13.1)			SD.13.2.1)
2	SD.13.2)			SD.13.2.2)
3	SD.13.3)			SD.13.2.3)
4	SD.13.4)			SD.13.2.4)
5	SD.13.5)			SD.13.2.5)
6	SD.13.6)			SD.13.2.6)
7	SD.13.7)			SD.13.2.7)
8	SD.13.8)			SD.13.2.8)
9	SD.13.9)			SD.13.2.9)
10	SD.13.10)			SD.13.2.10)
11	SD.13.11)			SD.13.2.11)
12	SD.13.12)			SD.13.2.12)
13	SD.13.13)			SD.13.2.13)
14	SD.13.14)			SD.13.2.14)
15	SD.13.15)			SD.13.2.15)
16	SD.13.16)			SD.13.2.16)
17	SD.13.17)			SD.13.2.17)
18	SD.13.18)			SD.13.2.18)

Perguntar V.1 somente para residências com crianças e adolescentes
[VERIFICAR NA QUESTÃO RE.7, RESIDENTES ATÉ 17 ANOS DE IDADE]

V.1) Na maior parte do dia, quem é(são) o(s) responsável(is) por cuidar e supervisionar as crianças ou adolescentes dessa residência?

- (1) O pai e a mãe.da(s) criança(s) ou adolescente(s).
- (2) Somente o pai.
- (3) Somente a mãe.
- (4) Parentes mais próximos (avôs e avós, tios e tias de 1º grau).
- (5) Parentes mais distantes (primos, tios e tias de 2º grau)
- (6) Empregados, vizinhos ou amigos.
- (7) Outro. **Qual?** [ANOTAR] _____
- (77) NA (88) NS (99) NR

V.2) Há quanto tempo você mora neste bairro?

Anos [ANOTAR]: _____
(66) Durante toda a vida

(88) NS
(99) NR

V.3) Agora eu gostaria que você me dissesse se existe no seu bairro, ou em uma área próxima a que você mora, os seguintes Serviços Públicos:

	(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(99) NR
V.3.1) Postos de saúde?				
V.3.2) Conselho Tutelar?				
V.3.3) Sub-Regional da Prefeitura?				
V.3.4) Creches públicas?				
V.3.5) Escolas públicas (Municipais ou Estaduais)?				
V.3.6) Parque com área verde?				
V.3.7) Programas sociais do Governo (Prefeitura, Governo de Minas)?				
V.3.8) Programas sociais privados (ONGs)?				
V.3.9) Postos de atendimento da Polícia Militar?				
V.3.10) Policiais fazendo patrulhamento periodicamente?				
V.3.11) Quadras esportivas (que não seja de escola)?				
V.3.12) Campos de futebol?				
V.3.13) Praça?				
V.3.14) Biblioteca (além da que tem em escola)?				
V.3.15) Outro. Qual? _____				

V.4) Considerando o que você disse que existe no bairro ou áreas próximas na pergunta anterior, o que você utiliza ou já utilizou? [Marcar NA quanto aos serviços não disponíveis de acordo com as respostas à questão V.3]

	(1) Sim	(2) Não	(77) NA	(88) NS	(99) NR
V.4.1) Postos de saúde?					
V.4.2) Conselho Tutelar?					
V.4.3) Sub-regional da Prefeitura?					
V.4.4) Creches públicas?					
V.4.5) Já estudou em escola pública?					
V.4.6) Já foi passear no parque?					
V.4.7) Programa social do governo (ex: recebe alguma bolsa, alguma ajuda financeira)? [Se não, vá para V.6]					
V.4.8) Programas sociais privados (ONGs)?					
V.4.9) Já precisou da Polícia Militar?					
V.4.10) Já usou a biblioteca?					
V.4.11) Outro. Qual? _____					

V.5) Qual tipo de bolsa ou ajuda financeira você recebe?

_____ (77) NA

(88) NS

(99) NR

V.6) Falando, agora, do seu bairro, você diria que ele é um bairro...

(1) muito calmo

(2) calmo

(3) um pouco violento

(4) muito violento

(88) NS

(99) NR

V.7) Você diria que, nos últimos doze meses, as condições de vida no seu bairro...

(1) melhoraram muito

(2) melhoraram um pouco

(3) permaneceram as mesmas

(4) pioraram um pouco

(5) pioraram muito

(88) NS

(99) NR

V.8) Você diria que, nos últimos doze meses, a violência no seu bairro...

(1) aumentou muito

(2) aumentou um pouco

(3) permaneceu a mesma

(4) diminuiu um pouco

(5) diminuiu muito

(88) NS

(99) NR

Agora, farei perguntas a respeito de crimes ou de situações de violência de que você possa ter sido vítima nos últimos doze meses. Antes de prosseguir, lembre-se de que furto é diferente de roubo. O furto acontece quando alguém leva alguma coisa de você sem que você perceba. Já o roubo acontece quando alguém usa a força ou ameaça para levar algo de você.

C.1) Nos últimos doze meses, quantas vezes alguém furtou você, ou seja, levou alguma coisa de você, sem que você percebesse, sem utilizar força ou fazer ameaças? (como sua carteira, sua bolsa, ou seu carro, ou moto, ou um pacote)

[Caso necessário, use 88 para Não Sabe e 99 para Não Respondeu]

[ANOTAR] _____ vezes

C.1b) Se já aconteceu, foi no seu bairro? (1) Sim _____ (2) Não _____

C.2) Nos últimos doze meses, quantas vezes tentaram te roubar, ou seja, tomar de você alguma coisa usando a força ou ameaçando usar a força ou te roubaram alguma coisa usando ou ameaçando usar violência? (como seu carro, sua carteira, seu celular, etc.)

(1) Tentaram roubar _____ vezes [ANOTAR]

(2) Roubaram _____ vezes [ANOTAR]

C.2b) Se já aconteceu, alguma vez foi no seu bairro? (1) Sim _____ (2) Não _____

C.3) Nos últimos doze meses, quantas vezes alguém tentou invadir ou invadiu sua residência para roubar algo?

(1) Tentaram invadir _____ vezes [ANOTAR]

(2) Invadiram _____ vezes [ANOTAR]

C.3b) Se aconteceu, você já morava neste bairro? (1) Sim _____ (2) Não _____

C.4) Às vezes, algumas pessoas agarram, tocam ou batem outras por razões sexuais de maneira realmente ofensiva. Isso pode acontecer em casa ou em outros lugares. Nos últimos doze meses, alguém tentou fazer ou fez isso com você?

(1) Tentaram agredir sexualmente. **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____ vezes

(2) Agrediram sexualmente. **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____ vezes

C.4b) Se já aconteceu, foi alguma vez no seu bairro? (1) Sim _____ (2) Não _____

C.5) Nos últimos doze meses, quantas vezes alguém te agrediu fisicamente, ou seja, te bateu ou tentou bater em você SEM que fosse para lhe tomar alguma coisa ou por motivos sexuais?

[Pode marcar mais de uma resposta Caso necessário, use 88 para Não Sabe e 99 para Não Respondeu]

(1) Tentaram agredir fisicamente _____ vezes [ANOTAR]

(2) Agrediram fisicamente _____ vezes [ANOTAR]

C.5b) Se já aconteceu, foi alguma vez no seu bairro? (1) Sim _____ (2) Não _____

C.6) Nos últimos doze meses, quantas vezes você se machucou ou foi ferido por causa de...

	Número de Vezes	(88) NS	(99) NR
C.6.1) assalto			
C.6.2) violência sexual			
C.6.3) agressão física cometida por algum integrante do tráfico			
C.6.4) briga			
C.6.4) outro(s) crime(s). Qual(is) [ANOTAR] _____			

C.7) Você já teve algum parente, amigo ou vizinho assassinado na cidade de Ribeirão das Neves?

[Considerar toda a vida, e não apenas os últimos 12 meses. Pode marcar mais de uma resposta Sim]

Ele(s) era(m) seu(s)

(1) Parente(s). **Quantos?** [ANOTAR] _____

(2) Amigo(s). **Quantos?** [ANOTAR] _____

(3) Vizinho(s). **Quantos?** [ANOTAR] _____

[Quanto à opção “vizinho”, confirmar se já não foram citados na categoria “amigos”]

C.8) Você, algum parente, vizinho(a) ou amigo(a) que já foi vítima de tentativa de assassinato na cidade de Ribeirão das Neves?

[Considerar toda a vida, e não apenas os últimos doze meses. Pode marcar mais de uma resposta Sim]

Quem?

(1) O(a) entrevistado(a). **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____

(2) Parente(s). **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____

(3) Amigo(s). **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____

(4) Vizinho(s). **Quantas vezes?** [ANOTAR] _____

Lembre-se de que o questionário é anônimo e que nada do que você responder será relacionado à sua pessoa. Por isso, pergunto:

D.1) Você já usou ou experimentou bebida alcoólica (cerveja, vinho, licor, pinga, etc.)?

1. () Nunca usei

2. () Já experimentei

3. () Já usei e não uso mais

4. () Uso

(88) NS

(99) NR

D.2) Você já usou ou experimentou cigarros?

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

D.3) Você já usou ou experimentou “loló”, lança-perfume, solventes (tíner, cola de sapateiro etc.)?

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

D.4) Você já usou ou experimentou maconha?

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

D.5) Você já usou ou experimentou cocaína?

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

D.6) Você já usou ou experimentou crack?

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

D.7) Você já usou ou experimentou alguma droga sintética? (êxtase, por exemplo)

1. () Nunca usei
 2. () Já experimentei
 3. () Já usei e não uso mais
 4. () Uso
- (88) NS (99) NR

Por favor, agora fale um pouco do seu dia a dia

LC.1) Você tem algum tempo livre durante os dias da semana, entre segunda e sexta-feira?

1. () Sim
2. () Não [Passe para questão LC.4]

(88) NS (99) NR

LC.2) Quantas horas de tempo livre (em que não esteja ocupado trabalhando ou estudando, etc., inclusive em casa) você calcula ter, aproximadamente, durante os dias da semana (entre segunda e sexta-feira)?

_____ Horas

(88) NS (99) NR

LC.3) Com quem você geralmente passa seu tempo livre nos dias de semana?

(pode marcar mais de uma opção)

1. () Pais
2. () Irmãos
3. () Filhos
4. () Marido ou esposa
5. () Outros parentes (primos, tios, avós, etc.)
6. () Namorado(a)
7. () Amigos do bairro
8. () Amigos de outros bairros
6. () Amigos da igreja
7. () Colegas da escola
8. () Amigos do trabalho
9. () Sozinho
10. () Outros? Quem? _____

(88) NS

(99) NR

LC.4) Você tem algum tempo livre durante os fins de semana (sábados e domingos)?

1. () Sim
2. () Não [Passe para questão LC.7]

(88) NS

(99) NR

LC.5) Quantas horas de tempo livre você calcula ter, aproximadamente, durante os fins de semana (sábados e domingos)?

_____ Horas

(88) NS

(99) NR

LC.6) Com quem você geralmente passa seu tempo livre nos fins de semana?

(pode marcar mais de uma opção)

1. () Pais
2. () Irmãos
3. () Filhos
4. () Marido ou esposa
5. () Outros parentes (primos, tios, avós, etc.)
6. () Namorado(a)
7. () Amigos do bairro
8. () Amigos de outros bairros
6. () Amigos da igreja
7. () Colegas da escola
8. () Amigos do trabalho
9. () Sozinho
10. () Outros? Quem? _____

(88) NS

(99) NR

LC.7) De um mês para cá, quantas vezes você praticou algum esporte como opção de lazer? (futebol, vôlei, natação, peteca, etc. – pode ser pensando na escola)

1. () nenhuma
2. () uma ou duas vezes
3. () três ou quatro vezes
4. () mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.8) De um mês para cá, quantas vezes você sai para se divertir?
(foi a um parque, ou a uma boate, ou ao zoológico, ou ao cinema, ou um show, etc.)

1. () nenhuma
2. () uma ou duas vezes
3. () três ou quatro vezes
4. () mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.9) Com quem você gosta de sair para se divertir?
(pode marcar mais de uma opção)

1. () Pais
2. () Irmãos
3. () Filhos
4. () Marido ou esposa
5. () Outros parentes (primos, tios, avós, etc.)
6. () Namorado(a)
7. () Amigos do bairro
8. () Amigos de outros bairros
6. () Amigos da igreja
7. () Colegas da escola
8. () Amigos do trabalho
9. () Sozinho
10. () Outros? Quem? _____

(88) NS

(99) NR

LC.10) Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi ao cinema?

1. () nenhuma
2. () uma ou duas vezes
3. () três ou quatro vezes
4. () mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.11) Qual tipo de filme você mais gosta de ir ver no cinema? (Marcar apenas uma opção)

1. () Ação
2. () Comédia
3. () Filmes românticos
4. () Ficção científica
5. () Drama
6. () Suspense
7. () Terror
8. () Banguê-banguê
9. () Desenho/animação
10. () Nunca foi ao cinema
11. () Outro. Qual? _____

(88) NS

(99) NR

LC.12) *Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi a um show de música?*

1. nenhuma
2. uma ou duas vezes
3. três ou quatro vezes
4. mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.13) *De qual tipo de música você mais gosta? (Marcar apenas uma opção)*

1. Rock (inclusive se for pop rock)
2. Samba ou pagode
3. MPB
4. *Dance music*
5. Som pesado (ex: *heavy* ou *trash metal, punk, hardcore, industrial*)
6. Axé
7. Sertaneja
8. Romântica
9. Funk
10. Clássica
11. Gospel/Evangélica
12. Outra. Qual? _____

(88) NS

(99) NR

LC.14) *Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi a eventos esportivos?*

1. nenhuma
2. uma ou duas vezes
3. três ou quatro vezes
4. mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.15) *Qual tipo de evento esportivo você mais gosta de assistir (na tv ou no lugar)? (Marcar apenas uma opção)*

1. Jogo de futebol de campo
2. Jogo de futebol de quadra
3. Jogo de volei
4. Corrida de motos
5. Corrida de automóveis
6. Jogo de basquete
7. Disputas de natação
8. Jogo de tênis
9. Competições de atletismo
10. Jogo de handbol
11. Lutas: judô, caratê, vale-tudo, etc.
12. Outro. Qual? _____

(88) NS

(99) NR

LC.16) *Nos últimos doze meses, quantas vezes você leu um livro, sem ser para escola?*

1. nenhuma
2. uma ou duas vezes
3. três ou quatro vezes
4. mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.17) Qual tipo de literatura você mais gosta de ler? (Marcar apenas uma opção)

1. () Romance
2. () Autoajuda
3. () Religioso (incluindo a Bíblia)
4. () Ficção científica
5. () De Contos
6. () Quadrinhos
7. () Científico
8. () Outro. Qual? _____

(88) NS

(99) NR

LC.18) Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi ao teatro ou a um espetáculo de dança?

1. () nenhuma
2. () uma ou duas vezes
3. () três ou quatro vezes
4. () mais de quatro vezes

(88) NS

(99) NR

LC.19) Afinal de contas, o que você costuma fazer no seu tempo livre (em que não esteja ocupado trabalhando ou estudando, etc, inclusive em casa)?

[Ler uma opção de cada vez, pausadamente. Pode marcar mais de uma resposta]

1. () Assistir filmes em casa
2. () Assistir à televisão
3. () Jogar no computador ou no *video game* (seja em casa ou não)
4. () Ficar na internet (bate-papo, sites de relacionamento, etc.)
5. () Praticar esportes (futebol, vôlei, natação, etc.) em clubes
6. () Praticar esportes na rua ou em casa
7. () Participar de grupo de música, dança, teatro, capoeira
8. () Participar de organizações de jovens da comunidade, incluindo grupos de jovens da igreja
9. () Ouvir música
10. () Ler
11. () Namorar
12. () Dormir/descansar
13. () Jogar baralho
14. () Ir ao bar
15. () Outras. Quais? _____
16. () Nenhuma/Nada

(88) NS

(99) NR

[AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO APENAS PARA QUEM ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE. CASO O ENTREVISTADO NÃO ESTEJA NE ESCOLA, ENCERRAR A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E AGRADECER]

E.1) De quais das atividades abaixo você participa na escola?*(Pode marcar mais de uma resposta)*

1. () Eventos esportivos ou times esportivos da escola
2. () Grupos de teatro
3. () Grupos de dança
4. () Grupos de estudo ou debates
5. () Gincanas
6. () Atividades religiosas
7. () Outra. Qual? _____
8. () Minha escola não oferece nenhuma atividade.
9. () Não participo de nenhuma das atividades oferecidas pela minha escola.

(88) NS

(99) NR

E.2) Você está satisfeito com seu aprendizado na escola?

1. () Estou satisfeito
2. () Estou pouco satisfeito
3. () Estou insatisfeito

(88) NS

(99) NR

E.3) Em sua opinião, qual a sua dedicação às atividades na escola?

1. () Eu me dedico muito às atividades escolares
2. () Eu me dedico pouco às atividades escolares
3. () Eu quase não me dedico às atividades escolares

(88) NS

(99) NR

E.4) Considerando a realidade socioeconômica sua e de sua família, até que série você acha que irá estudar durante toda sua vida?

1. () até o Ensino Fundamental
2. () até o Ensino Médio
3. () até o Superior (curso universitário)
4. () pós-graduação, mestrado e doutorado

(88) NS

(99) NR

A PUC agradece a sua colaboração nesta pesquisa.

APÊNDICE III

Tabelas com resultados do Survey

Tabela 1 – Sexo do entrevistado

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual
masculino	161	46,0	46,0	46,0
feminino	189	54,0	54,0	100,0
Total	350	100,0	100,0	

Tabela 2 – Idade do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	14	1	0,3	0,3	0,3
	15	58	16,6	16,7	17,0
	16	53	15,1	15,2	32,2
	17	52	14,9	14,9	47,1
	18	36	10,3	10,3	57,5
	19	32	9,1	9,2	66,7
	20	25	7,1	7,2	73,9
	21	30	8,6	8,6	82,5
	22	22	6,3	6,3	88,8
	23	17	4,9	4,9	93,7
	24	21	6,0	6,0	99,7
	34	1	0,3	0,3	100,0
		Total	348	99,4	100,0
Missing	Não responde	2	0,6		
Total		350	100,0		

Tabela 3 – Estado civil do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro (a)	293	83,7	84,4	84,4
	Casado (a)	31	8,9	8,9	93,4
	Amigado (a), amasiado (a)	22	6,3	6,3	99,7
	Separado (a) não oficialmente	1	0,3	0,3	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	2	0,6		
	Total	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 4 – Cor do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Negra	82	23,4	24,1	24,1
	Branca	58	16,6	17,1	41,2
	Amarela (de origem oriental)	4	1,1	1,2	42,4
	Indígena	5	1,4	1,5	43,8
	Parda (mistura de negro e de branco)	189	54,0	55,6	99,4
	Outra mistura	2	0,6	0,6	100,0
	Total	340	97,1	100,0	
Missing	não sabe	1	0,3		
	não responde	9	2,6		
	Total	10	2,9		
Total		350	100,0		

Tabela 5 – Religião do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Católica	155	44,3	44,5	44,5
	Evangélica ou Protestante	130	37,1	37,4	81,9
	Espírita	2	0,6	0,6	82,5
	Outra	7	2,0	2,0	84,5
	Nenhuma	54	15,4	15,5	100,0
	Total	348	99,4	100,0	
Missing	não responde	2	0,6		
Total		350	100,0		

Tabela 6 – Grau de Instrução

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Fundamental	157	44,9	45,8	45,8
	Ensino Médio	175	50,0	51,0	96,8
	Supletivo de 1º Grau	1	0,3	0,3	97,1
	Supletivo do 2º Grau	1	0,3	0,3	97,4
	Técnico (profissionalizante)	1	0,3	0,3	97,7
	Ensino Superior ou 3º Grau (graduação)	8	2,3	2,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 7 – Tem algum trabalho com o qual ganhe dinheiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	144	41,1	41,6	41,6
	Não	202	57,7	58,4	100,0
	Total	346	98,9	100,0	
Missing	não responde	4	1,1		
Total		350	100,0		

Tabela 8 – Por que não está trabalhando atualmente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Está desempregado(a)	82	23,4	41,0	41,0
	Está afastado(a) por motivo de saúde	2	0,6	1,0	42,0
	Está afastado(a) por outro motivo	3	0,9	1,5	43,5
	É pensionista	1	0,3	0,5	44,0
	É estudante	89	25,4	44,5	88,5
	Cuida dos afazeres domésticos	11	3,1	5,5	94,0
	Outra situação	12	3,4	6,0	100,0
	Total	200	57,1	100,0	
Missing	Não responde	150	42,9		
Total		350	100,0		

Tabela 9 – Trabalha em Ribeirão das Neves ou Belo Horizonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ribeirão das Neves	74	21,1	50,3	50,3
	Belo Horizonte	56	16,0	38,1	88,4
	Outro município	17	4,9	11,6	100,0
	Total	147	42,0	100,0	
Missing	Não se aplica	8	2,3		
	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	194	55,4		
	Total	203	58,0		
Total		350	100,0		

Tabela 10 – Trabalha em outro município

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Betim	337	96,3	96,3	96,3
	Contagem	1	0,3	0,3	96,6
	Ouro Preto	10	2,9	2,9	99,4
	Ouro Preto	1	0,3	0,3	99,7
	Vespasiano	1	0,3	0,3	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 11 – Renda familiar em média no mês

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até 01 salário mínimo	66	18,9	23,8	23,8
	Mais de 01 até 02 salários	89	25,4	32,1	56,0
	Mais de 03 até 05 salários	58	16,6	20,9	76,9
	Mais de 05 até 07 salários	48	13,7	17,3	94,2
	Mais 07 até 10 salários	14	4,0	5,1	99,3
	Mais de 10 até 15 salários	2	0,6	0,7	100,0
	Total	277	79,1	100,0	
Missing	Não sabe	6	1,7		
	Não responde	67	19,1		
	Total	73	20,9		
Total		350	100,0		

Tabela 12 – Qual é a renda mensal do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até 01 salário mínimo	94	26,9	60,3	60,3
	Mais de 01 até 02 salários	53	15,1	34,0	94,2
	Mais de 03 até 05 salários	7	2,0	4,5	98,7
	Mais de 05 até 07 salários	1	0,3	0,6	99,4
	Mais 07 até 10 salários	1	0,3	0,6	100,0
	Total	156	44,6	100,0	
Missing	Não se aplica	4	1,1		
	Não responde	190	54,3		
	Total	194	55,4		
Total		350	100,0		

Tabela 13 – Tipo de residência do entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Alugada	44	12,6	12,6	12,6
	Própria já paga(do entrevistado ou de alguém da família)	274	78,3	78,7	91,4
	Própria em pagamento (do entrevistado ou de alguém da família)	13	3,7	3,7	95,1
	Cedida por familiares	17	4,9	4,9	100,0
	Total	348	99,4	100,0	
Missing	Não responde	2	0,6		
Total		350	100,0		

Tabela 14 – Número de pessoas que moram com entrevistado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	0,3	0,3	0,3
	1	34	9,7	9,7	10,0
	2	70	20,0	20,0	30,0
	3	78	22,3	22,3	52,3
	4	82	23,4	23,4	75,7
	5	38	10,9	10,9	86,6
	6	21	6,0	6,0	92,6
	7	12	3,4	3,4	96,0
	8	4	1,1	1,1	97,1
	9	1	0,3	0,3	97,4
	10	3	0,9	0,9	98,3
	Não responde	6	1,7	1,7	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 15 – Mora com pai e mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	212	60,6	60,6	60,6
	Sim	138	39,4	39,4	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 16 – Mora somente com a mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	240	68,6	68,6	68,6
	Sim	110	31,4	31,4	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 17 – Mora somente com o pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	335	95,7	95,7	95,7
	Sim	15	4,3	4,3	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 18 – Mora com irmãos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	127	36,3	36,3	36,3
	Sim	223	63,7	63,7	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 19 – Mora com o marido ou a esposa

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	288	82,3	82,3	82,3
	Sim	62	17,7	17,7	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 20 – Mora com filha(s) e ou filho(s)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	290	82,9	82,9	82,9
	Sim	60	17,1	17,1	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 21 – Mora com avô e ou avô

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	333	95,1	95,1	95,1
	Sim	17	4,9	4,9	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 22 – Responsável por cuidar das crianças e adolescentes da residência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	O pai e a mãe da(s) crianças ou adolescente(s)	23	6,6	8,6	8,6
	Somente o pai	17	4,9	6,3	14,9
	Somente a mãe	169	48,3	62,8	77,7
	Parentes mais próximos (avós e avôs, tios e tias de 1º grau)	17	4,9	6,3	84,0
	Parentes mais distantes (primos, tios e tias de 2º grau)	6	1,7	2,2	86,2
	Empregados, vizinhos ou amigos	4	1,1	1,5	87,7
	Outro	33	9,4	12,3	100,0
	Total	269	76,9	100,0	
Missing	Não se aplica	16	4,6		
	Não sabe	2	0,6		
	Não responde	63	18,0		
	Total	81	23,1		
Total		350	100,0		

Tabela 23 – Responsável por cuidar das crianças e adolescentes da residência – outra categoria

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		324	92,6	92,6	92,6
	creche	1	0,3	0,3	92,9
	entrevistada	2	0,6	0,6	93,4
	fica na rua	2	0,6	0,6	94,0
	irmão	13	3,7	3,7	97,7
	ninguém	7	2,0	2,0	99,7
	vizinha	1	0,3	0,3	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 24 – Tempo que reside no bairro em anos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 1 ano	17	4,9	5,2	5,2
	1	18	5,1	5,5	10,6
	2	17	4,9	5,2	15,8
	3	8	2,3	2,4	18,2
	4	10	2,9	3,0	21,2
	5	6	1,7	1,8	23,0
	6	6	1,7	1,8	24,8
	7	8	2,3	2,4	27,3
	8	17	4,9	5,2	32,4
	9	13	3,7	3,9	36,4
	10	20	5,7	6,1	42,4
	11	17	4,9	5,2	47,6
	12	17	4,9	5,2	52,7
	13	11	3,1	3,3	56,1
	14	9	2,6	2,7	58,8
	15	32	9,1	9,7	68,5
	16	21	6,0	6,4	74,8
	17	24	6,9	7,3	82,1
	18	14	4,0	4,2	86,4
	19	13	3,7	3,9	90,3
	20	12	3,4	3,6	93,9
	21	5	1,4	1,5	95,5
	22	8	2,3	2,4	97,9
	23	4	1,1	1,2	99,1
	24	2	0,6	0,6	99,7
	26	1	0,3	0,3	100,0
	Total	330	94,3	100,0	
Missing	Não responde	20	5,7		
Total		350	100,0		

Tabela 25 – Existem postos de saúde no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	330	94,3	96,5	96,5
	Não	12	3,4	3,5	100,0
	Total	342	97,7	100,0	
Missing	Não responde	8	2,3		
Total		350	100,0		

Tabela 26 – Existe Conselho Tutelar no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	96	27,4	33,2	33,2
	Não	193	55,1	66,8	100,0
	Total	289	82,6	100,0	
Missing	Não sabe	60	17,1		
	Não responde	1	0,3		
	Total	61	17,4		
Total		350	100,0		

Tabela 27 – Existe Sub-Regional da Prefeitura no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	150	42,9	50,5	50,5
	Não	147	42,0	49,5	100,0
	Total	297	84,9	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	52	14,9		
	Total	53	15,1		
Total		350	100,0		

Tabela 28 – Existem creches públicas no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	241	68,9	72,2	72,2
	Não	93	26,6	27,8	100,0
	Total	334	95,4	100,0	
Missing	Não responde	16	4,6		
Total		350	100,0		

Tabela 29 – Existem escolas públicas (municipais ou estaduais) no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	335	95,7	97,7	97,7
	Não	8	2,3	2,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 30 – Existe parque com área verde no bairro ou próximo de onde mora

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	2,0	2,1	2,1
	Não	327	93,4	97,9	100,0
	Total	334	95,4	100,0	
Missing	Não responde	16	4,6		
Total		350	100,0		

Tabela 31 – Existem programas sociais do Governo (Prefeitura, Governo de Minas) no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	191	54,6	60,8	60,8
	Não	122	34,9	38,9	99,7
	3	1	,3	0,3	100,0
	Total	314	89,7	100,0	
Missing	Não sabe	2	,6		
	Não responde	34	9,7		
	Total	36	10,3		
Total		350	100,0		

Tabela 32 – Existem programas sociais privados (ONGs) no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	80	22,9	26,0	26,0
	Não	228	65,1	74,0	100,0
	Total	308	88,0	100,0	
Missing	Não responde	42	12,0		
Total		350	100,0		

Tabela 33 – Existem postos de atendimento da Polícia Militar no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	211	60,3	62,2	62,2
	Não	128	36,6	37,8	100,0
	Total	339	96,9	100,0	
Missing	Não responde	11	3,1		
Total		350	100,0		

Tabela 34 – Existem policiais que fazem patrulhamento periódico no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	269	76,9	78,4	78,4
	Não	74	21,1	21,6	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 35 – Existem quadras esportivas (que não seja da escola) no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	153	43,7	45,1	45,1
	Não	186	53,1	54,9	100,0
	Total	339	96,9	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	10	2,9		
	Total	11	3,1		
Total		350	100,0		

Tabela 36 – Existem campos de futebol no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	248	70,9	72,1	72,1
	Não	96	27,4	27,9	100,0
	Total	344	98,3	100,0	
Missing	Não responde	6	1,7		
Total		350	100,0		

Tabela 37 – Existe praça no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	140	40,0	40,8	40,8
	Não	203	58,0	59,2	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 38 – Existe biblioteca (além da que há na escola) no bairro ou próximo de onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	74	21,1	22,0	22,0
	Não	263	75,1	78,0	100,0
	Total	337	96,3	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	12	3,4		
	Total	13	3,7		
Total		350	100,0		

Tabela 39 – Utiliza ou utilizou os postos de saúde do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	291	83,1	85,1	85,1
	Não	51	14,6	14,9	100,0
	Total	342	97,7	100,0	
Missing	Não responde	8	2,3		
Total		350	100,0		

Tabela 40 – Utiliza ou utilizou o Conselho Tutelar do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	4,0	5,6	5,6
	Não	238	68,0	94,4	100,0
	Total	252	72,0	100,0	
Missing	Não se aplica	6	1,7		
	Não responde	92	26,3		
	Total	98	28,0		
Total		350	100,0		

Tabela 41 – Utiliza ou utilizou a Sub-Regional da Prefeitura do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	63	18,0	23,0	23,0
	Não	211	60,3	77,0	100,0
	Total	274	78,3	100,0	
Missing	Não se aplica	2	0,6		
	Não responde	74	21,1		
	Total	76	21,7		
Total		350	100,0		

Tabela 42 – Utiliza ou utilizou as creches públicas do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	45	12,9	14,8	14,8
	Não	259	74,0	85,2	100,0
	Total	304	86,9	100,0	
Missing	Não se aplica	2	0,6		
	Não responde	44	12,6		
	Total	46	13,1		
Total		350	100,0		

Tabela 43 – Estuda ou estudou em escolas públicas do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	308	88,0	90,3	90,3
	Não	33	9,4	9,7	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 44 – Passeia ou já passeou no parque do bairro ou nas áreas próximas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	11,4	28,2	28,2
	Não	102	29,1	71,8	100,0
	Total	142	40,6	100,0	
Missing	Não se aplica	9	2,6		
	Não responde	199	56,9		
	Total	208	59,4		
Total		350	100,0		

Tabela 45 – Utiliza ou utilizou algum programa social do Governo (bolsa, ajuda financeira)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	89	25,4	30,5	30,5
	Não	203	58,0	69,5	100,0
	Total	292	83,4	100,0	
Missing	Não se aplica	4	1,1		
	Não responde	54	15,4		
	Total	58	16,6		
Total		350	100,0		

Tabela 46 – Utiliza ou utilizou programas sociais privados (ONGs)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	38	10,9	15,9	15,9
	Não	201	57,4	84,1	100,0
	Total	239	68,3	100,0	
Missing	Não se aplica	4	1,1		
	Não responde	107	30,6		
	Total	111	31,7		
Total		350	100,0		

Tabela 47 – Qual tipo de bolsa ou ajuda financeira recebe?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bolsa família	287	82,0	82,0	82,0
	poupança Jovem	53	15,1	15,1	97,1
	Total	10	2,9	2,9	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 48 – Já precisou da Polícia Militar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	101	28,9	29,7	29,7
	Não	239	68,3	70,3	100,0
	Total	340	97,1	100,0	
Missing	Não responde	10	2,9		
Total		350	100,0		

Tabela 49 – Já usou a biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	87	24,9	40,5	40,5
	Não	128	36,6	59,5	100,0
	Total	215	61,4	100,0	
Missing	Não se aplica	2	0,6		
	Não responde	133	38,0		
	Total	135	38,6		
Total		350	100,0		

Tabela 50 – O bairro que reside é muito violento?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito calmo	9	2,6	2,6	2,6
	Calmo	148	42,3	43,0	45,6
	Um pouco violento	160	45,7	46,5	92,2
	Muito violento	27	7,7	7,8	100,0
	Total	344	98,3	100,0	
Missing	Não responde	6	1,7		
Total		350	100,0		

Tabela 51 – Nos últimos doze meses as condições de vida do bairro que reside?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Melhoraram muito	31	8,9	9,1	9,1
	Melhoraram um pouco	134	38,3	39,3	48,4
	Permaneceram as mesmas	145	41,4	42,5	90,9
	Pioraram um pouco	19	5,4	5,6	96,5
	Pioraram muito	12	3,4	3,5	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 52 – Nos últimos doze meses a violência no bairro onde mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aumentou muito	24	6,9	7,1	7,1
	Aumentou um pouco	58	16,6	17,1	24,2
	Permaneceu a mesma	123	35,1	36,3	60,5
	Diminuiu um pouco	106	30,3	31,3	91,7
	Diminuiu muito	28	8,0	8,3	100,0
	Total	339	96,9	100,0	
Missing	Não sabe	2	0,6		
	Não responde	9	2,6		
	Total	11	3,1		
Total		350	100,0		

Tabela 53 – Nos últimos doze meses, quantas vezes foi furtado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	297	84,9	86,6	86,6
	1	27	7,7	7,9	94,5
	2	8	2,3	2,3	96,8
	3	8	2,3	2,3	99,1
	4	1	0,3	0,3	99,4
	5	2	0,6	0,6	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 54 – Foi furtado no bairro em que reside?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	3	,9	7,0	7,0
	Sim	28	8,0	65,1	72,1
	Não	12	3,4	27,9	100,0
	Total	43	12,3	100,0	
Missing	Não se aplica	5	1,4		
	Não responde	302	86,3		
	Total	307	87,7		
Total		350	100,0		

Tabela 55 – Nos últimos doze meses, quantas vezes tentaram roubar você?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	321	91,7	94,1	94,1
	1	14	4,0	4,1	98,2
	2	4	1,1	1,2	99,4
	3	1	0,3	0,3	99,7
	5	1	0,3	0,3	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
	Missing	Não responde	9	2,6	
Total		350	100,0		

Tabela 56 – Nos últimos doze meses, quantas vezes foi roubado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	313	89,4	91,3	91,3
	1	22	6,3	6,4	97,7
	2	6	1,7	1,7	99,4
	3	1	0,3	0,3	99,7
	4	1	0,3	0,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 57 – Se aconteceu, foi no bairro em que reside?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	2	0,6	5,9	5,9
	Sim	16	4,6	47,1	52,9
	Não	16	4,6	47,1	100,0
	Total	34	9,7	100,0	
Missing	Não se aplica	5	1,4		
	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	310	88,6		
	Total	316	90,3		
Total		350	100,0		

Tabela 58 – Nos últimos doze meses, quantas vezes tentaram invadir sua casa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	308	88,0	90,3	90,3
	1	25	7,1	7,3	97,7
	2	2	0,6	0,6	98,2
	3	4	1,1	1,2	99,4
	4	1	0,3	0,3	99,7
	5	1	0,3	0,3	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 59 – Nos últimos doze meses, quantas vezes invadiram sua casa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	306	87,4	89,2	89,2
	1	24	6,9	7,0	96,2
	2	3	,9	,9	97,1
	3	5	1,4	1,5	98,5
	4	1	0,3	0,3	98,8
	5	1	0,3	0,3	99,1
	7	2	0,6	0,6	99,7
	15	1	0,3	0,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 60 – Nos últimos doze meses alguém tentou agredir sexualmente? Quantas vezes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	338	96,6	98,5	98,5
	1	3	0,9	0,9	99,4
	2	1	0,3	0,3	99,7
	3	1	0,3	0,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 61 – Nos últimos dozes meses foi agredido sexualmente? Quantas vezes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	339	96,9	98,8	98,8
	1	2	0,6	0,6	99,4
	2	1	0,3	0,3	99,7
	3	1	0,3	0,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 62 – Se aconteceu a agressão sexual foi no bairro em que reside?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	0,3	11,1	11,1
	Sim	3	0,9	33,3	44,4
	Não	5	1,4	55,6	100,0
	Total	9	2,6	100,0	
Missing	Não se aplica	5	1,4		
	Não responde	336	96,0		
	Total	341	97,4		
Total		350	100,0		

Tabela 63 – Nos últimos doze meses, tentaram agredir você fisicamente? Quantas vezes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	307	87,7	90,0	90,0
	1	20	5,7	5,9	95,9
	2	6	1,7	1,8	97,7
	3	2	0,6	0,6	98,2
	4	1	0,3	0,3	98,5
	5	1	0,3	0,3	98,8
	6	1	0,3	0,3	99,1
	10	3	0,9	0,9	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
	Missing	Não responde	9	2,6	
Total		350	100,0		

Tabela 64 – Nos últimos doze meses foi agredido fisicamente? Quantas vezes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	303	86,6	88,6	88,6
	1	25	7,1	7,3	95,9
	2	7	2,0	2,0	98,0
	3	2	0,6	0,6	98,5
	4	1	0,3	0,3	98,8
	5	1	0,3	0,3	99,1
	10	2	0,6	0,6	99,7
	360	1	0,3	0,3	100,0
	Total	342	97,7	100,0	
	Missing	Não responde	8	2,3	
Total		350	100,0		

Tabela 65 – Se aconteceu agressão, foi no bairro em que reside?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	0,3	2,9	2,9
	Sim	27	7,7	79,4	82,4
	Não	6	1,7	17,6	100,0
	Total	34	9,7	100,0	
Missing	Não aplica	5	1,4		
	Não responde	311	88,9		
	Total	316	90,3		
Total		350	100,0		

Tabela 66 – Nos últimos doze meses quantas vezes se machucou ou foi ferido devido a um assalto?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	332	94,9	96,2	96,2
	1	8	2,3	2,3	98,6
	2	5	1,4	1,4	100,0
	Total	345	98,6	100,0	
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 67 – Nos últimos doze meses, quantas vezes se machucou ou foi ferido por causa de uma violência sexual?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	343	98,0	99,4	99,4
	1	1	0,3	0,3	99,7
	3	1	0,3	0,3	100,0
	Total	345	98,6	100,0	
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 68 – Nos últimos doze meses, quantas vezes se machucou ou foi ferido por causa de uma agressão física cometida por algum integrante do tráfico?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	341	97,4	98,8	98,8
	1	3	0,9	0,9	99,7
	3	1	0,3	0,3	100,0
	Total	345	98,6	100,0	
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 69 – Nos últimos doze meses, quantas vezes se machucou ou foi ferido por causa de uma briga?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	305	87,1	88,4	88,4
	1	22	6,3	6,4	94,8
	2	9	2,6	2,6	97,4
	3	1	0,3	0,3	97,7
	4	2	0,6	0,6	98,3
	5	3	0,9	0,9	99,1
	10	2	0,6	0,6	99,7
	360	1	0,3	0,3	100,0
	Total	345	98,6	100,0	
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 70 – Teve algum parente assassinado na cidade de Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	3	0,9	0,9	0,9
	Sim	45	12,9	13,3	14,2
	Não	291	83,1	85,8	100,0
	Total	339	96,9	100,0	
Missing	Não responde	11	3,1		
Total		350	100,0		

Tabela 71 – Teve algum amigo assassinado na cidade de Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	2	0,6	0,6	0,6
	Sim	90	25,7	26,4	27,0
	Não	247	70,6	72,4	99,4
	10	2	0,6	0,6	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 72 – Teve algum vizinho assassinado na cidade de Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	4	1,1	1,2	1,2
	Sim	69	19,7	20,2	21,4
	Não	267	76,3	78,3	99,7
	10	1	0,3	0,3	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 73 – Quantas vezes o entrevistado foi vítima de tentativa de assassinato em Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	339	96,9	99,4	99,4
	1	1	0,3	0,3	99,7
	4	1	0,3	0,3	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 74 – Quantas vezes parentes do entrevistado foram vítimas de tentativa de assassinato em Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	311	88,9	90,7	90,7
	1	26	7,4	7,6	98,3
	2	4	1,1	1,2	99,4
	5	1	0,3	0,3	99,7
	8	1	0,3	0,3	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 75 – Quantas vezes amigos do entrevistado foram vítimas de tentativa de assassinato em Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	305	87,1	89,2	89,2
	1	16	4,6	4,7	93,9
	2	9	2,6	2,6	96,5
	3	2	0,6	0,6	97,1
	4	3	0,9	0,9	98,0
	5	5	1,4	1,5	99,4
	8	1	0,3	0,3	99,7
	10	1	0,3	0,3	100,0
	Total	342	97,7	100,0	
Missing	Não responde	8	2,3		
Total		350	100,0		

Tabela 76 – Quantas vezes vizinhos do entrevistado foram vítimas de tentativa de assassinato em Ribeirão das Neves?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	306	87,4	89,2	89,2
	1	22	6,3	6,4	95,6
	2	4	1,1	1,2	96,8
	3	5	1,4	1,5	98,3
	4	3	0,9	0,9	99,1
	5	2	0,6	0,6	99,7
	10	1	0,3	0,3	100,0
		Total	343	98,0	100,0
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 77 – Já usou ou experimentou bebida alcoólica?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	101	28,9	29,2	29,2
	Já experimentei	140	40,0	40,5	69,7
	Já usei e não uso mais	30	8,6	8,7	78,3
	Uso	75	21,4	21,7	100,0
	Total	346	98,9	100,0	
Missing	Não responde	4	1,1		
Total		350	100,0		

Tabela 78 – Já usou ou experimentou cigarro?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	251	71,7	72,3	72,3
	Já experimentei	48	13,7	13,8	86,2
	Já usei e não uso mais	17	4,9	4,9	91,1
	Uso	31	8,9	8,9	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 79 – Já usou ou experimentou “loló”, lança perfume, solventes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	329	94,0	94,8	94,8
	Já experimentei	16	4,6	4,6	99,4
	Já usei e não uso mais	1	0,3	0,3	99,7
	Uso	1	0,3	0,3	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 80 – Já usou ou experimentou maconha?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	319	91,1	91,9	91,9
	Já experimentei	21	6,0	6,1	98,0
	Já usei e não uso mais	3	0,9	0,9	98,8
	Uso	4	1,1	1,2	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 81 – Já usou ou experimentou cocaína?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	330	94,3	95,1	95,1
	Já experimentei	12	3,4	3,5	98,6
	Já usei e não uso mais	5	1,4	1,4	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 82 – Já usou ou experimentou crack?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	343	98,0	98,8	98,8
	Já experimentei	4	1,1	1,2	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

Tabela 83 – Já usou ou experimentou droga sintética?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	346	98,9	99,7	99,7
	Já experimentei	1	0,3	0,3	100,0
	Total	347	99,1	100,0	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		350	100,0		

**Tabela 84 – Tem algum tempo livre durante os dias da semana
(de segunda a sexta)?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	281	80,3	81,2	81,2
	Não	65	18,6	18,8	100,0
	Total	346	98,9	100,0	
Missing	Não responde	4	1,1		
Total		350	100,0		

Tabela 85 – Quantas horas de tempo livre tem, aproximadamente, durante os dias da semana (de segunda a sexta)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	2	0,6	0,7	0,7
	1	7	2,0	2,4	3,1
	2	19	5,4	6,6	9,8
	3	16	4,6	5,6	15,4
	4	20	5,7	7,0	22,4
	5	11	3,1	3,8	26,2
	6	5	1,4	1,7	28,0
	7	4	1,1	1,4	29,4
	8	6	1,7	2,1	31,5
	9	2	0,6	0,7	32,2
	10	9	2,6	3,1	35,3
	12	10	2,9	3,5	38,8
	15	21	6,0	7,3	46,2
	16	2	0,6	0,7	46,9
	18	2	0,6	0,7	47,6
	20	49	14,0	17,1	64,7
	24	8	2,3	2,8	67,5
	25	11	3,1	3,8	71,3
	30	20	5,7	7,0	78,3
	34	1	0,3	0,3	78,7
	35	5	1,4	1,7	80,4
	40	20	5,7	7,0	87,4
	42	2	0,6	0,7	88,1
48	1	0,3	0,3	88,5	
50	3	0,9	1,0	89,5	
60	13	3,7	4,5	94,1	
70	1	0,3	0,3	94,4	
72	1	0,3	0,3	94,8	
90	2	0,6	0,7	95,5	
100	4	1,1	1,4	96,9	
120	9	2,6	3,1	100,0	
	Total	286	81,7	100,0	
Missing	Não responde	64	18,3		
Total		350	100,0		

Tabela 86 – Qual é a primeira pessoa com quem geralmente passa o tempo livre?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pais	119	34,0	42,0	42,0
	Irmãos	27	7,7	9,5	51,6
	Filhos	35	10,0	12,4	64,0
	Marido ou esposa	3	0,9	1,1	65,0
	Outros parentes (pirmos, tios, avós, etc.)	15	4,3	5,3	70,3
	Namorado(a)	20	5,7	7,1	77,4
	Amigos do bairro	29	8,3	10,2	87,6
	Amigos de outros bairros	1	0,3	0,4	88,0
	Amigos da igreja	17	4,9	6,0	94,0
	Colegas de escola	2	0,6	0,7	94,7
	Sozinho	14	4,0	4,9	99,6
	Outro	1	0,3	0,4	100,0
	Total	283	80,9	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	66	18,9		
	Total	67	19,1		
Total		350	100,0		

Tabela 87 – Tem algum tempo livre nos fins de semana?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	309	88,3	91,7	91,7
	Não	28	8,0	8,3	100,0
	Total	337	96,3	100,0	
Missing	Não se aplica	1	0,3		
	Não sabe	9	2,6		
	Não responde	3	0,9		
	Total	13	3,7		
Total		350	100,0		

Tabela 88 – Quantas horas de tempo livre tem aproximadamente nos fins de semana (sábado e domingo)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	0,3	0,3	0,3
	1	9	2,6	2,8	3,2
	2	5	1,4	1,6	4,7
	3	7	2,0	2,2	7,0
	4	12	3,4	3,8	10,8
	5	11	3,1	3,5	14,2
	6	16	4,6	5,1	19,3
	7	7	2,0	2,2	21,5
	8	19	5,4	6,0	27,5
	9	1	0,3	0,3	27,8
	10	15	4,3	4,7	32,6
	12	33	9,4	10,4	43,0
	14	5	1,4	1,6	44,6
	15	3	0,9	0,9	45,6
	16	4	1,1	1,3	46,8
	18	3	0,9	0,9	47,8
	20	10	2,9	3,2	50,9
	22	1	0,3	0,3	51,3
	23	1	0,3	0,3	51,6
	24	43	12,3	13,6	65,2
	28	1	0,3	0,3	65,5
29	2	0,6	0,6	66,1	
30	2	0,6	0,6	66,8	
36	4	1,1	1,3	68,0	
40	4	1,1	1,3	69,3	
48	97	27,7	30,7	100,0	
	Total	316	90,3	100,0	
Missing	Não responde	34	9,7		
Total		350	100,0		

Tabela 89 – Com quem, geralmente, passa o tempo livre nos fins de semana?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pais	151	43,1	47,8	47,8
	Irmãos	18	5,1	5,7	53,5
	Filhos	37	10,6	11,7	65,2
	Marido ou esposa	10	2,9	3,2	68,4
	Outros parentes (primos, tios, avós, etc.)	12	3,4	3,8	72,2
	Namorado(a)	38	10,9	12,0	84,2
	Amigos do bairro	38	10,9	12,0	96,2
	Amigos de outros bairros	2	0,6	0,6	96,8
	Amigos da igreja	4	1,1	1,3	98,1
	Colegas de escola	1	0,3	0,3	98,4
	Sozinho	5	1,4	1,6	100,0
	Total	316	90,3	100,0	
Missing	Não se aplica	1	0,3		
	Não responde	33	9,4		
	Total	34	9,7		
Total	350	100,0			

Tabela 90 – De um mês para cá, quantas vezes praticou algum esporte como opção de lazer?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	197	56,3	57,3	57,3
	Uma ou duas vezes	31	8,9	9,0	66,3
	Três ou quatro vezes	22	6,3	6,4	72,7
	Mais de quatro vezes	94	26,9	27,3	100,0
	Total	344	98,3	100,0	
Missing	Não se aplica	1	0,3		
	Não responde	5	1,4		
	Total	6	1,7		
Total	350	100,0			

Tabela 91 – De um mês para cá, quantas vezes saiu para se divertir?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	124	35,4	36,4	36,4
	Uma ou duas vezes	100	28,6	29,3	65,7
	Três ou quatro vezes	38	10,9	11,1	76,8
	Mais de quatro vezes	79	22,6	23,2	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 92 – Com quem sai para se divertir?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pais	57	16,3	17,1	17,1
	Irmãos	26	7,4	7,8	24,9
	Filhos	33	9,4	9,9	34,8
	Marido ou esposa	21	6,0	6,3	41,1
	Outros parentes (primos, tios, avós, etc.)	25	7,1	7,5	48,6
	Namorado(a)	52	14,9	15,6	64,3
	Amigos do bairro	90	25,7	27,0	91,3
	Amigos de outros bairros	9	2,6	2,7	94,0
	Amigos da igreja	7	2,0	2,1	96,1
	Colegas de escola	7	2,0	2,1	98,2
	Amigos do trabalho	1	0,3	0,3	98,5
	Sozinho	5	1,4	1,5	100,0
	Total	333	95,1	100,0	
Missing	Não responde	17	4,9		
Total		350	100,0		

Tabela 93 – Nos últimos meses, quantas vezes foi ao cinema?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	218	62,3	63,6	63,6
	Uma ou duas vezes	80	22,9	23,3	86,9
	Três ou quatro vezes	19	5,4	5,5	92,4
	Mais de quatro vezes	26	7,4	7,6	100,0
	Total	343	98,0	100,0	
Missing	Não responde	7	2,0		
Total		350	100,0		

Tabela 94 – Qual é o tipo de filme que mais gosta de ver no cinema?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ação	113	32,3	33,7	33,7
	Comédia	72	20,6	21,5	55,2
	Filmes românticos	21	6,0	6,3	61,5
	Ficção científica	5	1,4	1,5	63,0
	Drama	3	0,9	0,9	63,9
	Suspense	4	1,1	1,2	65,1
	Terror	45	12,9	13,4	78,5
	Banguê-banguê	1	0,3	0,3	78,8
	Desenho/animação	6	1,7	1,8	80,6
	Nunca foi ao cinema	47	13,4	14,0	94,6
	Amigos do trabalho	17	4,9	5,1	99,7
	Outro	1	0,3	0,3	100,0
	Total		335	95,7	100,0
Missing	Não responde	15	4,3		
Total		350	100,0		

Tabela 95 – Nos últimos doze meses, quantas vezes foi a um show de música?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	187	53,4	54,2	54,2
	Uma ou duas vezes	84	24,0	24,3	78,6
	Três ou quatro vezes	32	9,1	9,3	87,8
	Mais de quatro vezes	42	12,0	12,2	100,0
	Total	345	98,6	100,0	
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 96 – Qual é tipo de música de que mais gosta?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Rock	39	11,1	11,6	11,6
	Samba ou pagode	64	18,3	19,1	30,7
	MPB	4	1,1	1,2	31,9
	Dance music	8	2,3	2,4	34,3
	Som pesado (ex: <i>heavy</i> ou <i>trash metal, punk, hardcore, industr</i>)	1	0,3	0,3	34,6
	Axé	12	3,4	3,6	38,2
	Sertaneja	23	6,6	6,9	45,1
	Romântica	14	4,0	4,2	49,3
	Funk	78	22,3	23,3	72,5
	Clássica	1	0,3	0,3	72,8
	Gospel/Evangélica	36	10,3	10,7	83,6
	Outro	55	15,7	16,4	100,0
Total		335	95,7	100,0	
Missing	Não responde	15	4,3		
Total		350	100,0		

Tabela 97 – Nos últimos doze meses, quantas vezes foi a eventos esportivos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	227	64,9	65,8	65,8
	Uma ou duas vezes	49	14,0	14,2	80,0
	Três ou quatro vezes	29	8,3	8,4	88,4
	Mais de quatro vezes	40	11,4	11,6	100,0
	Total		345	98,6	100,0
Missing	Não responde	5	1,4		
Total		350	100,0		

Tabela 98 – Qual é tipo de evento esportivo que mais gosta de assistir?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Jogo de futebol de campo	187	53,4	58,1	58,1
	Jogo de futebol de quadra	9	2,6	2,8	60,9
	Jogo de vôlei	60	17,1	18,6	79,5
	Corrida de motos	9	2,6	2,8	82,3
	Corrida de automóveis	10	2,9	3,1	85,4
	Jogo de basquete	6	1,7	1,9	87,3
	Disputa de natação	4	1,1	1,2	88,5
	Jogo de tênis	2	0,6	0,6	89,1
	Jogo de handebol	1	0,3	0,3	89,4
	Lutas: judô, caratê, vale-tudo, etc.	5	1,4	1,6	91,0
	Outro	29	8,3	9,0	100,0
	Total	322	92,0	100,0	
Missing	Não responde	28	8,0		
Total		350	100,0		

Tabela 99 – Nos últimos doze meses, quantas vezes leu um livro sem ser para escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	169	48,3	48,8	48,8
	Uma ou duas vezes	94	26,9	27,2	76,0
	Três ou quatro vezes	24	6,9	6,9	82,9
	Mais de quatro vezes	59	16,9	17,1	100,0
	Total	346	98,9	100,0	
Missing	Não respondeu	4	1,1		
Total		350	100,0		

Tabela 100 – Qual é o tipo de literatura de que mais gosta?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Romance	95	27,1	30,3	30,3
	Auto-ajuda	13	3,7	4,1	34,4
	Religioso (incluindo a Bíblia)	37	10,6	11,8	46,2
	Ficção científica	16	4,6	5,1	51,3
	De Contos	22	6,3	7,0	58,3
	Quadrinhos	28	8,0	8,9	67,2
	Científico	6	1,7	1,9	69,1
	Outro	97	27,7	30,9	100,0
	Total	314	89,7	100,0	
Missing	Não se aplica	1	0,3		
	Não sabe	2	0,6		
	Não responde	33	9,4		
	Total	36	10,3		
Total		350	100,0		

Tabela 101 – Qual o tipo de literatura de que mais gosta? Outro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		312	89,1	89,1	89,1
	Ação	1	0,3	0,3	89,4
	Aventura	1	0,3	0,3	89,7
	Contemporâneo	1	0,3	0,3	90,0
	História de celebridades do Brasil	1	0,3	0,3	90,3
	História e ciência	1	0,3	0,3	90,6
	Livros da escola	1	0,3	0,3	90,9
	Livros de dança	1	0,3	0,3	91,1
	Não gosta de ler	15	4,3	4,3	95,4
	Não sabe ler	1	0,3	0,3	95,7
	Não tem preferência	2	0,6	0,6	96,3
	Poesia	5	1,4	1,4	97,7
	Policial	1	0,3	0,3	98,0
	Revistas	3	0,9	0,9	98,9
	Suspense	2	0,6	0,6	99,4
	Tecnologia	1	0,3	0,3	99,7
	Todos	1	0,3	0,3	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 102 – Nos últimos doze meses, quantas vezes foi ao teatro ou a um espetáculo de dança?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	241	68,9	70,7	70,7
	Uma ou duas vezes	77	22,0	22,6	93,3
	Três ou quatro vezes	10	2,9	2,9	96,2
	Mais de quatro vezes	13	3,7	3,8	100,0
	Total	341	97,4	100,0	
Missing	Não responde	9	2,6		
Total		350	100,0		

Tabela 103 – Outra opção que costuma fazer no tempo livre?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ouvir música	339	96,9	96,9	96,9
	Andar	1	0,3	0,3	97,1
	Conversar na rua	1	0,3	0,3	97,4
	Festa, churrasco e clube	1	0,3	0,3	97,7
	Ficar na rua	1	0,3	0,3	98,0
	Igreja	1	0,3	0,3	98,3
	Ir para Sítio	1	0,3	0,3	98,6
	Jiu-Jitsu	1	0,3	0,3	98,9
	Jogar bola em quadra	1	0,3	0,3	99,1
	pescar	1	0,3	0,3	99,4
	Telefone	1	0,3	0,3	99,7
	Tocar violão	1	0,3	0,3	100,0
Total		350	100,0	100,0	

Tabela 104 – De quais atividades participa na escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eventos esportivos ou times esportivos da escola	56	16,0	47,9	47,9
	Grupos de teatro	1	0,3	0,9	48,7
	Grupo de dança	8	2,3	6,8	55,6
	Grupos de estudo ou debates	16	4,6	13,7	69,2
	Gincanas	7	2,0	6,0	75,2
	Atividades religiosas	1	0,3	0,9	76,1
	Minha escola não oferece nenhuma atividade	11	3,1	9,4	85,5
	Não participo de nenhuma das atividades oferecidas pela minha escola	17	4,9	14,5	100,0
Total	117	33,4	100,0		
Missing	Não responde	233	66,6		
Total		350	100,0		

Tabela 105 – Está satisfeito com o aprendizado na escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Estou satisfeito	94	26,9	65,7	65,7
	Estou pouco satisfeito	31	8,9	21,7	87,4
	Estou insatisfeito	18	5,1	12,6	100,0
	Total	143	40,9	100,0	
Missing	Não sabe	1	0,3		
	Não responde	206	58,9		
	Total	207	59,1		
Total		350	100,0		

Tabela 106 – Dedicar-se às atividades escolares?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	5	1,4	3,3	3,3
	Eu me dedico muito às atividades escolares	66	18,9	43,7	47,0
	Eu me dedico pouco às atividades escolares	70	20,0	46,4	93,4
	Eu quase não me dedico muito às atividades escolares	10	2,9	6,6	100,0
	Total	151	43,1	100,0	
Missing	Não se aplica	1	0,3		
	Não responde	198	56,6		
	Total	199	56,9		
Total		350	100,0		

Tabela 107 – Considerando a realidade sociofamiliar, até qual série pretende estudar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	15	4,3	9,5	9,5
	Até o Ensino Fundamental	2	0,6	1,3	10,8
	Até o Ensino Médio	51	14,6	32,3	43,0
	Até o superior	62	17,7	39,2	82,3
	Pós-graduação, mestrado e doutorado	28	8,0	17,7	100,0
	Total	158	45,1	100,0	
Missing	Não responde	192	54,9		
Total		350	100,0		

APÊNDICE IV

Roteiro das entrevistas com gestores e lideranças comunitárias

Dia da entrevista:

Realizada por:

I – Dados do entrevistado

Nome:

Em que órgão trabalha? Qual é seu cargo? Há quanto tempo trabalha no local?

II – Caracterização da instituição

- O que a instituição faz; atribuições.
- Qual é a função da instituição?
- Quantas pessoas são atendidas pela instituição em que trabalha, e qual é a faixa etária?
- Qual é a metodologia de trabalho utilizada?
- Como a instituição exerce seu papel junto à comunidade?
- O que é lazer para você?
- Quais são os serviços e programas de lazer oferecidos pela instituição ao jovens que residem na cidade?
- Como você avalia a relação da comunidade com os serviços e programas de lazer disponíveis na cidade?
- Onde acontecem estas ações propostas?
- Qual é a estrutura (física, material e de pessoal) disponível para a atuação dos agentes perante os jovens?
- Como os profissionais são preparados tecnicamente para trabalhar com os jovens?
- Agora vamos falar do lazer na cidade de forma geral. Existem equipamentos de lazer na cidade? Quais são eles e como são utilizados?
- Eles estão adequados para o uso dos jovens? Se, não, o que poderia ser feito para torná-los mais adequados ao público pretendido?
- Quais os limites encontrados pelos jovens residentes em Ribeirão das Neves em relação às atividades de lazer?
- Como você acha que atividades de lazer podem contribuir para o afastamento dos jovens das situações de criminalidade?

- Quais as ações, em sua opinião, poderiam ser feitas para que isso aconteça?
- Quais as ações de lazer que já acontecem na cidade, que você considera que alcançam os objetivos propostos?
- Quais as ações de lazer que já acontecem na cidade que você considera que poderiam ser otimizadas?
- De qual forma?
- Quais as ações de lazer que já acontecem e em sua opinião não alcançam os objetivos que são propostos? Por quê?
- Com quais ações ou programas de lazer você acha que os jovens residentes em Ribeirão da Neves gostariam de ser contemplados?
- Que recomendações e sugestões você gostaria de fazer para a implantação de um projeto de ações voltadas ao lazer em Ribeirão das Neves?

SOBRE OS AUTORES

ANDERSON BATISTA COELHO

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Geografia e análise ambiental pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH (2005). Professor de Geografia do Governo do Estado de Minas Gerais em Ribeirão das Neves. <http://lattes.cnpq.br/5505678622394217>

DUVAL MAGALHÃES FERNANDES

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975). Especialização em Demographie pela Universite Catholique de Louvain (1982). Especialização em Stage de Formation Intensive En Demographie Histor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1981). Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977). Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987) e Pós-Doutorado pelo Instituto Univesitario de Investigación Ortega Y Gasset (2007). Atualmente é professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professor visitante da Universidade Peruana Cayetano Heredia.

MARIA JOSÉ GONTIJO SALUM

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987). Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Estudos Aprofundados na Universidade Paris-8, França (2009). Professora adjunta III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Conselho Técnico do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

PATRÍCIA ZINGONI

Mestre em Educação pela Universidade São Marcos/SP (2002). Especialista em elaboração e avaliação de projetos sociais. Professora da PUC Minas, atualmente cedida para o Ministério do Esporte – Governo Federal. Membro do Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer – PUC Minas. e-mail: zingoni@terra.com.br

VÂNIA NORONHA (Vânia de Fátima Noronha Alves) – Organizadora

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2008). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Especialista em Lazer e em Educação Física Escolar. Professora no curso de graduação em Educação Física da PUC Minas. Professora em cursos de especialização em Lazer e Educação Física Escolar. Consultora em Educação Física e Lazer. <http://lattes.cnpq.br/8204363161954095>, e-mail: vaninhanoronha@yahoo.com.br